

PAULO CESAR TAFARELLO

**SENTIDOS INTER-DITOS: ENTRE AS FORMAS DE DIZER
E AS FORMAS DE NEGAR**

***INTER-SAID MEANINGS:
BETWEEN THE WAYS OF SAYING AND NEGATING***

**CAMPINAS
2012**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

PAULO CÉSAR TAFARELLO

Prof. Dr. FÁBIO AKCELTRUD DURÃO
Coordenador Geral de Pós-Graduação
IEL / UNICAMP
Matr.: 29048-6

**SENTIDOS INTER-DITOS: ENTRE AS FORMAS DE DIZER
E AS FORMAS DE NEGAR**

Orientador/Supervisor: Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias

***INTER-SAID MEANINGS:
BETWEEN THE WAYS OF SAYING AND NEGATING***

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO INSTITUTO DE ESTUDOS DA
LINGUAGEM DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM LINGUÍSTICA.

*DOCTORATE THESIS PRESENTED TO THE LANGUAGE STUDIES INSTITUTE OF
THE UNIVERSITY OF CAMPINAS TO OBTAIN A PH.D. IN LINGUISTICS.*

CAMPINAS
2012

iii

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Julgadora em:

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
TERESINHA DE JESUS JACINTHO – CRB8/6879 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

Tafarello, Paulo César, 1965-
Sentidos inter-ditos : entre as formas de dizer e as
formas de negar / Paulo César Tafarello. -- Campinas, SP
T123s : [s.n.], 2012.

Orientador :Cristiane Pereira Dias.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Práticas discursivas. 3.
Ideologia. 4. Movimentos sociais. 5. Molestadores de
crianças. I. Dias, Cristiane Pereira. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem.
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Inter-said meanings: Between the ways of saying and
negating.

Palavras-chave em inglês:

Discourse analysis
Discursive practices
Ideology
Social movements
Child molesters

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora:

Cristiane Pereira Dias [Orientador]
Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi
Pedro de Souza

Marlon Leal Rodrigues

Marcos Aurélio Barbai

Data da defesa: 27-08-2012.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 27 de agosto de 2012, considerou o candidato PAULO CESAR TAFARELLO aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Cristiane Pereira Dias



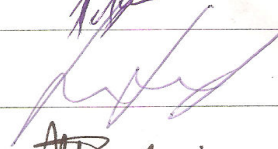
Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi



Pedro de Souza



Marlon Leal Rodrigues



Marcos Aurélio Barbai



Lauro José Siqueira Baldini

Susel Oliveira da Rosa

Ana Maria Di Renzo

IEL/UNICAMP-
2012

Dedico esse trabalho à minha família. Mas não me basta dedicar, e sim lembrar toda dedicação que essa minha família, única, especial, eterna, ofereceu a mim durante esses quatro anos. A dedicação cabe em palavras? Talvez em parte. Talvez caiba na palavra ausência, talvez na palavra compreensão... então, dedico esse trabalho à minha família
À minha esposa Alessandra,
A Íris e Igor, meus filhos,
À minha mãe, Maria, minhas irmãs Marta e Ângela
À minha sogra Zulma
E a meu pai, Paulo, que não pode esperar....

Agradecer às vezes é pouco, mas mesmo assim arrisco-me nessa página a agradecer:

Profa. Dra. Cristiane Dias – minha Orientadora e uma dessas pessoas especiais que encontramos ao longo da vida.

À UNICAMP e à UNEMAT pela oportunidade que surgiu através do DINTER em Linguística.

À CAPES e à FAPEMAT pelo apoio financeiro, tão importante para conclusão desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues coordenador do NEAD, pelos debates, sempre produtivos e esclarecedores.

Aos amigos Toni, Raquel, Júnior (Profeta), mãos amigas estendidas nas horas certas e incertas.

RESUMO

Um discurso não circula por si só: ele depende do resultado das relações de sentido e relações de força presentes no momento de sua produção. Os sentidos que produz e o resultado de seu enfrentamento com o discurso dominante irá determinar o aceite de sua circulação na sociedade. Os discursos do Ativismo Pedófilo, nesse trabalho representado pelos discursos do Ipce e do Newgon são marca clara dessa disputa de forças. Ao enunciar de um lugar favorável ao reconhecimento das relações sexuais entre adultos e crianças o ativismo pedófilo busca garantir um espaço de circulação de seus discursos em oposição a uma estrutura social que rejeita suas práticas. O embate entre esses lados leva o ativismo pedófilo a reconfigurar (ou tentar reconfigurar) sentidos diversos no discurso dominante como as noções de criança e a possibilidade de consentimento por parte desta numa relação sexual. A própria prática pedófila, assentada pelo ativismo num discurso de antiguidade histórica dessa prática, é alinhada aos discursos pedagógicos “XXVII - O pedófilo experiente tem qualidades que faltam a muitos professores e outros pedagogos (...)” como parte dessa busca de aceitação de sua prática e principalmente circulação de seus discursos. A constituição de um “espaço” social que suplante os professores e pais (nesse sentido os outros pedagogos) nas relações entre adultos e crianças, ao mesmo tempo que produz um apagamento do “sexual” dessa relação, dependeria da circulação de uma “nova imagem” do pedófilo, cuja construção passaria pelo enfraquecimento da memória que memória que leva aos sentidos de crime e doença que, na visão do ativismo, seriam aqueles que impediriam a livre circulação dos discursos de configuração positiva acerca da pedofilia: “XXV - O que eu sugiro é que agora nós criemos uma nova imagem de um pedófilo ideal como queremos que ele seja. Eu quero pintar um retrato de um boy-lover que leva o seu "trabalho" a sério”. Essa tentativa de reconfiguração também se dá na forma de agir do próprio pedófilo. Antes um sujeito constituído no silêncio e no espaço daquele que “é dito” passa a buscar um espaço a partir do qual possa enunciar e encontra no ativismo social um espaço de nivelamento com outros grupos, com referência especial aos grupos homossexuais (o que não implica, obviamente, na aceitação desse nivelamento por parte destes).

ABSTRACT

A speech does not flow by itself: it depends on the outcome of relations of meaning and power present at the time of its production. The meaning generated and the result of his confrontation with the dominant discourse will determine the acceptance of its circulation in society. The speeches of pedophile activism, represented in this work by the discourses of Ipce and Newgon, are clearly marks of this contest of strength. By stating from a favorable position to the recognition of sexual relations between adults and children, pedophile activism seeks to ensure a space for circulation of his speeches in opposition to a social structure that rejects their practices. The conflict between these sides takes pedophile activism to reconfigure (or attempting to reconfigure) different meanings in the dominant discourse and the notions of children and the possibility of his/her consent in a sexual intercourse. The pedophile practice itself placed by activism in an old historical discourse of this practice is aligned with the pedagogical discourses "XXVII – The experienced pedophile has qualities that lack to many school teachers and other educators (...)" as part of this search for acceptance of his practice and especially circulation of his speeches. The creation of a social "space" which supersedes teachers and parents (in this sense the other educators) in the relations between adults and children, while producing a deletion of the sexual connotation of this relationship, would depend on the movement of a "new image" of the pedophile, whose construction would go through the weakening of memory that leads to the senses of crime and disease that, in view of activism, would be those who would impede the free circulation of discourses about the positive configuration of pedophilia: "XXV - What I suggest now is that we create a new image of an ideal pedophile as we want him to be. I want to paint a portrait of a lover-boy who takes his "job" seriously". This reconfiguration attempt also occurs in the own pedophile's form of acting. Then a subject constituted in the silence and space of which "is said" now seeks a space from which he can enunciate and find in social activism a space of leveling with other groups, with special reference to homosexual groups (which obviously does not imply this leveling acceptance from their part).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. Quadro Teórico.....	21
2. Da organização do trabalho	22
I. ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS.....	25
1.1. Objeto/Objetivo	38
1.2. Corpus.....	40
1.3. Metodologia.....	41
II - PEDÓFILO: ENTRE A DOENÇA, O CRIME E A “ORIENTAÇÃO”.....	49
2.1 - Pedófilo e pedofilia: parcelas tensas de uma definição.....	52
III - ATIVISMO PEDÓFILO.....	59
3.1 - O ativismo pedófilo: considerações iniciais.....	59
3.2 - Condições de Produção do Ativismo Pedófilo.....	69
3.3 Militância, Ativismo e Ativista: alguns sentidos.....	94
IV. POSIÇÃO DISCURSIVA: DA ORDEM DE INTERDIÇÃO PARA A ORDEM DO ESTADO	101
V. IPCE – DO MITO DA CIÊNCIA PURA À CONSTITUIÇÃO DO ATIVISMO ..	111
5.1 – Ativismo pedófilo: solidariedade.....	118
5.2 – Ativismo pedófilo: do conflito à estruturação do ativismo e suas práticas – circulação e interditos.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
ANEXOS	141
ANEXO I - CORPUS.....	143
ANEXO II - QUADRO DE DICIONÁRIOS.....	157

INTRODUÇÃO

Permiti agora que apresente uma ideia. Entre os limites etários dos nove e dos catorze anos ocorrem donzelas que, a certos viajantes enfeitados, duas ou muitas vezes mais velhos do que elas, revelam a sua vera natureza, que não é humana, e sim nínfica (isto é, demoníaca) - criaturas eleitas que me proponho designar por ninfitas. (VLADIMIR NABOKOV, *Lolita*)

Trazer a tona o discurso ativista acerca das relações sexuais entre adultos e crianças (pedofilia) é fazer emergir (e circular) sentidos que acabam, de certa maneira, provocando reações que vão desde um inquieto silêncio até a mais profunda revolta. A cada vez que um discurso sobre a ocorrência desse tipo de relação se inscreve na mídia representando um caso de agressão sexual contra a criança ou adolescente, seja na forma do discurso de atentado violento ao pudor, ou ainda de estupro, a sociedade (judiciário, operações policiais, prisões, posição da medicina, denúncias pela mídia etc.) se levanta quase que em uníssono, castigando verbalmente o sujeito agressor, que é levado a condenação. Essa condenação se sustenta e se inscreve numa formação discursiva (PÊCHEUX, 1997, 161) jurídica (FD), seja numa FD médico-psiquiátrico (quando tomado como ponto de partida a inscrição dessas relações sob a égide do termo pedofilia no Código Internacional de Doenças), ou ainda numa FD que mescla os sentidos do jurídico e da doença psiquiátrica. Uma FD fronteira.

Esses discursos acerca da relação sexual entre um adulto e uma criança não são novas. Elas irrompem ao longo da história desde a antiguidade clássica até os dias de hoje, inscritos em formações discursivas que representam Formações ideológicas específicas: seja na Grécia Antiga, inscritos nos interditos de uma moral social que determinava os limites da ação do sujeito para ocupar o espaço social de cidadão, seja na atualidade, onde sua inscrição se dá nas FDs jurídica e médico psiquiátrica. No Brasil isso não se faz de forma diferente: quase que diariamente somos bombardeados com notícias relativas a denúncias de abuso sexual contra menores. Nessas notícias essas relações em sua maioria são demarcadas com sentidos de agressão contra a criança e/ou o adolescente, obedecendo a um pré-construído na memória discursiva, entendida aqui na forma proposta por Pêcheux

(1999, p. 50), “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”.

Muitas vezes o sentido da “culpa” da agressão chega a recair sobre a própria criança/vítima como se pode notar na decisão do STF que em 1991 concedeu *habeas corpus* a um adulto de 24 anos que havia mantido relações sexuais com uma menina de 12 anos:

A pouca idade da vítima não é de molde a afastar o que confessou em Juízo, ou seja, haver mantido relações com o Paciente por livre e espontânea vontade [...]. O quadro revela-se realmente estarrecedor, **porquanto se constata que a menor, contando apenas com 12 anos, levava vida promíscua¹**, tudo conduzindo à procedência do que articulado pela defesa sobre a aparência de idade superior aos citados 12 anos. (Ministro Marco Aurélio de Melo - Habeas Corpus nº 73662-9/MG)

A relevância e sentido do discurso jurídico nesse caso não estão em si na concessão do *habeas corpus* ao abusador, mas sim no sentido da discussão do processo: a questão do consentimento e da idade do consentimento. Essa seria a idade em que o sujeito poderia dispor de seu corpo e sua sexualidade. No Brasil ela está ligada às questões legais² e apresenta-se em dois aspectos: completamente tutelada, quando se trata de sujeitos menores de catorze anos e parcialmente tutelada quando se trata de sujeitos com idade entre 14 e 18 anos. A tutela no primeiro caso insere o discurso da violência presumida, através da qual o “indivíduo” que se relaciona com um menor de 14 anos comete estupro mesmo que esse relacionamento ocorra com o consentimento do menor. Todavia, no mesmo *habeas corpus* anteriormente citado, o Ministro Francisco Rezek (1991) coloca a questão do consentimento perante e em choque com a norma legal:

Falta em nossa lei penal uma figura mais flexível e abrangente, que enquadrasse condutas reprováveis [...], como o envolvimento consentido com menor de 14 anos; condutas que não têm, contudo, a gravidade do estupro, nem se ajustam ao

¹ Grifo nosso.

² A questão da idade de consentimento não é a mesma em todos os lugares e em alguns países sequer se aplica, como é o caso do Irã em que os relacionamentos sexuais estão ligados à instituição do casamento não sendo lícitos fora dele. Entretanto, na maior parte dos países há o instituto jurídico da idade de consentimento, que varia apenas em função da norma legal de cada país.

molde legal da sedução e da corrupção de menores. (Ministro Francisco Rezek - Habeas Corpus nº 73662-9/MG)

A norma legal brasileira não permite que o menor de catorze anos disponha de sua sexualidade e qualquer relacionamento sexual de um “indivíduo” com mais de 18anos com um menor de catorze carrega consigo a figura da violência presumida, ou seja, mesmo que tenha havido o consentimento do menor na relação presume-se a existência da violência uma vez que o menor de catorze anos não disporia de maturidade nem física nem mental para tal consentimento. O que o Supremo Tribunal Federal fez nesse caso em específico foi trazer a tona uma discussão que já há muito ocorre na Europa e Estados Unidos que vem circulando já há muito tempo na Europa e nos Estados Unido. A “novidade” discursiva aqui é o fato de a manifestação ser oriunda de uma das mais altas cortes do país.

Essas referências acabam por constituir-se a partir do conceito de criança – tanto no discurso médico psiquiátrico, no qual os sentidos de criança são demarcados a partir de elementos ligados ao desenvolvimento físico e mental do “indivíduo”, quanto no aspecto legal, no qual o sentido de criança é dado discursivamente pela lei, independentemente da origem deste sentido. Mas de toda forma, os sentidos atribuídos a criança demarcam um sujeito “incapaz”, ou seja, física e mentalmente imaturo e dependente da tutela dos pais e do Estado.

Tendo em conta que, conforme assinalado na Declaração dos Direitos da Criança, acriança, em virtude de sua falta de maturidade física e mental, necessita proteção e cuidados especiais, inclusive a devida proteção legal, tanto antes quanto após seu nascimento. (CDC³, ONU, 1989);

Olhando por outra vertente, a prisão do biólogo e monitor de acampamento infantil Leonardo Chain em janeiro de 1999 em São Paulo trouxe a tona um tipo de sujeito agressor diferenciado: o pedófilo ativista. Sua prisão revelou a face do organizador do site *Anjos Proibidos* (fora do ar desde então) no qual eram encontradas além de fotos e vídeos de crianças nuas ou sendo estupradas, uma tradução do *Código de Ética do Boylover*. Quando da sua prisão, Chain, além de não negar sua prática, buscou sua legitimação

³ Convenção dos Direitos da Criança

trazendo à tona um discurso de “normalidade”. Declarou em sua defesa fazer parte de um grupo europeu denominado *boylovers*⁴ e declarou que “Na Grécia antiga, a pedofilia era comum. Platão nunca foi condenado pelo que eu fiz. O problema é que a sociedade atual não aceita o pedófilo”⁵. Importante notar que ao buscar essa legitimação aliando discursivamente sua prática a possíveis práticas que ocorriam na Grécia Antiga, Chain busca desestabilizar os sentidos que a mesma provoca em prol de um sentido que estaria “autorizado” desde a antiguidade. Daí a inscrever a discursividade da atualidade acerca da pedofilia num mesmo patamar que as da Grécia Antiga e trazendo a figura do filósofo grego Platão: a respeitabilidade da figura traria uma “respeitabilidade” para a prática?

Outro agressor, Eugênio Chipkevich, preso em 2002 após serem descobertas gravações em vídeo de abusos que ele cometia contra pacientes de 08 a 17 anos. Foi condenado a 114 anos de prisão em regime fechado. Ao ser questionado se seria pedófilo, Chipkevich (OESP, 29/03/03) responde “Eu não sou pedófilo. Coisa que eu te confesso aqui e agora. Não sou pedófilo por uma definição científica do que é pedofilia”.

A vinculação do termo pedófilo aos abusos sexuais cometidos por crianças e principalmente a uma suposta prática na Grécia Antiga pauta-se em sentidos relativamente estabilizados que dariam a atribuiriam aos gregos a aceitação da prática de relações sexuais com crianças. Dois equívocos históricos se instauram aí: a da aceitação da prática de relações sexuais com crianças e da confusão entre pedofilia e pederastia, sendo essa tomada também de forma equívoca, na forma de relações homossexuais entre adultos e crianças.

The term pedophile has existed for millennia. The recent issues with the term mainly center around its modern connotation. In the 19th century, it was adapted into a term for a paraphilia, that is, a clinical mental illness. This has allowed the ideal regarding the preference, and practice, to fall into further and further negative light. With the recent upturn in publicity regarding child abuse, rape, and clear cases of molestation, the term "pedophile" has become a media term, used in a variety of circumstances, and is felt to have cast permanent damage on the definition and connotation of the word. (NEWGON, 2011)⁶

⁴ Revista Veja. http://veja.abril.com.br/100500/p_052.html Acesso em 12/03/2011

⁵ Revista Veja. http://veja.abril.com.br/170299/p_084.html Acesso em 12/03/2011

⁶ <http://newgon.com/wiki/Pedosexuality> - Acesso em 04/04/2011

O ativismo pedófilo “navega” por esse equívoco, opondo os sentidos de pedófilo e pedofilia circulante àqueles que, em seu entender, representariam sua prática (a do pedófilo de hoje) na antiguidade.

1. Quadro Teórico

Esse trabalho inscreve-se na perspectiva teórica da Análise do Discurso Francesa (AD). Segundo Orlandi (1999, p. 19), a AD surge nos anos 60 como resultado da articulação de três áreas do saber: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise e que representam uma ruptura com o século XIX. Para Pêcheux e Fuchs (1997, p. 163) a Análise do Discurso considera:

1) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2) a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3) a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Convém explicitar ainda que estas três regiões são de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)

Orlandi (1999, p. 19) acerca das bases que constituem a AD afirma que

- a. a língua tem sua ordem própria mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem);
- b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos);
- c. o sujeito de linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Assim, colocar o discurso como objeto central significa também considerar alguns aspectos de sua constituição – a não-transparência da linguagem, a não-transparência dos sentidos, a constituição histórica do sujeito e a sua não-evidência – ou evidenciá-lo, “criando”, acima de tudo, um terceiro elemento na dicotomia saussureana (nem língua, nem fala), o discurso, suas materialidades, sua espessura. Essas posições teóricas que se opõem às concepções estruturalistas, que tiveram seu auge na França, nas décadas de 50 e 60, abrem esse campo de investigação chamado de Análise do Discurso

(AD), que trabalha na fronteira entre o linguístico e o social. Nesse sentido, Orlandi (2006, p.12) afirma que “a AD assume a posição de que se deve pensar um objeto ao mesmo tempo social e histórico, em que se confrontam sujeito e sistema: o discurso”.

Essas considerações já de alguma forma constituem-se de uma ancoragem, pois, para Pêcheux (1997a, p. 82), o discurso não é a simples transmissão de informações entre os participantes de uma cena discursiva; o discurso constitui os sujeitos. Para ele, o discurso é o “efeito de sentidos” entre sujeitos que ocupam “lugares determinados na estrutura de uma formação social”, ou seja: o que Pêcheux (idem, p. 77) afirma é que as condições de produção do discurso atuam diretamente no processo de construção desse efeito de sentidos.

2. Da organização do trabalho

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos através dos quais buscamos discutir os discursos do ativismo pedófilo, sua constituição e sua “circulação” através de dois sites ligados ao ativismo pedófilo: Ipce e Newgon.

O corpus foi constituído a partir das *newsletters* do Ipce e do material de divulgação do Newgon. O acesso a esse *corpus* se deu unicamente por pesquisas na rede mundial, através das referências iniciais que tivemos quando do desenvolvimento de nosso trabalho de mestrado em 2007 com foco em outra associação, a *North American Man Boy Lovers Association* – NAMBLA.

No primeiro capítulo “Acerca das relações entre adultos e crianças” apresentamos as discursividades e as formas de constituição desde a Grécia Antiga até os dias de hoje. Foram abordados aspectos históricos e legais da constituição da criança e a forma como o ativismo pedófilo procura significar a criança com vistas a circulação de discursos de enfrentamento aos discursos circulantes acerca de sua prática.

No segundo capítulo “O pedófilo: entre a doença, o crime e a orientação” analisamos os sentidos de pedófilo tanto nos discursos jurídico, médico psiquiátrico e no senso comum e as formas como circulam na sociedade os discursos em

relação a essa prática, trazendo sentidos de punição extrema ao pedófilo, lançando o pedófilo no espaço do interdito.

Já no capítulo três “Ativismo pedófilo” analisamos os sentidos de ativismo e militância e os sentidos que emergem da relação dos sentidos de ativismo com os sentidos de pedófilo. Trouxemos uma historicidade acerca do ativismo pedófilo em sua origem e analisamos os sentidos mobilizados pelo ativismo para tentar fazer circular discursos favoráveis a pedofilia. Observamos a problemática em relação à circulação desses discursos em função da negativa da sociedade em discutir a questão.

No quarto capítulo “Posição Discursiva: da ordem de interdição para a ordem do Estado” analisamos como o pedófilo busca sair da ordem de interdição do Estado para uma livre circulação através da articulação de um movimento organizado (ativismo) romper com os discursos acerca de sua prática, de forma a desestabilizar os sentidos circulantes acerca da mesma (estupro, violência sexual contra crianças).

No quinto capítulo, analisamos a forma como o ativismo busca se “adequar” discursivamente de forma a promover essa ruptura. Através de ferramentas discursivas que promovem um “não-dizer” das práticas que provocam os interditos à circulação de seus discursos o ativismo pedófilo busca reconfigurar os sentidos existentes acerca das “relações sexuais entre adultos e crianças”. A atração pelo corpo da criança é silenciada pela pretensa existência de um procedimento pedagógico e de práticas de apoio à criança. O interdito de contato é apresentado como negativo e prejudicial ao desenvolvimento da criança.

I. ACERCA DAS RELAÇÕES ENTRE ADULTOS E CRIANÇAS

Tomar as relações entre adultos e crianças como ponto de partida para este estudo acaba propondo simultaneamente uma questão: a que tipo de relações referimo-nos quando colocamos frente a frente a figura de um adulto e uma criança? Diversos tipos de relações socialmente aceitas nos vem então a memória: a relação de um pai ou uma mãe com seu filho, de um professor com seu aluno, de um médico frente a seu pequeno paciente... relações em que a experiência é posta à frente da criança representada pela figura de um adulto. É a ele que a criança deve se reportar e é dele que deve aprender as experiências que a levarão com segurança a atravessar as consecutivas fases de sua existência até tornar-se ela própria um adulto. É esse um tipo de relação reconhecida pela sociedade dentro de um universo discursivo de normalidade, de continuidade da família e da estrutura social podendo variar entre diversos modelos – a presença de um líder religioso no processo de formação de uma criança, um tio, etc. O que historicamente se percebe em diversas sociedades é que a criança, de certa forma, é representada como um sujeito diferenciado na ordem do Estado, ora sendo tratada como um mini adulto, cuja existência demandava a sobrevivência aos primeiros anos de vida, quando esses eram críticos (cf. Ariès), ora posta sob proteção e em alguns casos até de atenção, por parte do Estado e da família, tendo em vista a questão da sucessão e manutenção da linhagem familiar e ainda a manutenção dos bens hereditários.⁷

Entretanto, a questão inicial que nos vem é relativa aos sentidos de criança. Num gesto rápido recorreremos aos dicionários de língua para quem os sentidos de criança referem-se ao ser humano que se encontra na fase que vai do nascimento até a puberdade,

⁷ Excetuam-se aqui os casos de casamentos arranjados envolvendo crianças, prática relativamente comum em diversas sociedades. Referências diretas a ocorrência desse tipo de “casamento” na atualidade podem ser encontradas em reportagens publicadas em veículos de mídia pelo mundo afora. A título de exemplo podemos citar a Reportagem do New York Times *O preço da Noiva* que informa que aproximadamente uma em sete meninas pelo mundo (dados que excluem a China) casam-se antes dos quinze anos e que esse percentual aumenta significativamente quando observados os países islâmicos onde esse percentual chega em alguns casos a cinquenta por cento das meninas menores de quinze anos, como é o caso da Etiópia. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/07/09/magazine/09BRI.html> Acesso em 22/06/2012.

período em que ocorre o desenvolvimento das características sexuais e a aceleração do crescimento. (cf. Houaiss, 2009, versão eletrônica). Esses sentidos que vinculam-se aos sentidos produzidos para “criança” pelo discurso médico, acabam por trazer a tona os sentidos de infância e adolescência – a primeira correspondente a criança e a segunda correspondente ao período pós puberdade como fases do desenvolvimento físico e psicológico dos sujeitos. Grosso modo, a criança é um sujeito que se encontra na primeira fase de seu desenvolvimento: a infância.

Essa distinção pode ser encontrada desde as civilizações mais antigas. Na Grécia Antiga, segundo Vrissimtzis (2002, p. 46) era muito pouco provável que crianças se casassem. Em Hesíodo⁸ (*apud* Vrissimtzis, *idem*, *ib.*) podem ser encontradas recomendações nesse sentido: “Para a mulher, basta que ela permaneça quatro anos na puberdade e no quinto já pode se casar”. Mais que a simples demarcação da idade de casamento, Hesíodo marca o divisor de uma fase da vida do sujeito: o início da puberdade. Durante o período anterior a entrada na puberdade, o estatuto do sujeito era semelhante ao das mulheres, ou seja, dependia da tutela de um senhor.

há que ter em conta o estatuto das mulheres (e crianças), que, legalmente, não podiam agir de forma independente. Por este motivo, havia sempre a figura de referência do *kyrios* (‘senhor ou ‘responsável). Até ao casamento, o *kyrios* era o pai da jovem; quando esta se casava, a função passaria a caber ao marido. (LEÃO, 2001, p. 18)

A criança ateniense livre, cedo encontrava na lei proteção no que se refere a agressões de cunho sexual. Exemplo disso encontramos em Ésquines (*apud* Vrissimtzis, 2002, p. 112) que cita a legislação de Sólon em sua representação *Contra Timarco*: “Se qualquer ateniense cometer um ultraje contra uma criança livre deverá ser denunciado ao legislador pelo pai dessa criança”. Xenofonte⁹ em uma de suas obras, “A Constituição dos Lacedemônios” fala de uma das Leis de Licurgo segundo a qual o abuso sexual de crianças era proibido em Atenas.

⁸ Hesíodo. **Os trabalhos e os dias**, 695-699.

⁹ Xenofonte. **Constituição dos Lacedemônios**. II, 13, *apud* Vrissimtzis, 2002, p. 113.

(...) se alguém tinha desejo sexual por crianças, isso era considerado por Licurgo muito vergonhoso, e insistiu que os homens devem abster-se delas, tal como os pais se abstêm de seus próprios filhos e os irmãos, dos irmãos.(apud Vrissimtzis, 2002, p. 113)

As relações que ocorriam entre um homem mais velho e um jovem eram adstritas (no caso da parte mais jovem) àquelas que ocorriam entre o *erastes* (adulto) e o *eromenos* (jovem com idade entre os doze e os vinte anos). A esse tipo de relação é comumente atribuída à prática de sexo entre um adulto e uma criança, tanto em discursos que buscam justificar ou vincular essa prática dentro de uma normalidade por conta de uma historicidade, quanto em discursos contrários a essa prática, que utilizam essa mesma historicidade para ataca-la.

II. –“Na Grécia antiga, a pedofilia era comum. Platão nunca foi condenado pelo que eu fiz”, afirmou aos policiais. “O problema é que a sociedade atual não aceita o pedófilo.”*Pedófilo*, do grego *paidóphilos*, aquele que gosta de crianças. (Leonardo Chain, monitor de acampamento de férias)¹⁰

III. IHU On-Line¹¹ - A sacralização da infância fez com que as crianças se tornassem mais “atrativas” sexualmente? Desde quando existe essa “aura” de sacralidade em torno da infância?

Thomas Lacqueur - Penso que não. A infância não era sacralizada na Grécia antiga ou nos internatos da Europa do século XVIII, e ambos tinham culturas pedófilas, abertamente e com muita ostentação no primeiro caso.

IV. Existem registros de pedofilia desde os tempos da Grécia Antiga.¹²

¹⁰ Agressão a infância. *In Revista Veja*, Edição 1585, ano 32, nº 07, Fevereiro de 1999, pp. 84-86. Disponível em Acesso em 15/06/2012.

¹¹ LACQUEUR, Tomas. Nem sempre a pedofilia foi considerada algo errado. *In Revista do Instituto Humanitas – UNISINOS*. Ed. 326, Ano 10. Disponível em Acesso em 15/06/2012.

¹² BULHÕES, Antonio. (Dep. Federal) **Pedofilia**. Câmara dos Deputados, 2008. (Panfleto de divulgação). Disponível em Acesso em 16/06/2012

V. A famosa Grécia Antiga era um território de senhores e escravos e uma civilização que oprimia barbaramente as mulheres. Sempre que se fala de pedofilia surgem conversas tão eruditas quanto insidiosas sobre as relações íntimas de aprendizagem entre homens e rapazinhos na Grécia Antiga - como se as iluminações mentais de uma plêiade de filósofos pudessem justificar o injustificável.¹³

VI. *Even in Ancient Greece, where boylove was the norm for several centuries, the boylover was expected to be a man of high moral character. Indeed, it brought shame on the boy and his family if his erastes (lover) was anything less* (IPCE NL E27, Jun, 1999).

VI. Mesmo na Grécia Antiga, onde amor por garotos foi norma por vários séculos, esperava-se que o *boylover* fosse um homem de elevado caráter moral. Na verdade, ele traria vergonha para o menino e sua família se seu *erastes* (amante) fosse nada menos (que isso).

Seja atacando essa prática ou a defendendo através dessa historicidade, o que acaba emergindo discursivamente dessa questão é que as relações sexuais entre um adulto e uma criança desde há muito tempo existem e são tidas como polêmicas. No olho do furacão não está o adulto, agente dessa prática, mas a criança como paciente ou vítima.

Fundamentalmente esses discursos assentam-se nos pressupostos de que tanto a homossexualidade quanto a pedofilia eram “permitidas” na Grécia Antiga, e ainda, muitas vezes confundindo-se essas duas questões. Todavia, esses pressupostos são constituídos a partir dos modelos existentes (de homossexualidade e heterossexualidade) nos dias de hoje.

Foucault (1990) aponta que o uso do termo homossexualidade não é o mais adequado para caracterizar o modelo grego. Segundo Foucault (1990, p. 167) não havia para os gregos uma divisória a partir da qual se opunham a homossexualidade e a heterossexualidade. O comportamento grego se dava num parâmetro diferenciado em que a escolha por um parceiro pelo sujeito não se dava no âmbito de uma escolha entre seu

¹³ PEDROSA, Inês. **Só há pedófilos entre os padres?** Jornal Expresso. Ed. 17/04/2010. Disponível em Acesso em 17/06/2012.

oposto ou seu igual. O que dividia uma relação socialmente aceita de uma repudiada era a posição de temperança dos sujeitos envolvidos.

A oposição entre um homem temperante e senhor de si e aquele que se entregava aos prazeres era, do ponto de vista da moral, muito mais importante do que aquilo que distinguia, entre elas, as categorias de prazer às quais era possível consagrar-se mais livremente. (FOUCAULT, 1990, p. 167)

O olhar que Foucault lança acerca dessa questão está na diferença entre as estruturas atuais (que muitas vezes modelizam os olhares que se lançam aos padrões antigos) e as estruturas vigentes na Grécia Antiga. As particularidades não ocorriam entre o desejo por sujeitos do mesmo sexo ou do sexo oposto – essa diferenciação não exigia um *status* particular de relacionamento (ou sua divisão entre heterossexualidade e homossexualidade). O que diferenciava esses dois tipos de relação era o tipo de conduta quando esta se dava entre dois indivíduos do sexo masculino. O que ocorria, no dizer de Foucault (1990, p. 171) era que

Parece que as coisas foram bem diferentes entre os gregos: eles pensavam que o mesmo desejo se dirigia a tudo o que era desejável – rapaz ou moça – com a reserva de que era mais nobre o apetite que se inclinava ao que é mais belo e mais honrado.

Vrissimtzis (2002, p. 101), ao tratar da pederastia na Grécia Antiga afirma que ela ocorre na Grécia Antiga principalmente entre os períodos de VI a.C. a IV a.C. e o contexto de seu surgimento está ligado ao cultivo do belo e do corpo por parte dos gregos. Nas cidades gregas militarizadas as crianças cedo, por volta dos sete anos, deixavam as famílias para viver em comunidades militares e aprender a arte militar, constituindo-se o atletismo atividade obrigatória ao lado da filosofia e da música que também compunham o programa educacional.

No período clássico o desenvolvimento dessas disciplinas atingiram seu apogeu tornando os homens mais refinados enquanto as mulheres, por conta de sua própria condição social na Grécia Antiga, não participavam dessas atividades, mantendo-se também afastadas do refino pessoal delas resultante além dos cuidados com o corpo.

Assim os gregos, que sempre haviam sido amantes da beleza, não tiveram outra escolha senão se voltarem à beleza e à harmonia dos bem-treinados corpos masculinos. Esse é o motivo pelo qual eram esculpidas principalmente estátuas de nus masculinos. (VRISSIMTZIS, 2002, P. 102)¹⁴

O jovem ao atingir a idade necessária passava a frequentar o Ginásio, onde cultivava as artes do corpo, os conhecimentos básicos eram ensinados nas escolas enquanto a filosofia era ensinada em escolas especiais. Os aspectos da vida social, as funções do Estado, os bons modos, a virtude e os valores éticos eram ensinados pelo pedagogo, “adulto educado encarregado de transmitir seus conhecimentos e experiências a um adolescente e de ajudá-lo a tornar-se um cidadão respeitável” (Vrissimitziz, 2002, p. 103). Nessa relação estava a essência da pederastia, que era tida como uma instituição pedagógica na qual a relação entre um *erastés* (amante) e um *erómenos* (amado) era pautada por um conjunto de regras que visavam a boa formação do jovem sob a responsabilidade do pedagogo. O *erómenos* deveria estar na faixa etária entre os doze e os dezoito anos, enquanto que o *erastés* não poderia ter menos de vinte anos.

Foucault (1990, p. 173-174) também coloca a questão nesses termos ao afirmar que as relações entre um homem mais velho e outro mais jovem, ainda não formado, estabeleciam-se justamente com o foco nessa diferença etária – entre um sujeito sexualmente ativo e completamente formado social e moralmente e outro sujeito que ainda não havia atingido a plenitude de sua formação e que dependia do primeiro para a complementação de sua formação. “Uma relação masculina provocava uma preocupação teórica e moral quando se articulava a uma diferença bem marcada em torno do limiar que separa o adolescente do homem” (idem, p. 174).

Essa relação entre *erasta* e *erômeno* não ocorria sem um rito próprio que incluía direitos, obrigações que resultavam numa forma de comportamento específica: ao *erasta* cabia a iniciativa: ele busca o jovem *erômeno*, presenteia-o, presta serviços, ao mesmo tempo que deve mostrar controle de sua paixão. O jovem *erômeno* por sua vez não devia ceder à pressão com muita facilidade, evitando também aceitar muitos presentes ou ceder apenas por interesse. (Foucault, idem, p. 175).

14 Segundo Vrissimtziz o corpo nu feminino passa a ser representado na estatuária somente após a metade do século IV a.C. (p. 102)

Mesmo os presentes dados aos *erômenos* possuíam um caráter simbólico e/ou pedagógico (cf. Vrissimtzis, 2002, p. 105), sendo comuns os animais como o galo – símbolo da virilidade e agressividade, cães, cervos – ligados a caça, a coroa (símbolo do mérito). Os presentes de valor mais pedagógico eram as tabuletas de escrever, instrumentos musicais, discos de arremesso, etc. Dessa forma o *erasta* mostrava sua preferência por um determinado jovem que, segundo as “regras não-escritas da pederastia, não devia se manifestar, mas apenas nutrir uma estima e afeição amistosa pelo *erasta*.” (idem, ib, p. 106). Segundo Vrissimtzis a relação sexual entre o *erasta* e o *erômeno* também era regrada sendo o ato intrafemural o único permitido além das carícias nos genitais do erômeno. O papel de submisso/passivo era reservado às mulheres e aos escravos.

Em nenhum caso era permitida a penetração anal dos garotos que mais tarde se tornariam cidadãos responsáveis, assumiriam cargos públicos e administrariam as finanças do Estado, pois um ato como esse os rebaixaria ao ignominioso papel de objeto, o que era incompatível com as incumbências que lhes seriam atribuídas na sociedade. Consequentemente o contato entre as coxas salvaguardava a dignidade e a honra do *erômenos*. (VRISSIMTZIS, 2002, p. 108-109)

As diversas representações dessas relações inscritas nos vasos que chegaram até os dias de hoje, mostram sempre o *erasta* com o pênis ereto ou durante o ato intrafemural. Já o erômeno é representado sempre de forma distante e indiferente, com o pênis flácido e sem manifestações de prazer.

Não há nem segundo Foucault nem segundo Vrissimtzis nenhuma relação entre a pederastia e as relações entre adultos e crianças. Enquanto a pederastia era reconhecida como uma instituição pedagógica as relações entre adultos e crianças eram reprimidas. O sujeito “criança” na Grécia Antiga ocupava um espaço diferenciado daquele espaço ocupado pelo adolescente.

Outra visão adotada com bastante frequência pela academia, a de Ariès (1981), cujo ponto de partida é a afirmação de que durante o Antigo Regime na Idade Média não existia o que ele denominou “sentimento de infância”, tendo essa noção sido uma invenção ocorrida no final da Idade Média, entre os séculos XIII e XVIII. Ariès distingue o “sentimento de infância” da “afeição às crianças”. O primeiro corresponde “à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto” (1981, p. 01) e que não existia no medievo.

Ariès aponta para o fato de que até o século XVIII a língua francesa não diferenciava os períodos da infância, adolescência ou juventude. Os termos usados para referirem-se a elas (*filis, valets e garçons*) eram oriundos de um vocabulário marcado pelas relações de dependência feudais (p. 32). Dessa forma, o fim da infância era marcado pela fase em que o indivíduo saía da dependência da família, não havendo a limitação do fim da infância pelo início da puberdade. “Ninguém teria a ideia de limitar a infância pela puberdade” (Ariès, 1981, p. 32).

Para o historiador francês, a criança era inicialmente pouco representada/representativa na sociedade medieval, fosse pela pouca importância dada inicialmente a esse período da vida - a ausência de termos que explicitassem especificamente essa fase é reveladora - fosse pelo alto índice de mortalidade, fazendo com que se esperasse o final de uma fase crítica para sua sobrevivência para então “transformá-la” num pequeno adulto.

No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança: havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática. O sentimento de que se faziam várias crianças para conservar apenas algumas era e durante muito tempo permaneceu muito forte. (ARIÈS, 1981, p. 44).

Será no século XVII que o termo *petit enfant* (criança pequena ou ainda criancinha) passa a ter o sentido mais ligado a infância. Segundo Ariès (idem, pág. 52) é durante o século VIII que surgem no francês, termos e expressões relacionadas a infância – *bambins, pitchouns, fanfans*. Surge também o interesse no registro e no emprego das expressões utilizadas pelas crianças, inclusive as onomatopeias utilizadas pelas crianças que estavam aprendendo a falar.

Ariès (1981, p. 07) aponta para um percurso no processo que toma como partida a fase em que as crianças não eram foco de atenção por parte dos adultos no séculos XI - XII, período em que não era representada como tal, mas como escala reduzida de adultos, traduzindo a própria representação da criança na sociedade de então: a criança nada mais era que uma versão reduzida do adulto (idem, p. 08)

No evangelho de Saint-Chapelle do século XVIII, no momento da multiplicação dos pães, Cristo e um apóstolo ladeiam um homenzinho que bate em sua cintura: sem dúvida a criança que trazia os peixes. No mundo das formulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. (ARIÈS, 1981, p. 39)

Esse percurso é marcado por um período de transição no qual o “sentimento de infância” é marcado por dois momentos distintos: um primeiro momento, denominado paparicação, surgido “no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas” (idem, p. 07) e, um segundo momento, surgido nos meios eclesiásticos e jurídicos, que percebiam a fragilidade das crianças que deveriam ser objeto de cuidado e disciplina.

Os moralistas do século XVIII irão instaurar também a interdição da sexualidade da criança. Segundo Ariès, no medievo não se considerava a criança impúbere como portadora de sexualidade de tal forma que não se considerava as referências a essa questão prejudiciais à criança que, apesar de tudo, não era considerada totalmente inocente. O principal representante dessas ideias é Gerson¹⁵, que no século XV, a partir da observação das práticas sexuais das crianças, produz o tratado *De confessione Mollicei*. “Gerson, portanto, estudou o comportamento sexual das crianças com o objetivo de ajudar os confessores, para que estes despertassem em seus pequenos penitentes – de 10 a 12 anos de idade – um sentimento de culpa.” (Ariès, 1981, p. 112)

As ideias de Gerson estarão mais tarde presentes na moral do século XVIII que trará a concepção moral da criança frágil e inocente “reflexo da pureza divina” concepção essa que, segundo Ariès (idem, p. 120)

(...) reagia ao mesmo tempo contra a indiferença pela infância, contra um sentimento demasiado terno e egoísta que tornava a criança um brinquedo do adulto e cultivava seus caprichos, e contra o inverso deste último sentimento, o desprezo do homem racional.

Essa relação de pureza – inocência infantil - levará já no séc. XVIII à criação de novos padrões no cuidado e nos ambientes que surgem voltados à criança. Com o surgimento desses novos padrões, novos olhares serão dados especificamente à criança desde a educação, saúde, e formação moral.

¹⁵ Jean Gerson, *De confessione Mollicei*.

Atualmente, os sentidos de criança e de infância são dados principalmente pelo discurso oficial e pelo discurso médico-psiquiátrico. Em ambos os casos ficam patentes as ideias de separação do mundo adulto e de maleabilidade do indivíduo que passa por essa fase.

Tomamos aqui como discurso oficial, pela própria natureza do *corpus*, as normas, códigos e as declarações da ONU/UNICEF acerca das crianças, uma vez que estes órgãos deliberam princípios universais entre os países signatários.

A primeira norma criada pela ONU a ser citada é a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que dedica o artigo XXV, inciso 2 à proteção da maternidade e da infância. Para tratar especificamente da infância, a ONU promulgou a Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUDC) (ONU, 1959). Criada com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos tem por objetivo estabelecer princípios de atuação dos membros signatários em relação à proteção das crianças. É estruturada em dez princípios seguidos de seus respectivos direitos – a cada princípio aceito reconhece-se um direito da criança. Todavia a declaração não possui o estatuto de lei assumindo na prática mais um posicionamento do Estado que uma obrigação legal. Em 1979 a Assembleia Geral da ONU transforma a DUDC em Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças (CDC). À CDC anexou-se ainda no ano de 2000, o “Protocolo Opcional para a Convenção sobre os Direitos da Criança, que trata da venda de crianças, prostituição e pornografia infantil”. A diferença principal entre esses dois modelos de normas é a que de uma Convenção, após ser ratificado e sancionado pelo país signatário passa a ter o estatuto de lei – norma de cumprimento obrigatório. São esses os dois documentos legais que, em tese, direcionam de forma geral as práticas dos Estados pertencentes a ONU em relação às crianças, o que não impede estes de instituírem práticas outras desde que não conflitantes com a CDC.

Vale dizer que esses documentos legais acabam por representar discursivamente a criança em situação ao mesmo tempo de destaque (dado ao objetivo da norma) e de diferenciação do mundo adulto. Nesse sentido a criança é:

- a) Um sujeito “não formado” para atuar socialmente, de forma que necessita de constante proteção, de maneira mais próxima da família, e de maneira mais abrangente do Estado, de forma que este possa atuar nessa proteção quando a família não o faz.
- b) Um sujeito cujo estágio de desenvolvimento o impede de tomar suas decisões, o que garantiria ao Estado a obrigação de decidir sobre o que seria benéfico ou ruim ao seu desenvolvimento.

VII - a infância tem direito a cuidados e assistência especiais;(CDC)

VIII- Para efeitos da presente Convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes. (CDC)

IX - Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela. (CDC)

X - Os Estados Partes reconhecem o direito de toda criança a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. (CDC)

XI- (...) preparar a criança para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena;(CDC)

XII - Os Estados Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir:

- a) o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal;
- b) a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais;
- c) a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos.(CDC)

O que se percebe aqui é que os sentidos de criança no discurso oficial acabam por reafirmar os sentidos inaugurados pelos moralistas do século XVIII. A relação entre a fragilidade e a inocência da criança, provoca uma necessidade jurídica de estabelecer normas com o intuito de proteger e educar a mesma. A noção de uma criança “ideal” na qual esse sujeito surge como dependente, não formada enquanto cidadão e não sexualizada é então marcada pelo ordenamento jurídico de tal forma que à criança corresponde um estatuto jurídico diferente do adulto – há aqui uma separação discursiva desses dois estatutos com base na relação de dependência. Enquanto ao adulto é garantida a luta pelos seus direitos, resta à criança a esperança de que o Estado, através de suas instituições, o faça.

Aos sentidos de criança juridicamente dependente contrapõe-se outro sentido promovido pelo ativismo pedófilo - o de criança autônoma e auto suficiente. Aqui além do termo “criança” o termo jovem passa a ser utilizado para se referir a criança. As expressões “relações intergeracionais” e “relações mútuas” surgem como referencia às relações entre adultos e crianças surgindo assim uma construção discursiva de “criança” que, de “tutelada” pelo Estado passa a perseguida e discriminada por leis que a impedem de exercer sua “liberdade” por conta de sua idade.

XIII -In any intergenerational relationship or contact, both partners, the adult as well as the young person, should have it in their power to regulate their own lives, their relationships and the grade of intimacy. (IPCE, NL E-17 Ethics and intimacy in intergenerational relationships. 2004.)

XIII - Em qualquer relacionamento ou contato intergeracional, ambos os parceiros, o adulto, assim como o jovem, devem ter o poder para regular suas próprias vidas, seus relacionamentos e o grau de intimidade.

XIV - Exigimos mayores oportunidades económicas, políticas y sociales para los jóvenes y denunciemos la discriminación desenfrenada por razones de edad que los segrega y aísla en un ámbito de temor y desconfianza. Creemos que los sentimientos sexuales son una fuerza vital positiva. Defendemos el derecho de los jóvenes y adultos de escoger a sus compañeros con los que desean compartir su cuerpo y gozar de él. (North American Man Boy Lovers Association – ¡Bienvenidos!)¹⁶

XIV - Exigimos maiores oportunidades econômicas, políticas e sociais para a juventude e denunciemos a discriminação desenfreada com base na idade que os separa e isola em um ambiente de medo e desconfiança. Acreditamos que os sentimentos sexuais são uma força de vida positiva. Defendemos o direito dos jovens e adultos para escolher seus parceiros que desejam compartilhar com seu corpo e se divertir.

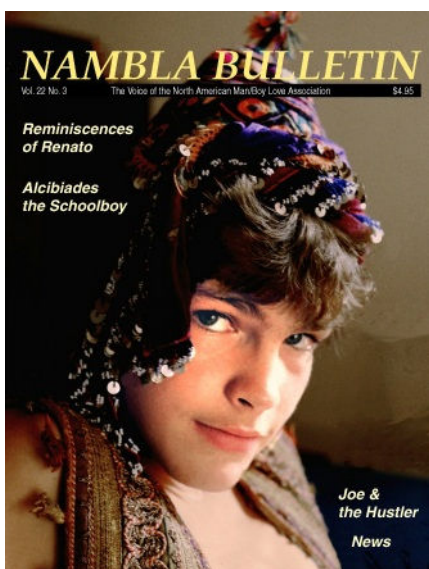
XV - Ipce is a forum for people who are engaged in scholarly discussion about the understanding and emancipation of mutual relationships between children or adolescents and adults. (Welcome Ipce, 2011)¹⁷

XV - Ipce é um fórum para as pessoas que estão envolvidas na discussão científica acerca da compreensão e da emancipação das relações mútuas entre crianças ou adolescentes e adultos.

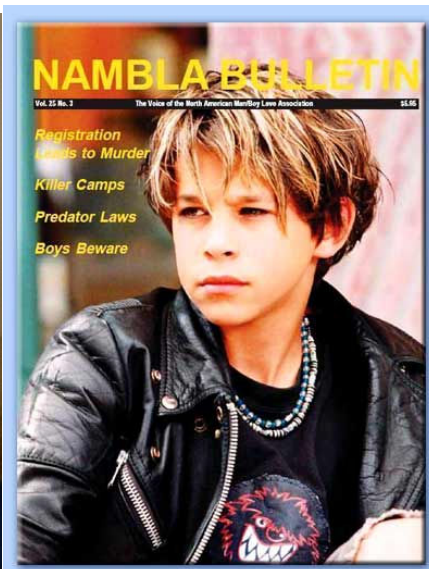
¹⁶ NAMBLA – Disponível em www.nambla.org/bienvenidos.html Acesso em 16/07/2012

¹⁷ Welcome Ipce www.ipce.info. Acesso em 14/11/2011

Diferentemente do efeito de sentidos de criança que emergem do discurso jurídico, a criança aqui seria senhora de seu destino. Os sentidos de que a permissão ou o consentimento por parte da criança para a realização do ato sexual com o adulto seriam conscientes por parte da primeira não poderiam surgir sem o silenciamento do próprio objeto de desejo do pedófilo: se o seu objeto de desejo é um ser auto suficiente (como o adulto) e senhor de suas ações (como o adulto), o que o diferencia do adulto? O fato de ser criança se resumiria então na questão do corpo, materialidade que não permite dúvidas acerca do não preparo daquele sujeito para o ato sexual. O corpo infantil que deveria surgir marcado discursivamente para justificar tal autonomia surge como um simulacro dos modelos adultos de sexualidade.



Nambla Bulletin vol 22 (capa)



Nambla Bulletin vol 25 (capa)

1.1. Objeto/Objetivo

Para Pêcheux (1997a, p. 82), o discurso é dado como efeito de sentidos no bojo das relações sociais entre sujeitos em uma dada enunciação. Entretanto, o sentido não é tido para a Análise do Discurso como fechado, ao contrário ele é marcado pela incompletude do

discurso e do sujeito. Para Orlandi (2005, p. 19), “a incompletude é característica de todo processo de significação. A relação pensamento/linguagem/mundo permanece aberta, sendo a interpretação função dessa incompletude(...)”

Assim, o objeto de nossa pesquisa é o discurso ativista acerca das relações sexuais entre adultos e crianças (pedofilia), reivindicado para circular livremente tanto na ordem do Estado quanto na do cotidiano. Vale ressaltar que o discurso do ativismo pedófilo ao qual nos referimos aqui, não se trata do discurso do pedófilo, mas de um discurso sobre a pedofilia pautado pelas ferramentas discursivas utilizadas em amplo espectro pelos movimentos sociais. Considerando que dada a relação discursiva (demanda de sentido e disputa) da sociedade com essa prática, um discurso que se ergue em defesa da mesma, não é algo que flui livremente na ordem do discurso socialmente aceita. Sendo assim, nosso objetivo principal é analisar como os discursos do ativismo pedófilo, bem como a forma como o ativismo significa sua prática no sentido de garantir (ou buscar garantir) sua livre circulação em oposição aos discursos dominantes sobre o pedófilo e sobre a pedofilia.

Ressaltamos que esse discurso, ao romper os procedimentos de silenciamento/interdição eirromper na formação discursiva do Estado, parte de um movimento sem legitimidade e sentidos que lhe garantam a circulação e prática sem restrições deslocando-se, enquanto estratégia no embate político social, em busca de sentidos que os legitime. Nesse aspecto, a formação discursiva das causas políticas, partidárias e de minorias, se constituem em um espaço de que lhe possibilita ao menos enunciar de um outro lugar que lhe permita circular com regularidades esquivando-se assim dos sentidos negativos do discurso, quer jurídico, quer médico-psiquiátrico.

Tomamos a noção de “acontecimento discursivo” na forma como Pêcheux (2008, p. 17) a concebe, ou seja, como o “ponto de encontro de uma atualidade e de uma memória”. Essa concepção acaba por nos levar a outra noção cara à Análise do Discurso: a de memória. Segundo Orlandi (1999, p. 30), a memória é, ao lado dos sujeitos e da situação, um dos elementos que fazem parte das condições de produção do discurso, condições estas consideradas em dois diferentes contextos: um contexto imediato e um contexto mais amplo, do qual fazem parte “o contexto sócio histórico ideológico” (idem,

ib.). Já a memória é tomada como interdiscurso que é “definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”.

1.2. *Corpus*

O *corpus* é constituído por “textos” (ORLANDI, 2007) publicados em *sites* ligados ao ativismo pedófilo, em especial ao IPCE¹⁸ e ao Newgon¹⁹. Esse *corpus* começou a ser constituído ainda durante o desenvolvimento da pesquisa de mestrado que resultou na dissertação intitulada *Sobre homens e meninos: uma introdução ao estudo da identidade do pedófilo*, na qual analisamos a constituição discursiva do pedófilo. À época tomamos um primeiro contato com os textos do ativismo pedófilo através das publicações da Nambla – *North American Man Boy Lovers Association*, que nos chamou a atenção primeiramente, por sua própria existência – reconhecer a existência de um grupo de sujeitos decididos a defender a aceitação das relações sexuais entre adultos e crianças provocou uma busca por outras manifestações do mesmo tipo. A rede mundial de computadores foi aliada nesse momento de constituição do *corpus*, haja vista que do próprio site da NAMBLA encontramos *links* e termos específicos antes desconhecidos (como p. ex. *boylover*, *girllover* ou *childlover* utilizados em substituição a pedófilo). A presença de um discurso que reina no primado da invisibilidade, do não protagonismo e da não circulação locado num espaço outro, o da reivindicação.

Quando chamamos a internet de “aliada” na constituição do *corpus* tomamos em consideração o fato de que a circulação dos discursos do ativismo pedófilo, em especial do Ipce, originalmente era feita de forma a que apenas os “associados” tivessem acesso – as *newsletters* eram enviadas via correio e alguns contatos eram feitos via telefone. A popularização da internet permitiu que inicialmente os contatos com os associados fossem feitos de forma mais rápida. Posteriormente, a ideia de que a rede mundial favoreceria, ao menos em tese, o anonimato, as *newsletters* passaram a ser disponibilizadas na rede

¹⁸ www.ipce.info

¹⁹ www.newgon.com

mundial. O mesmo ocorre com outras associações já existentes (NAMBLA) que veem na rede mundial uma forma mais segura de contatar seus associados.

Paralelamente, a disponibilização do material do ativismo pedófilo na rede mundial permitiu a abertura de uma nova forma de ação discursiva: a divulgação dos discursos que esses grupos pretendem fazer circular. Dessa forma, os mesmos materiais que antes serviam para o debate interno são disponibilizados como materiais de divulgação, trazendo ao ativismo a sensação de estar rompendo com os limites antes impostos por questões de segurança.

1.3. Metodologia

Segundo Pêcheux (1997a, p. 82) ao definir o discurso não como uma transmissão de informação entre dois pontos A e B mas como “um efeito de sentidos” entre esses dois pontos, o faz partindo da hipótese de que esses dois pontos designam lugares numa determinada formação social e que esses lugares estão “representados nos processos discursivos que são colocados em jogo” (idem, ib.). Daí o conceito de Formações Imaginárias que, segundo Pêcheux, “designam o lugar que o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (idem, ib.) num determinado contexto e em função de um determinado referente, num jogo de antecipação em que o emissor, a partir de uma representação imaginária do receptor constrói suas estratégias discursivas.

Segundo Orlandi (1999, p. 39) as condições de produção que constituem os discursos demandam a existência de alguns fatores – a relação de sentidos e a relação de forças. As relações de sentidos dizem respeito às relações que um determinado discurso tem com outros que o antecederam e o sustentam, além de apontar para outros discursos futuros. Sobre as relações de força, elas são determinadas pelo lugar de onde fala o sujeito dentro do jogo de imagens. Sobre as relações de força Orlandi (idem, ib.) afirma que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”.

A noção de discurso para a AD rompe com a ideia de completude e passa a ser marcada por sua relação com outros discursos, por suas condições de produção, e com sua “exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).” (idem, p. 54). É através

dessa historicidade que o texto produz sentidos e por meio dela é atravessado por uma ou mais formações discursivas. Essas considerações nos permitem pensar o discurso como o ponto onde se encontram, por excelência a língua e a história (Orlandi, 1999, p. 58)

Nesse sentido, e já com o olhar na formação do *corpus* desta pesquisa deparamo-nos com os sentidos de pedofilia que emergem dos diversos discursos que circulam na sociedade. Um deles, mais especificamente é o discurso médico psiquiátrico. O dicionário eletrônico Houaiss (V. 3.0, 2009) data o surgimento do termo *pedófilo* no ano de 1899 apesar de não trazer uma datação específica para o termo *pedofilia*. A publicação da obra *Psychopathia Sexualis* do psiquiatra e neurologista alemão Richard Von Krafft-ebing, cuja primeira edição foi publicada em 1886 é considerada como um dos primeiros compêndios acerca das parafilias, relatadas através da descrição de 237 casos. A parafilia, no discurso médico psiquiátrico²⁰ é tomada como um transtorno de preferência sexual, mas mais precisamente é categorizada, no universo dos demais transtornos dentro do seguinte universo discursivo:

F60-F69: Distorções da personalidade e do comportamento adulto

F65: Transtornos da preferência sexual – parafilias. (do grego *para*, "fora de", e *philia*, "amor")

Conceitualmente as parafilias

(...) são caracterizadas por anseios, fantasias ou comportamentos sexuais recorrentes e intensos que envolvem objetos, atividades ou situações incomuns e causam sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social ou ocupacional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo. As características essenciais de uma parafilia consistem de fantasias, anseios sexuais ou comportamentos recorrentes, intensos e sexualmente excitantes, em geral envolvendo

- 1) objetos não-humanos;
- 2) sofrimento ou humilhação, próprios ou do parceiro, ou
- 3) crianças ou outras pessoas sem o seu consentimento (PSIWEB²¹, 2011)

A pedofilia é considerada uma *parafilia*, inscrita no Código Internacional de Doenças (CID-10) sob o código F-65 (Transtornos de Preferência Sexual), subitem 4 – Pedofilia, ou seja, no discurso médico psiquiátrico a pedofilia é um transtorno cujo foco “envolve atividade sexual com uma criança pré-púbere (geralmente com 13 anos ou

²⁰ Código Internacional de Doenças - CID 10

²¹ http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm_janela.php?cod=143 , acesso em 23/02/2011

menos). O indivíduo com Pedofilia deve ter 16 anos ou mais e ser pelo menos 5 anos mais velho que a criança”. (CID10 *in* PSIWEB, 2011).

O grupo inicial (F60 – F69) do CID demarca claramente que as parafilias estão situadas dentro dos grupos de comportamentos desviantes dos adultos – cujo transtorno (F65) é um objeto de preferência sexual não aceito dentro de um universo discursivo de normalidade (o não desvio). O objeto dessa preferência desviante é a criança e o nome dado a parafilia em questão é pedofilia (F65.4). Ainda sobre a pedofilia inserida no universo das parafilias ela se enquadra nas:

fantasias, anseios sexuais ou comportamentos recorrentes, intensos e sexualmente excitantes, em geral envolvendo: (...)
3) crianças ou outras pessoas sem o seu consentimento

A criança aqui, enquanto objeto de desejo do pedófilo é constituída na relação desviante enquanto um sujeito envolvido numa relação cujo consentimento não está presente, mas de forma diferenciada das “outras pessoas sem seu consentimento”. Constituída discursivamente dessa forma, a criança, no discurso médico psiquiátrico não difere da criança constituída na Grécia Antiga, quando trazemos o interdito que havia nas relações sexuais entre crianças e adultos no período (VRISSIMTZIS, 2002, FOUCAULT, 1990). Na Grécia Antiga relacionar-se com crianças era indigno ao cidadão, por colocar em risco as bases sobre as quais se assentava a sociedade. Quando a pedofilia é constituída discursivamente como desvio de preferência sexual mantém essas relações fora dos padrões da normalidade, interditando-as especificamente aos adultos e locando os adultos que infringissem o tabu o espaço da loucura/do não normal.

Segundo Orlandi (1999, p. 62) a questão da constituição do corpus na AD é um ponto de partida da análise e já um princípio de análise em si mesmo, haja vista que “a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas” (idem, p. 63), organizados em função “da natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza” (idem, p. 64). Dessa forma, os recortes propostos para análise, acabam perpassados pela noção de texto como objeto histórico, distinto do segmento textual, haja vista serem parte de um “todo” textual, marcado por sua relação com as condições de produção.

Assim, ao decidirmos constituir nosso *corpus* pelas *newsletters* do IPCE e pelo material de ativismo do NEWGON o fazemos colocando a questão da circulação de um tipo de discurso marcado pela não circulação e não visibilidade, e os caminhos que esse discurso percorre ou tenta percorrer para que possa circular livre dos interditos que o bloqueiam. Nesse sentido o ativismo pedófilo sabe que seu(s) dizer(es) não encontram acolhida no universo dos discursos circulantes na sociedade e acaba muitas vezes sucumbindo aos próprios interditos, sejam no discurso jurídico, sejam no discurso médico psiquiátrico, para divulgação de suas mensagens:

XVI - Precautions

- *Don't post locally. Go to the next town or factor in some time next time you travel*
- *"Newskin" or gloves are ideas if you are paranoid about fingerprints on paper*
- *Make sure that any laser printer you used was not paid for by credit card, as each one prints a small, unique code. (<http://newgon.com/wiki/Pamphlets>)*

XVI - Precauções:

Não distribua localmente. Vá para uma cidade próxima ou [o faça] durante algum momento da sua próxima viagem.

"Bandagens" ou luvas são ideias, se você for paranóico em relação a impressões digitais no papel.

Certifique-se que qualquer impressora laser você usou não foi paga através de cartão de crédito, pois cada uma imprime um pequeno código exclusivo. (<http://newgon.com/wiki/Pamphlets>)

O excesso de cuidados demarca um sujeito que fala desse lugar interditado: o discurso em prol da possibilidade de existência de relações entre adultos e crianças não encontra uma posição diferente daquelas que sofrem as sanções jurídicas ou médico psiquiátricas. Divulgar essa mensagem marca indelevelmente o sujeito como aquele que fala de uma posição de agressor sexual ou de doente mental, mesmo quando amparado por processos discursivos que remetam ao campo dos diretos individuais, ainda que na relação

de forças existentes nesses processos o pedófilo busque elaborar seu dizer de uma posição outra: a do ativismo. A seleção do corpus em questão então buscou identificar essa relação/tensão entre o discurso do pedófilo e o discurso do ativista e as formas de circulação do discurso do pedófilo a partir dessa mesma relação/tensão.

A essas considerações soma-se a questão da materialidade significativa. Segundo Orlandi (2007, p. 14) a ideia de linearidade do texto não se alinha com a noção de texto enquanto discurso, uma vez que na perspectiva do discurso, uma vez que alteradas as formulações de um texto, alteram-se os elementos que constituem os elementos significantes desse texto – emergem gestos de interpretação diferentes relacionadas a posições sujeito outras, numa outra relação com diferentes recortes da memória e com a exterioridade em consequência dessa alteração. Segundo Orlandi (idem, ib) “Este é um aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto e sua exterioridade”. Todavia a multidimensionalidade do texto de que fala Orlandi não se traduz numa absoluta falta de rumo no que tange aos sentidos que ele possa assumir – ele depende da relação do texto com sua exterioridade, relação esta que determina o espaço que este irá tomar. No dizer de Orlandi (2007, p. 15), “O texto é essa peça significativa que, por um gesto de autoria, resulta da relação do ‘sítio significante’ com a exterioridade”.

Ao abordar a questão da informatização dos textos, Orlandi aponta para o a para o fato de que entre um texto produzido em um computador e um texto produzido a mão, as memórias que os constituem diferem entre si, daí os conceitos de memória histórica (interdiscurso) e memória metalizada (a informatização dos arquivos), existindo numa relação em que a memória metalizada lineariza

“o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições. O que produz o efeito da onipotência do autor e o deslimite dos seus meios” (ORLANDI, 2007, P. 16).

Essas duas memórias produzem diferentes efeitos: a memória metálica, não sujeita a falha aparece como ilimitada em sua extensão e limitada em sua produção o que não ocorre com a memória histórica, a “da língua que falha” (ORLANDI, idem, ibidem), espaço onde o político emerge. Todavia, Orlandi (idem, p. 17) afirma que, apesar da memória metálica apresentar-se de forma diferente do interdiscurso (como fórmula, e

rearranjo), ainda assim há a produção da autoria, mas num nível diferente, por conta das diferenças entre as memórias que constituem esses textos. As diferentes materialidades de um texto demarcam então as “diferenças nos processos de significação” (idem, p. 17).

Partindo desses princípios, a seleção do *corpus* deu-se tomando como base dois aspectos: as condições de produção e o modo de circulação dos textos selecionados. Assim, do Ipce²² selecionamos textos ligados à discussão acerca do ativismo pedófilo postos como propostas ou resultantes de discussões no encontro anual mantido por esse – sua constituição, organização, objetivos e estratégias e publicados na *newsletter* enviada aos associados. Esses textos foram divididos em dois momentos distintos por conta de seu modo de circulação: uma primeira fase marcada pelo uso de *newsletters* enviadas pelos correios entre os anos de 1989 até 1996, e uma segunda fase quando o Ipce passa a fazer o uso da *internet* como forma de circulação das mesmas, sendo que a última *newsletter* considerada neste trabalho foi a publicada em janeiro de 2011. Essa divisão se dá uma vez que a mudança de meio traduz uma mudança direta nas condições de produção do discurso do ativista pedófilo, uma vez que as condições imediatas de produção desse discurso através da rede mundial em alguma medida favorecem o anonimato, uma das grandes preocupações da primeira fase, marcada discursivamente em diversos momentos.

Ao passar de um modo de circulação mais restrito (correios, telefone), em que os discursos do ativismo circulavam principalmente entre os associados para uma circulação mais aberta, via *internet*, as *newsletters* passam a ter também um novo papel: o de divulgador desses discursos, por conta da abertura proporcionada a sua circulação.

I – I can see main areas of communication, where the internet would be an obvious tool: 1) Individual activists and/or pedophile organizations can exchange News, views and in other ways cooperate and 2) we can get ‘our message’ out to a broader public. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

²² Oportunamente faremos uma discussão em relação ao nome Ipce, que num dado momento deixa de ser uma sigla passando a nome.

I - Eu posso ver as principais áreas de comunicação, onde a internet seria uma ferramenta óbvia: 1) ativistas individuais e / ou organizações pedófilas podem trocar notícias, opiniões e cooperar de outras maneiras e 2) nós podemos divulgar “nossa mensagem” para um público mais amplo. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

Em relação ao *corpus* retirado do portal Newgon, foram selecionados textos referentes ao material específico do ativismo: cartazes, *flyers*, *banners*, *stencils*, materiais estes disponibilizados ao ativista para impressão e distribuição e/ou divulgação. Constan também desse corpus as orientações sobre o “como” e “onde” o ativista deve realizar seu trabalho de forma a não ser identificado.

II - PEDÓFILO: ENTRE A DOENÇA, O CRIME E A “ORIENTAÇÃO”.

Discutir o ativismo pedófilo traz inicialmente uma questão: discutir o ativismo pedófilo é discutir a pedofilia e o pedófilo? Uma resposta a essa questão considera a discussão do ativismo pedófilo como parte e uma discussão maior, a do pedófilo e sua prática: a pedofilia.

Partindo desse princípio, vale-nos trazer a tona a discussão anterior que fizemos acerca dos sentidos discursivos de pedófilo e da pedofilia (TAFARELLO, 2007)²³. Nele, analisamos os sentidos dos termos pedófilo e pedofilia em trinta e cinco dicionários publicados entre o final da década de 60 até o ano 2005, classificados em dicionário de língua, dicionário etimológico, dicionário técnico, dicionário escolar e dicionário de gíria, além de analisarmos os sentidos circulantes na mídia escrita. Naquele momento, agrupamos os discursos sobre a pedofilia circulantes na sociedade nos seguintes grupos discursivos: um discurso de cunho etimológico (no qual o valor do termo é dado por seu valor etimológico), o discurso médico psiquiátrico (o pedófilo enquanto doente passível de tratamento), o discurso jurídico (o pedófilo enquanto criminoso passível de condenação) e o discurso “popular” (no qual o pedófilo surge simultaneamente como doente e como criminoso e para o qual a condenação ultrapassaria os limites possíveis da ordenação jurídica brasileira). (anexo II)

Importante notar que muitos desses dicionários pesquisados, especialmente os publicados nos anos 60, 70 e parte dos publicados nos anos 90, inclusive os escolares, que em tese seriam manuseados pelas possíveis vítimas dos pedófilos, davam ênfase ao discurso etimológico, à exceção dos dicionários técnicos observados, que por conta de sua especificidade já trazia o discurso médico psiquiátrico.

A guisa de exemplo, o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caudas Aulete, de 1986, trazia como acepção ao verbete pedófilo “que gosta de criança” e de pedofilia “sentimentos de pedófilo, amor às crianças”. Esse posicionamento, em certa instância, silencia (ORLANDI, 1997, p. 70) sentidos outros que remetem ao abuso sexual de crianças, dentre outros crimes. Entretanto, já a partir do final dos anos oitenta o discurso

²³ Trata-se da dissertação de mestrado defendida em 2007 junto a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul intitulada “Sobre homens e meninos: introdução ao estudo da identidade do pedófilo”.

médico psiquiátrico passa a aparecer com mais frequência nos dicionários de língua, sendo que, no início dos anos 2000 a presença dos sentidos etimológicos diminui, deixando em grande parte de constar nos dicionários de língua que passam a trazer os sentidos de *pedófilo* e *pedofilia* ligados ao discurso médico psiquiátrico.

Furfaro (2006), ao abordar a história da pedofilia desde a antiguidade até o medievo, diz que na Grécia Antiga a relação entre um homem adulto e seu jovem aluno (pederastia – do grego *paidēraistía*, *as;paidēs*, *paid*, ‘menino’, e *erastes*, ‘amante’) evidencia uma aceitação social e mais ainda, de uma normalidade desse tipo de relacionamento como parte de um processo no qual o adulto (*pedagogo*) ensinava a virtude do cidadão ao jovem pupilo. Ao contrário da pederastia, o relacionamento sexual com menores de doze anos, a pedofilia, era ilegal e reprovado socialmente, sendo que em Atenas, os adultos que rondavam os locais onde as crianças treinavam eram sujeitos a pesadas multas.

A cidade de Atenas preocupava-se sobremaneira com essa questão, possuindo, até mesmo, legislação que versava sobre ela. De uma forma geral, essas leis proibiam qualquer tipo de relação sexual com menores de doze anos. A relação com adolescentes em idade entre doze e catorze anos era permitida, desde que partisse de um relacionamento afetivo, duradouro e educacional – aqui já classificada como pederastia (FURFARO, 2006).

Além da questão da idade, a diferença entre a prática da pedofilia e a pederastia ia além. Weitbrecht (*apud* FURFARO, 2006) diferencia esses dois tipos de relacionamento na Grécia Antiga da seguinte forma: enquanto a pederastia representava um relacionamento físico e espiritual duradouro no qual o envolvimento era gradual, a pedofilia era marcada por relacionamentos sexuais fugazes.

Na Roma Antiga, a pederastia continuou a ser praticada, sem, contudo, apresentar-se como parte de um relacionamento mais duradouro – o jovem pupilo (efebo) é substituído pelo escravo e pelo filho do escravo. A *Lex Scanditia* (149 a.C.) punia o adulto que se relacionasse com jovem patricio que não tivesse atingido ainda a maturidade sexual (*praetextati*²⁴). A homossexualidade e a pedofilia eram, no entanto, aceitas quando

²⁴*Praetexta*: Túnica branca com uma larga faixa púrpura que os filhos dos patrícios usavam até os dezesseis anos.

praticadas com escravos e libertos, mas essa “aceitação” só ocorria enquanto o patrício assumisse uma postura sexual ativa, restando ao escravo e ao liberto a passividade.

A *Lex Scantinia* regula a questão do homossexualismo não no sentido de proibi-lo, mas como forma de proteção ao cidadão, impedindo que ele fosse penetrado por seu escravo. Posteriormente, Augusto, Imperador de Roma, viria a proteger o adolescente e a virgem nascidos livres. O que Veyne (id., p. 43) observa é que a classificação da conduta sexual não se dá pelo fato de ela ser realizada com um homem ou com uma mulher, mas sim em decorrência da postura ativa, ou passiva. Ao patrício cabia usufruir do prazer – tanto fazia se ele fosse proporcionado pela mulher (sempre passiva), pelo escravo ou pelo liberto.

O advento discursivo do cristianismo lança um novo olhar sobre a criança, ressignifica-a em seus sentidos, tais como pureza, inocente, bondade etc. que pertence aos sentidos de Deus. Uma das questões foi a forma como o discurso sobre aborto era encarado: largamente difundido na antiguidade clássica (FURFARO, 2006), passa a proibido. Em Tertuliano, lemos que:

Em nosso caso, para os cristãos, a morte foi de uma vez por todas proibida. Não podemos nem mesmo destruir o feto no útero, porque, mesmo então, o ser humano retira sangue de outras partes de seu corpo para sua subsistência. Impedir um nascimento é simplesmente uma forma mais rápida de matar um homem, não importando se mata a vida de quem já nasceu, ou põe fim a de quem está para nascer. Esse é um homem que está se formando, pois tendes o fruto já em sua semente. (APOLOGIA, 2006²⁵)

Esse reconhecimento de que o feto é um “ser” em formação traz implícito o sentido de reconhecimento do homem (aspecto biológico) em todo o processo de maturação – não se trata mais de ignorar a criança como um ser unicamente passivo. A pedofilia começa a ser mais efetivamente rejeitada como prática e os textos antigos que a descreviam são silenciados e destruídos (FURFARO, 2006).

Possivelmente o maior impacto do advento do cristianismo sobre as relações entre adultos e crianças não tenha sido sobre a pedofilia em si, mas sobre a pedofilia homossexual, uma vez que, no período medieval, era comum a existência de contratos de

²⁵ Disponível em <http://www.tertullian.org/brazilian/apologia.html#9> Acesso em 19/02/2011.

casamento entre meninas de dez anos de idade com homens muito mais velhos, apesar de a lei fixar em doze anos a idade mínima para o casamento (idem).

Quanto à pedofilia masculina, por sua ligação com a homossexualidade, era interdita duplamente: como relação sexual com crianças e como relação homossexual. Todavia ela não deixa de existir enquanto prática. Por volta do século XIII eram realizados contratos de aprendizados, por meio dos quais o garoto ficava sujeito às ordens de um tutor, num ambiente promíscuo que favorecia a existência de relações sexuais entre adultos e crianças, sem, contudo enquadrar-se no mesmo sentido do efebo grego, o de preparação do cidadão. Aqui, o relacionamento entre mestre e aprendiz acabava implicando um envolvimento emocional que resultava na relação sexual. As relações pedófilas não ocorriam, no entanto, somente no âmbito dos ateliês e das oficinas. No século XIV, era grande o número de garotos e adolescentes que se prostituíam na cidade de Firenze, na Itália (idem).

2.1 - Pedófilo e pedofilia: parcelas tensas de uma definição

O dicionário eletrônico Houaiss (V. 3.0, 2009) data o surgimento do termo *pedófilo* no ano de 1899 apesar de não trazer uma datação específica para o termo *pedofilia*. A publicação da obra *Psychopathia Sexualis* do psiquiatra e neurologista alemão Richard Von Krafft-ebing, cuja primeira edição foi publicada em 1886 é considerada como um dos primeiros compêndios acerca das parafilias, relatadas através da descrição de 237 casos. Retomando o conceito de parafilia exposto anteriormente, as parafilias estão grafadas no Código Internacional de Doenças (CID-10) dentro do grupo de comportamentos desviantes dos adultos – sendo a pedofilia considerada, como uma *parafilia*, inscrita no Código Internacional de Doenças (CID-10) sob o código F-65 (Transtornos de Preferência Sexual), subitem 4 – Pedofilia, ou seja, no discurso médico psiquiátrico a pedofilia é um transtorno cujo foco

envolve atividade sexual com uma criança pré-púbere (geralmente com 13 anos ou menos). O indivíduo com Pedofilia deve ter 16 anos ou mais e ser pelo menos 5 anos mais velho que a criança. (CID10 in PSIWEB, 2011).

Saindo da ordem do discurso médico psiquiátrico e passando ao discurso jurídico, os sentidos de pedófilo e pedofilia apontam para o sujeito da transgressão – aqui ele não é mais o paciente, ou seja, aquele que sofre de uma doença, mas sim ocupa a posição sujeito agente, aquele que comete um crime, mais especificamente um crime de natureza sexual (prática discursiva de abuso sexual, estupro de incapaz, atentado violento ao pudor) contra uma criança. Aqui valem duas observações: primeiramente, acerca da criança, cujo sentido se diferencia do sentido de criança do discurso médico psiquiátrico no qual a marca do fim da infância é o início da puberdade (daí a preferência do pedófilo por sujeitos pré-púberes). No discurso jurídico, o sentido de criança é determinado pela legislação. Na maioria dos países há uma legislação que define a idade a partir da qual o sexo consensual é autorizado. No Brasil, essa legislação define essa idade como sendo a partir de 18 anos, ou seja, é a partir dessa idade que o sujeito pode, legalmente, dispor de seu corpo e sua sexualidade, sendo que as relações sexuais entre um adulto e uma criança menor de quatorze anos é considerada como estupro e como violência presumida, devido à idade da vítima.

Esses dois efeitos de sentido presentes nesses diferentes discursos sobre a pedofilia provocam mais que um distanciamento discursivo entre as posições marcadas pelos discursos médico psiquiátrico e jurídico. Se, por um lado, o sujeito “pedófilo” presente no discurso médico psiquiátrico não reivindica uma existência (ocupa uma posição de passividade, é ele quem é analisado por especialistas, ou seja, aqui ele é enunciado), um espaço discursivo no campo da sexualidade, como prática socialmente aceitável, haja vista sua posição discursiva como paciente de um impulso e não agente de uma prática (atração e/ou relações sexuais com crianças), por outro lado, no discurso jurídico, o pedófilo surge como agente de uma prática – o abuso sexual contra crianças (TAFARELLO, 2007). Mesmo aqui, também não poderia reivindicar essa mesma existência, haja vista a posição discursiva que ocupa – uma reivindicação custaria caro.

Percebemos que os sentidos de “doença” e “doente” que emergem do discurso médico psiquiátrico sobre a pedofilia, opõem-se ao sentido discursivo que a prática da pedofilia e, conseqüentemente, o pedófilo, fazem emergir no discurso jurídico – o de crime, de tal forma que muitas vezes o sentido discursivo de um (doença) acaba por excluir o sentido discursivo do outro (crime).

A explicação para essa atitude do réu pode estar no laudo psiquiátrico (autos em apenso), que **diagnosticou pedofilia** (grifo nosso). Nos comentários médico-legais (fl. 15 dos autos em apenso), referem os peritos que: "A pedofilia, acima diagnosticada em S., promove um juízo parcial da cognição e da volição frente ao delito em questão. Existe, portanto, nexa causal entre a patologia e o delito. Isto porque o portador desta patologia apresenta um desvio em sua sexualidade, tendo estruturado formas alteradas de comportamento sexual, fora dos padrões normais". (Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul 2001).

Dessa forma, os sentidos dicionarizados para pedófilo e pedofilia saem de um silenciamento marcado ou pela simples ausência do verbete no dicionário ou pelo uso do sentido etimológico²⁶ dos termos, para um sentido ligado ao discurso médico psiquiátrico, no qual a prática pedofílica é tratada como doença ou desvio.

De certa forma, essa exposição acaba promovendo um “choque” entre os sentidos dicionarizados de pedófilo e pedofilia (sejam eles constituídos no discurso etimológico sejam constituídos no discurso médico psiquiátrico) em relação à prática pedofílica. A sociedade, ao representar discursivamente o pedófilo, não o faz com base nesses sentidos, mas sim num sentido semelhante com aquele que encontramos, por exemplo, presente no dicionário de gírias que trata o termo como “papa anjo”, exemplificando seu uso com o enunciado “o cara é um papa anjo e merece morrer na porrada”. (SERRA E GURGEL, 1993 – Anexo II).

Não é preciso muito trabalho para encontrarmos manifestações diversas para os termos pedófilo e pedofilia, principalmente na *internet*, onde a frequência do seu uso é maior do que em outros meios e, além disso, dependendo do sítio onde é publicado, há ainda a possibilidade dos diversos sujeitos, em sua relação com os enunciados (PÊCHEUX E FUCHS, 1997, p. 174), ocultos por pseudônimos e favorecidos pela distância física,

²⁶ Do grego *paidóphilos* – amor a, gostar de crianças.

enunciarem de forma “mais livre” em relação aos interditos. Essa “liberdade” acaba se manifestando discursivamente na forma de comentários às notícias postadas nos sites, respostas à questões postadas em sites de discussão.

A ideia corrente de que a internet é um campo aberto, livre de censura, autorregulada, na qual os sujeitos poderiam se manifestar de forma a não se expor socialmente. Nesse caso, entendemos que esse “efeito de liberdade” acaba por permitir um debate que em outras condições de produção diferenciadas, permitidas pelo fato de os sujeitos ao manifestarem-se em um ambiente que lhes garantiria o anonimato ao mesmo tempo em que serve de canal para a divulgação de propostas, cuja circulação possivelmente fosse interdita por outro meio.

Os discursos sobre e da pedofilia encontram aí campo fértil para sua circulação. Tomando apenas os fóruns de discussão na internet como exemplo, encontramos exemplos distintos desse efeito de liberdade provocado pelo anonimato. Enquanto encontramos relatos de práticas de pedofilia e sujeitos que se posicionam de forma favorável em relação a essas práticas em fóruns como *o Newgon, Free Spirits e El Castillo Azul*, encontramos também em outros fóruns posicionamentos de sujeitos que enunciam de um lugar que extrapola os espaços de interdição provocados pelo discurso jurídico ou pelo discurso médico psiquiátrico.

Um exemplo interessante pode ser encontrado no *Yahoo Respostas*²⁷, no qual a usuária levanta a questão da pedofilia a partir das discussões ocorridas no Congresso Nacional sobre o agravamento das penas para a pedofilia e afirmando que “Em alguns países, utilizam-se em pedófilos e estupradores, medicamentos, que deixam os criminosos sem libido algum, não podendo assim concretizar o crime de pedofilia e estupro.”²⁸ Ao final, a proponente da questão pergunta se os demais usuários “acham” que o Brasil poderia adotar esse mesmo tipo de pena, segundo ela, já adotada em outros países.

Como resposta, obtive manifestações diversas, como “É terrível falar mas acho que pedófilo merecia morrer.”; “É nojento, degradante, não é doença e sim uma coisa

²⁷<http://br.answers.yahoo.com/> Acesso em 14/11/2010.

²⁸Yahoo Respostas, <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20080327221101AA7J0Ou>, Acesso em 14/11/2010.

sórdida.”; “Não precisa nem prender. É só castrar. Sem anestesia, claro, pra punir o crime já cometido. Aproveita e corta os dedos e a língua.”.

Tanto a pergunta proposta quanto as respostas obtidas, acabam por inserir o termo pedofilia e pedófilo não nos discursos etimológico ou médico psiquiátrico, mas sim no universo discursivo no qual se encontram os discursos jurídico (*crime, prender*) e do senso comum (*o pedófilo merecia morrer; não é doença*) e da punição ao corpo (*castrar, amputar dedos e línguas*). É claro que esse exemplo não abarca a totalidade das manifestações que causam a pressão discursiva (quando tomamos o fato de que aparentemente enuncia o pedófilo a partir do discurso jurídico, mas ao mesmo tempo extrapola as práticas permitidas) sobre os sentidos dos termos pedófilo e pedofilia, mas servem como exemplo dessa pressão que acaba no uso discursivo do termo, deslocando-os dos discursos etimológico e médico psiquiátrico para um discurso que, se não podemos afirmar que faz parte do discurso jurídico (o sistema jurídico brasileiro não prevê nem a pena de morte, nem a amputação), percebemos que ele ajuda a compor um discurso do senso comum no qual um crime (ação passível de punição pela legislação) é punido discursivamente pelo senso comum: a gravidade da pena é equivalente a gravidade do impacto discursivo causado pela prática pedofilica.

Em relação ao efeito de liberdade produzido em alguma medida pela *internet*, convém considerá-lo enquanto suporte discursivo cuja especificidade, entre outras, é a de criar condições propícias para a circulação de discursos que não teriam condições de circular de forma livre em seu conteúdo ou amplitude (circulação). Enquanto suporte, a *internet* garante uma enunciação menos regrada que produz um efeito de anonimato aos sujeitos em sua função-autor, condição que lhe propiciaria enunciar a partir de um discurso que não depende das condições de produção específicas na formação discursiva do Estado ou ainda, a partir de um discurso cuja circulação sofra algum tipo de interdito em sua circulação regular.

O efeito de liberdade não se refere apenas ao controle do Estado, mas também ao estado democrático de direitos sociais e políticos, nisso, há normas e regras de enunciação social. A *internet* permite, em certa medida, esquivar-se dessas regras e normas deixando o sujeito em sua função menos propício de ser identificado enquanto em sua

individualidade em relação ao que enuncia. Por outro lado a divulgação de textos ativistas anônimos não encontraria eco na própria estrutura do discurso ativista (quem reivindica o que?). Essa esquiava então não pode e não se dá de forma plena.

Souza (2004), ao discutir a questão da autoria no ciberespaço afirma que a questão da autoria surge como consequência de uma “operação que produz o autor como efeito de operadores do discurso” cujo foco é a legitimidade discursiva da obra.

De fato, é preciso levar em conta não o conteúdo do que se veicula na Internet, mas o estatuto discursivo do site em que se circula. No campo do saber, por exemplo, os membros de comunidades discursivas legitimamente constituídas sempre sabem onde podem difundir seu pensamento sem perder o vínculo autoral com o que pensa, na forma com que é expresso no ciberespaço. (SOUZA, 2004)

Se em momentos de ditadura militar em que enunciar a partir de certos discursos implicava em restrições rigorosas de sujeitos, haja vista estes serem legitimados pelo estatuto do direito, na *internet*, o discurso pode circular e se ritualizar de forma diferenciada, em espaços menos restritos, legitimados pelo próprio estatuto discursivo do site onde são publicados.

É nesse sentido que se refere ao efeito de liberdade como espaço de liberdade para os sujeitos enunciarem desde discursos inscritos na formação discursiva das regularidades sem restrição por parte do Estado até aos discursos restringidos pelo Estado.

III - ATIVISMO PEDÓFILO

O real da linguagem – o discreto, o um –
encontra sua contraparte no silêncio.

(Eni. P. Orlandi, 1997)

3.1 - O ativismo pedófilo: considerações iniciais

Em outra via, registra-se a existência de grupos de pedófilos que buscam dar visibilidade as suas formulações, em forma de organizações, grupos e associações, que reivindicam um reconhecimento na ordem dos discursos circulantes na sociedade. Esse “processo discursivo” (PECHÊUX, 1997) não se dá de maneira pacífica, pelo contrário, acaba por criar um enfrentamento no qual os sentidos de pedófilo, pedofilia e de criança são “transportados” de uma formação discursiva a outra num processo tenso de ressignificação desses mesmos sentidos. Tafarello (2007, p. 99), ao analisar essa ressignificação no contexto da NAMBLA diz que:

O discurso da *NAMBLA* a constitui como “defensora” também dessa outra “categoria” de sujeitos não “reconhecida” pela sociedade: produz a imagem da “criança autossuficiente”, que é madura (por mais que isso aparente uma certa incoerência discursiva) o suficiente para decidir sobre sua vida e seus parceiros sexuais, mas que é reprimida por leis que desconsideram seu “desejo”. Constituída discursivamente dessa forma, a criança deixa de ser um sujeito paciente (que sofre a ação do pedófilo), para se tornar também um sujeito agente: que tem o poder de escolha de seu parceiro sexual.

Esses grupos, atualmente organizados, principalmente, em fóruns na *internet*, surgiram como resultado de uma ação discursiva que se iniciou com o surgimento do *Enclave Kring* no início da década de 50. Fundado por Frits Bernard, o *Enclave Kringsurge* tendo como ponto de partida os estudos promovidos pelo ramo holandês do *Wissenschaftlich-Humanitäres Komitee* (WHK) (Comitê Científico-humanitário) do sexólogo alemão Magnus Hirschfeld, Bernard, que, juntamente com a organização internacional *Institut für Sexualwissenschaft*, (Instituto para a Sexologia), publicou artigos sobre relações sexuais entre adultos e menores por volta de 1933.

Outro elemento que irá influenciar o surgimento e fortalecimento do ativismo pedófilo está posto desde o final do século XIX quando da instauração do discurso médico psiquiátrico acerca da pedofilia. A obra *Psychopathia Sexualis* de Krafft-ebing (1886) possui diversos relatos de caso em que os primeiros impulsos sexuais dos pacientes são relatados como tendo ocorrido entre os 6, 7, até os 14 anos e apesar de lidar com diversos tipos de *parafilias*, incluindo, dentre estas, a pedofilia. Entretanto são as afirmações dos pacientes de Krafft-ebing que servirão de base e influenciarão o ativismo pedófilo em seus primórdios.

Desde minha primeira infância eu adorava deleitar-me com ideias de domínio absoluto de um homem sobre outros. (Krafft-ebing, Caso 57, 2001, p. 57)

(...) X afirmava que seu masoquismo datava da primeira infância. Aos 5 anos pedia às meninas que o despissem e espancassem nas nádegas nuas. (Krafft-ebing, Caso 60, 2001, p. 65, Masoquismo)

Mas meninos de 10 a 15 anos excitavam-no muito. (Krafft-ebing, Caso 228, 2001, p. 292, Pedofilia)

Com a ascensão do nazismo e diante do envio de homossexuais para os campos de extermínio e pela publicação de artigos do código penal que diziam respeito diretamente ao homossexualismo e às relações entre adultos e crianças, o WHK dissolveu-se e a vertente holandesa destruiu toda sua documentação e registros de membros para evitar que estes fossem parar nas mãos do governo alemão. Será a partir de informações fornecidas pelos antigos membros do WHK que Frits Bernard fundará, em 1950, o *Enclave Kring* (Círculo do Enclave).

A fundação desse grupo será o ponto de partida para o que denominou-se “*Ativismo pedófilo*”, que teve seu auge na primeira metade dos anos setenta, principalmente, com a publicação do livro *Sex met kinderen* (Sexo com Meninos) de Frits Bernard, publicado pela Sociedade Holandesa para a Reforma Sexual (NVSH), em 1972. Nessa obra, Bernard traz parte da história do *Enclave Kring* e divulgará pesquisas sobre pedofilia, em grande parte patrocinadas pelo próprio *Enclave*. Era o período central da *liberação sexual*, ocorrida no final da década de sessenta e início da década de setenta, movimento este que provocou mudanças no comportamento sexual de grande parte da população ocidental, como uma visão mais liberal em relação ao sexo fora do casamento, a

nudez pública e a normalização da homossexualidade. Será no final desse período, mais especificamente no ano de 1973 que a Associação Americana de Psiquiatria deixará de considerar o homossexualismo como doença, no que será seguida, em 1975, pela Associação Americana de Psicologia.

Paralelamente ao trabalho de divulgação representado pela publicação de *Sex met kinderen*, o *Enclave Kring* iria desencadear uma ação política, em 1979, quando, em parceria com a NVSH e apoiado por cinco partidos políticos holandeses, associações feministas e associações homossexuais, irão enviar ao Ministro da Justiça holandês uma petição através da qual era requerida a legalização das relações sexuais entre crianças e pedófilos. O grande impacto dessa petição provocou uma reação da Sociedade Holandesa de Psiquiatria que se opôs à descriminalização desse tipo de relação.

Um ano antes, em 1978 surge nos Estados Unidos a *North American Man Boy Lovers Association*, associação de pedófilos homossexuais cujo objetivo declarado é o de *poner término a la extrema opresión que sufren los hombres y chicos que tienen relaciones mutuamente consensuales*²⁹. Sediada nos Estados Unidos da América, a associação é responsável pela publicação de um boletim (*NAMBLA Bulletin*), de um jornal (*NAMBLA JOURNAL*), além de livros e coletâneas de artigos voltados para seus associados. A Associação possui ainda um “Programa de Presos”, cujo objetivo é “buscar dar apoio moral aos ‘boy-lovers’ presos”.

Boa parte dos grupos atuantes na década de 80 e 90 tiveram suas atividades iniciadas no final dos anos setenta, como a NAMBLA, o MARTJIN (1982), a Associação Pedófila Dinamarquesa (1985, extinta em 2004) e o IPCE (1989) (*International Pedophile and Child Emancipation*), organização que visa difundir pesquisas e informações pró-pedofilia. Exercendo um papel mais prático, a Associação Krumme 13 (K13), fundada em 1993 e extinta em 2003, incentivava os pedófilos a se revelarem.

Em 1995, surge o *Boychat*, criado por Lindsay Ashford. A partir desse canal de discussão, os participantes criam, em 1997, o fórum *Free Spirits*, com o objetivo de arrecadar fundos para criar um espaço virtual de armazenamento seguro de informações sobre a pedofilia e as discussões dos participantes. Em 2006, surge o *Forum Newgon*, que

²⁹<http://www.nambla.org/welcome.htm> Acesso em 01/03/2011

reúne uma enciclopédia sobre o ativismo pedófilo, possui um fórum de discussões e distribui material ligado ao ativismo pedófilo, como cartazes, banners, *flyers*, etc.

O dicionário Houaiss (V. 3.0) relaciona o termo “ativismo” a três rubricas: a da Filosofia, a da Literatura e a da Política. No primeiro caso, os sentidos de ativismo estão ligados a “*qualquer doutrina ou argumentação que privilegie a prática efetiva de transformação da realidade em detrimento da atividade exclusivamente especulativa*”. Na segunda rubrica, ativismo liga-se discursivamente à literatura engajada, e na rubrica política, os sentidos de ativismo estão dados tanto à propaganda quanto ao trabalho realizado em prol de um conjunto de ideias.

Tomado por esse aspecto discursivo, os sentidos de ativismo ligam-se portanto, a uma atividade prática, a um conjunto de ações realizadas em defesa de uma proposta, uma ideia, cujo objetivo final será sempre o de mudar uma prática efetiva da sociedade. Daí termos, além do ativismo político, o ativismo feminista, o homossexual, o ambientalista, etc. Na maioria dos casos, essas ações (ativismo) acabaram por inscrever nos discursos circulantes na sociedade outras formas, outras leituras acerca dos temas aos quais eram ligados. Assim foi, por exemplo, com o ativismo homossexual, que conseguiu importantes avanços. Se tomarmos como ponto de partida a posição tomada em 1973 pela Associação Americana de Psiquiatria, que deixou de considerar o homossexualismo como doença, passando pela retirada do termo do Código Internacional de Doenças, passando aos grandes movimentos de ativistas e simpatizantes nas diversas paradas GLS que ocorrem anualmente pelo mundo e, finalmente, a uma posição na sociedade atual que, se não é de aproximação, pelo menos uma sociedade que rejeita a homofobia nos dias de hoje, sabe-se que esse percurso não ocorreu de forma natural, sendo, na verdade, consequência de uma massiva movimentação de ativistas.

Todavia, argumentar de forma favorável a um conjunto de reivindicações discursivas dos pedófilos pode provocar a “ira” da sociedade, num processo de negação da possibilidade de existência de um movimento articulado em prol da pedofilia, mesmo quando esse movimento busca discursivamente uma equiparação com um movimento cujos discursos já circulam de uma forma mais livre na sociedade, como é o caso dos discursos sobre a homossexualidade.

La *NAMBLA* (Asociación Norte americana del Amor entre Chicos / Hombres) fué fundada en 1978. Fué inspirada por el éxito de una campaña basada em la comunidad gay de Boston que se definió contra una caza de brujas local.

Um exemplo, que se pode considerar, de certa forma, se deu na *Wikipedia* quando da publicação de um verbete denominado “Movimento pró-pedofilia”. Diferentemente dos modelos de enciclopédias acima descritos, a *Wikipédia*, enciclopédia virtual, possui diversas características que a diferenciam das enciclopédias impressas – a organização não se dá nem em termos de disciplinas, nem em ordem alfabética. Os artigos se agrupam em temas e se ligam por *links*. Todavia, não é esse aspecto que nos interessa, mas sim a possibilidade dos usuários (sujeitos-leitores) interagirem diretamente com o conteúdo da enciclopédia, incluindo artigos, modificando os que alguém incluiu ou ainda solicitando sua retirada.

Dessa forma, podemos dizer que a reação desse sujeito-leitor ao enunciado presente na enciclopédia é uma reação mais direta do que a reação de um sujeito-leitor de uma enciclopédia impressa, haja vista que, mesmo que este último venha a entrar em contato com os editores, não poderá, por exemplo, acrescentar ou alterar de alguma forma o conteúdo impresso. Talvez suas sugestões venham a ser aceitas numa próxima edição, mas aquela com a qual ele interagiu num primeiro momento, não é mais passível de modificações. Todavia, essa eliminação não se dá simplesmente pela decisão de um coordenador ou administrador da enciclopédia. Aqui, os diferentes efeitos de sentido do enunciado proposto provoca diferentes reações dos sujeitos leitores, que ao final definem pela permanência ou não da página à partir de uma postura ideológica dada pelo que é enunciado por um sujeito auto denominado “coletivo” ou seja, que pretende ser a voz uníssona dos demais sujeitos leitores.

Assim, ao produzir um texto para a *Wikipedia*, ou comentá-lo, ou ainda, participar de uma discussão e votação para eliminá-lo da enciclopédia, o sujeito acaba por, em sua manifestação, revelar o lugar discursivo de onde enuncia, os interditos pertencentes a esta posição e mesmo, qual é esse lugar. Mesmo que, aparentemente, sob a jurisdição de uma “filosofia” específica (*wiki*), os efeitos de sentido acabam por ultrapassar esta

jurisdição. Aspectos dessa “filosofia” aparecem na página “Políticas oficiais”³⁰, na qual a inclusão de artigos não acabados é incentivada, em prol de uma “edição colaborativa”:

No entanto, uma das grandes vantagens dos sistemas Wiki é que versões iniciais incompletas ou mal escritas de artigos podem evoluir para refinadas obras primas através do processo de edição colaborativa. Isto concede à nossa abordagem uma vantagem sobre outros meios de produzir produtos finais similares. Assim, a inclusão de versões iniciais ainda mal acabadas deveria ser encorajada o quanto for possível. (wiki, PO, 2008)

Esse “incentivo”, se, por um lado, “fortalece” a proposta de “edição colaborativa”, por outro, deixa clara a existência de um controle que se pretende qualitativo, mas que também o é ideológico: a existência de diversos sujeitos “editores colaboradores” provoca a existência de um sujeito “editor uno”, que aparentemente representa o pensamento de todos os participantes. Todavia, extensão desse pensamento é delimitada pela existência das “políticas oficiais” da *Wikipédia*, ou seja, a colaboração e participação é “livre” desde que respeite o universo discursivo de delimitações e interditos das políticas da enciclopédia. São essas políticas que servirão de base para as discussões sobre quais artigos serão mantidos ou não na enciclopédia.

É na *Wikipédia* que, no dia 04/07/2006 um dos sujeitos-compiladores (colaboradores) dessa enciclopédia postou um artigo originalmente denominado *Movimento Pró-pedofilia*, que posteriormente, após discussões entre os participantes da enciclopédia, o conteúdo foi redirecionado para *Activismo Pedófilo*, mantendo-se uma página em branco para o *Movimento pró-pedofilia*.

A presença de um artigo denominado “Movimento pró-pedofilia” acaba por implicar na existência desse movimento – existência essa questionada por muitos dos *sujeitos-compiladores* da *Wikipédia*. Todavia a expressão acaba por mexer profundamente nas redes de memória dos sujeitos envolvidos que acabam por “repudiar” a existência do artigo fugindo de uma ligação direta da enciclopédia com a possível existência do movimento, vinculando-o com a abertura de portas para outros possíveis movimentos. A discussão³¹ é dividida em duas páginas: uma dedicada à opinião daqueles que querem que a

³⁰http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Políticas_da_Wikipédia_Lusófona/Políticas_Oficiais

³¹http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:P%C3%A1ginas_para_eliminar/Movimento_pr%C3%B3-pedofilia#Movimento_pr.C3.B3-pedofilia

página sobre o movimento pró-pedofilia seja apagada e aqueles que querem sua manutenção. Na primeira, alguns argumentos acabam por situar o movimento no campo do discurso jurídico e enfatizando as possíveis relações da enciclopédia com o tema:

XVII - Haverá também um artigo pró-estupro da mãe por filho seguida de assassinato por degola acompanhada de enforcamento do pai sucedido por atos de necrofilia e de suicídio? ou só pró-abandono de filhos com menos de um ano em saco plástico na lagoa da Pampulha? Depois vamos imprimir e distribuir numa escola primária e dizer que é de fonte "respeitável e autorizada"? afinal é uma enciclopédia que concorre com a Britânica. Se não, qual a diferença ética ou legal? Tem um monte de teses explicando a "normalidade" de cada ato deste e dizendo da injustiça da lei que pune ou proíbe. (Wikipedia³²)

XVIII - O meu imparcialismo não consegue ser tão frio nem tão desprovido de bom-senso a ponto de votar para manter esta página. (idem)

XIX - Acho uma vergonha isso! Daqui a pouco estaremos fazendo apologia ao tráfico e nazi-fascismo. A legislação brasileira proíbe estes atos veementemente, pouco importa se é verbete, o que não fica claro no artigo. É uma apologia clara e direta e deve ser combatida com todos os rigores.nº edições insuficiente (idem)

XX - Não é um movimento em termos sociológicos ou jurídicos mas sim uma tentativa de aglomerar atividades individuais dos grupos mencionados num pseudo-verbete com o objetivo de socializar a temática no Brasil e internacionalmente. Se essa votação decide para manter, a Wikipedia poderá ser responsável pela criação e justificação do *movimento pró-pedofilia*.

O que se pode perceber é que a vinculação direta da enciclopédia a um movimento pró-pedofilia acaba por levar diversos participantes à sua negação – vincular a enciclopédia ao movimento representaria a vinculação direta dos sujeitos-compiladores a

³²http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:P%C3%A1ginas_para_eliminar/Movimento_pr%C3%B3-pedofilia#Apagar

este movimento. A autoria conjunta é chamada a um “estado de direito” diversas vezes, principalmente pela utilização do pronome pessoal em 1ª pessoa do plural. Apesar de identificado o sujeito-compilador que publicou o artigo/verbete, os demais sentem-seco-responsáveis por sua publicação. (XVII) “Depois **vamos** imprimir e distribuir numa escola primária e dizer que é de fonte "respeitável e autorizada"?; (XIX) “Daqui a pouco **estaremos** fazendo apologia ao tráfico e nazi-fascismo.”, ou ainda, reconstituindo o “sujeito-uno” (grifo nosso), representado pelo coletivo dos sujeitos-compiladores e atribuindo discursivamente a responsabilidade a esse coletivo (Wikipédia) (XX) Se essa votação decide para manter, a Wikipedia poderá ser responsável pela criação e justificação do *movimento pró-pedofilia*.” Aqui, apesar do distanciamento marcado pelo pronome pessoal em 3ª pessoa, a responsabilidade continua pesando discursivamente para todos os sujeitos, uma vez que esse “sujeito-uno” é constituído pela totalidade dos sujeitos compiladores – se couber à Wikipédia a responsabilidade da criação desse movimento por conta da divulgação do verbete, essa responsabilidade é estendida a todos os sujeitos-compiladores. Todavia, apesar da coletividade autoral manifestada, os interditos que atingem os sujeitos individualmente não deixam de se manifestar. Em (XVIII) o sujeito, ao declarar que seu “imparcialismo” não chega ao ponto de admitir a publicação da página, ele acaba por admitir que o conteúdo (movimento pró-pedofilia), independentemente de sua existência, precisa ser silenciado, sem, contudo, negar sua existência como conteúdo “publicável”.

Aqui o sujeito declara a sua posição enquanto sujeito-compilador, ao mesmo tempo retira essa declaração ao dizer que ela não permite que vote pela manutenção do artigo, ou seja, apesar de uma pretensa “imparcialidade” ser elemento fundamental para a publicação de conteúdos na Wikipédia e de ele reconhecer sua possibilidade. É a imparcialidade desse sujeito-compilador que não é “fria” o suficiente para votar pela permanência da publicação. Ao chamar para si a questão da frieza – elemento subjetivo que atinge sua imparcialidade coloca em xeque a questão da parcialidade na própria enciclopédia. De toda forma, aqueles que votaram pela retirada do artigo/verbete “Movimento pró-pedofilia” acabam fazendo-o por relacionar o artigo diretamente com a

prática do pedófilo (abuso sexual de crianças), marcando posição no sentido de afastarem-se discursivamente dessa prática e silenciando-a.

Já nas páginas que defendem a manutenção do artigo/verbetes, a questão é discutida a partir do afastamento da prática pedofílica em prol de uma aproximação com o que seria uma “função” da enciclopédia:

XXI - Todo movimento relevante deve estar na enciclopédia. Não existe o verbete "Movimento Pró-Homicídio" (ou outros "pró") porque tais movimentos não existem. Se existe o movimento pró-pedofilia (lembro da polêmica recente sobre o "partido pedófilo" na Holanda), então ele deve ser relatado.³³

XXII - Sendo imparcial, o tema é relevante. Não é necessário o aviso em vermelho, por causa do "Aviso geral", mas ao mesmo tempo é necessário dizer no próprio texto do artigo que o tema é polêmico e as apologias do movimento são criminosas em muitos países, incluindo o Brasil, Portugal etc. (idem)

XXIII - Como foi dito na discussão, fica patente nesta seção (Artigos para eliminar) a imaturidade editorial daqueles que contribuem para esta enciclopédia. Haja hipocrisia. Melhor que ignorar algo que me dá náusea, prefiro mantê-lo sob minhas vistas. Aposto que se excluirmos, em dias o artigo será recriado e nem ficaremos sabendo.(idem)

XXIV - Mover para activismo pedófilo???? E marcar como parcial e com falta de fontes... (idem).

Os sujeitos-compiladores que se manifestam por manter o artigo/verbetes não se manifestam discursivamente a favor da questão do movimento pró-pedofilia em si. Acabam por discutir a relevância do tema alinhando-o com outros, inclusive com o próprio “objetivo” da enciclopédia: *(XXI) Todo movimento relevante deve estar na enciclopédia.;* *(XXII) Sendo imparcial o tema é relevante;* e a própria posição dos sujeitos-compiladores

³³http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:P%C3%A1ginas_para_eliminar/Movimento_pr%C3%B3-pedofilia#Manter

(XXIII) [...] a imaturidade intelectual daqueles que contribuem para esta enciclopédia.
(XXIV) Mover para *ativismo pedófilo*???? E marcar como *parcial e com falta de fontes...*
(idem).

A proposta de mudança de título acaba acatada e a “mudança” de *Movimento pró-pedofilia* para *Ativismo pedófilo* acaba contribuindo para a manutenção do artigo/verbo na *Wikipédia*. Entre a existência de um movimento e a existência de um ativismo, este acaba causando um efeito de sentidos menos “devastador” nos sujeitos-compiladores. Segundo o Houaiss (2001, VE), o verbo *movimento*, nesse caso significa “conjunto de ações de um grupo de pessoas mobilizadas por um mesmo fim”. Já o sentido de *ativismo* implica em

qualquer doutrina ou argumentação que privilegie a prática efetiva de transformação da realidade em detrimento da atividade exclusivamente especulativa, freq. subordinando sua concepção de verdade e de valor ao sucesso ou pelo menos à possibilidade de êxito na ação

A diferença discursiva é marcante: Se por um lado, o efeito de sentido de *movimento* implica na ideia de algo estruturado, organizado e funcionando de forma efetiva - basta verificarmos na própria *Wikipédia* os artigos/verbetes sobre os Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra³⁴ ou dos Trabalhadores sem-teto³⁵ - por outro lado, o efeito de sentido de *ativismo* lança a questão no campo do debate ideológico. Envolver-se com o *movimento* implica em ligar-se às ações, falar de um mesmo lugar, de um determinado grupo. Aceitar a existência de um ativismo restringe a questão para o campo ideológico – uma doutrina tem sua verdade estabelecida a partir do sucesso em sua ação discursiva.

Dessa forma evita-se que enciclopédia envolva-se discursivamente com uma ação que poderia autenticar a existência do movimento, ao mesmo tempo preservando-a de uma futura existência de fato desse movimento.

Entretanto, ao tentar se distanciar ou silenciar a existência de um movimento “pró-pedofilia”, a *Wikipédia* acaba autenticando-o mesmo com a mudança do título. Ao manter no ar as discussões entre os sujeitos-compiladores tanto a favor quanto contra a manutenção do artigo “movimento pró-pedofilia”, expõe as instâncias ideológicas e

34 http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Trabalhadores_Rurais_Sem_Terra

35 http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_dos_Trabalhadores_Sem_Teto

os interditos que levaram cada um dos participantes a votarem contra ou a favor, o que acaba apontando para um distanciamento, não da ideia de movimento, mas sim da prática pedofílica que é silenciada e atacada. Tanto o é que a *Wikipédia* no primeiro parágrafo do verbete/artigo *Activismo Pedófilo*, quando trata dos objetivos desse ativismo, informa: “Tais objectivos são repudiados pela opinião pública e pelo Código Civil, mas na prática a idade em que esta crítica se aplica varia fortemente de país para país.” (Wikipedia³⁶)

3.2 - Condições de Produção do Ativismo Pedófilo

Para Orlandi (1999), os elementos que entram em jogo nas condições de produção do discurso são os sujeitos, a situação e a memória, no que tange a forma como ela faz valer as condições de produção. Diz ainda que as condições funcionam de acordo com certos fatores: a) relação de sentidos – *um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros* (idem, p. 39), b) o mecanismo de antecipação, que dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o locutor e c) a relação de forças: *O lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz* (39). As relações de força são sustentadas pelo poder dos diferentes lugares. Esses mecanismos repousam nas Formações Imaginárias que determinam as posições ocupadas pelo sujeito no discurso – entendidos não como sujeitos físicos, mas suas imagens que resultam de projeções marcadas pelo mecanismo de antecipação. Para Orlandi (1999, p 40), “o que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio histórico e à memória (o saber discursivo, o já dito)”.

No caso do Ipce, esta organização surge no final dos anos 80 com o objetivo declarado de ser um espaço onde a pedofilia pudesse ser debatida a partir de um viés científico. Sua atuação se dá na forma de apoio aos grupos constituídos em diversos países e a pedófilos que não fazem parte de nenhum grupo. Anualmente promove um encontro itinerante, cuja organização depende de grupos localizados em diversos países da Europa. Esse encontro é a mola propulsora de duas *newsletters* enviadas semestralmente aos

³⁶http://pt.wikipedia.org/wiki/Activismo_ped%C3%B3filo

associados: a primeira, no primeiro semestre de cada ano, com a pauta de discussões e textos norteadores do encontro e a segunda com as discussões e decisões tomadas pelos associados presentes no mesmo.

Os temas discutidos em cada encontro versam sobre a situação de cada associação nacional participante, ocorrências com pedófilos, discussões acerca da imagem do pedófilo na sociedade, divulgação de estudos que vão de encontro ao pensamento do grupo, estratégias de divulgação e ampliação do movimento e estratégias de proteção aos associados.

Para cada tópico demarcado anteriormente, durante o encontro anual são criados grupos de estudo que ao final apresentam o resultado de suas discussões, que serão publicadas na *newsletter* correspondente ao encontro. Dessa forma o Ipce pretende que os resultados de seus debates sirvam como orientação para as “ações” práticas dos diversos grupos de pedófilos a ele associado.

Os resultados dos debates também servem para unificar as linhas de argumentação, pelo mecanismo de antecipação, na defesa de suas práticas, tanto no que se refere a definição própria do que seria o pedófilo quanto no papel deste em relação à criança, passando também por uma definição de criança bastante voltada para os objetivos das associações. Todo esse material é disponibilizado no site do Ipce, para download e leitura de qualquer indivíduo.

XXV – What I suggest now is that we create a new image of an ideal pedophile as we want him to be. I want to paint a picture of a boy-lover who takes his “job” seriously: (IPCE³⁷, NL³⁸, PI³⁹, 1993, 06);

XXV - O que eu sugiro é que agora nós criemos uma nova imagem de um pedófilo ideal como queremos que ele seja. Eu quero pintar um retrato de um boy-lover que leva o seu "trabalho" a sério (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

³⁷ IPCE

³⁸ Newsletter

³⁹ Pedophile Images

XXVI – We can never convince people that pedophilia is OK as long as they have a negative image of what a pedophile is and how he behaves. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

XXVI - Nunca podemos convencer as pessoas de que a pedofilia é OK uma vez que elas tem uma imagem negativa do que é um pedófilo e como ele se comporta. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

A presença de uma relação entre o(s) pedófilo(s) existentes e a criação de uma imagem de um pedófilo “ideal” traz em si um posicionamento do ativista pedófilo em função da relação dos primeiros (o pedófilo não ideal???) com a sociedade, quando tomamos as distâncias possíveis entre as práticas dos pedófilos existentes e uma prática “ideal” do pedófilo “ideal”, tida aqui como objetivo a ser atingido ou modelo a ser perseguido.

Os textos das *Newsletters* de 1993 remontam ao início das atividades do Ipce, ou seja, fazem parte das primeiras discussões deste em função dos objetivos a que se propõem. Não sem motivo essa é uma fase de discussão de conceitos operacionais e da estrutura das ações dessa entidade. A discussão dos sentidos de pedófilo para a sociedade não poderia deixar de ser um desses pontos de partida. Em todo processo aqui há uma consciência clara de que a imagem do pedófilo circulante na sociedade não permite quaisquer tentativas de abordagem por parte do ativismo. Os sentidos de agressor, doente mental, criminoso encontram-se de tal forma arraigados na sociedade que o próprio Ipce reconhece a questão da imagem que a sociedade possui do pedófilo como forte empecilho (*XXVI – We can never convince people that pedophilia is OK as long as they have a negative image of what a pedophile is and how he behaves. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

Assim a “nova imagem” (XXV) do pedófilo a ser criada surge como ferramenta de convencimento da sociedade, não como proposta de prática de mudança do próprio pedófilo. Para o Ipce o que se há de criar não é uma nova imagem do pedófilo em si que reflita novas práticas, mas sim uma imagem que leve a sociedade a aceitar tanto o pedófilo quanto suas práticas.

Pêcheux (1993, p. 84) diz que em todo o processo discursivo o emissor supõe uma “*antecipação das representações* do receptor, sobre a qual se funda a estratégia do

discurso”. Sobre esse mecanismo de antecipação, Orlandi (1999, p. 39) afirma que o sujeito possui a capacidade de antecipar-se em relação ao seu interlocutor “quanto ao sentido que suas palavras produzem”. Esse mecanismo permite ao sujeito elaborar estratégias de arregimentação ou convencimento de seu interlocutor, independente da posição que este ocupe em relação ao lugar ocupado pelo próprio sujeito, ou seja,

Esse espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele vê como adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige todo o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor. (idem, ib.)

O ativismo pedófilo sabe que os sentidos que a circulação dos discursos em defesa da prática da pedofilia não circulam livremente e muito menos instaura-se a partir de uma posição diferenciada daquelas que já circulam na sociedade. Ao não poder fazer circular sentidos positivos em relação a sua prática, o pedófilo ativista reconhece que esta está imiscuída de sentidos outros que lhes fogem ao controle e dos quais, de certa forma, não consegue escapar.

Retomando o jogo de imagens de Pêcheux, a relação entre o pedófilo e a sociedade se pauta por um jogo de divergências. Numa das pontas, o pedófilo atribui a si mesmo um lugar de atribui sentidos positivos a sua prática:

XXVII – The experienced pedophile has qualities wich are lacking in many teachers and other pedagogues: the ability to identify with the child’s world, to talk with children on equal terms to offer guidance without being judgmental. (IPCE, NL, TSFCL⁴⁰, 1993, 07);

XXVII - O pedófilo experiente tem qualidades que faltam a muitos professores e outros pedagogos: a capacidade de se identificar com o mundo da criança, para conversar com as crianças em condições de igualdade para oferecer orientação sem realizar julgamentos. (IPCE, NL, TSFCL, 1993, 07);

Falar de um lugar assim acabaria por apagar os sentidos de agressão, estupro, perversão que circulam socialmente em relação a pedofilia. A criança aqui assume um

⁴⁰ The social function of the Child-Lover

papel de “companheiro” do pedófilo que por sua vez surge como especial amigo/confidente... aquele que entenderia por completo o universo da criança e por colocar-se num mesmo plano discursivo poderia “guia-la” em seu desenvolvimento.

As *newsletters* do Ipce surgem então como ferramenta de dupla função: elas são por um lado ferramentas de estruturação do ativismo pedófilo do Ipce e por outro lado ferramentas desse próprio ativismo, uma vez elas estão disponíveis a qualquer sujeito que queira acessá-las através da *internet*⁴¹. O que diferenciaria efetivamente a produção dos sentidos será o interlocutor: enquanto o membro do Ipce participa ativamente das discussões e tem papel preponderante no resultado do que será publicado nas *newsletters* o não membro surge como o interlocutor externo que terá contato com os postulados. A “nova imagem” a ser criada é a este dirigida. Não que as práticas dos pedófilos sejam alteradas nem o pedófilo em si transformado em sua prática. O que o Ipce busca é a transformação na forma como os sentidos sobre o pedófilo e suas práticas circulam na sociedade, livre dos interditos e sanções legais.

Essa busca se daria apoiada em dois pilares fundamentais para os objetivos do ativismo pedófilo cuja ausência tornaria infrutífera toda ação discursiva desencadeada (XXVII): o deslocamento dos sentidos de pedófilo (como agressor, estuprador, aquele cuja influência é negativa para a criança e, conseqüentemente, para a sociedade) para o de um pedófilo “ideal” cujo papel mesclaria os papéis de dois outros sujeitos: aliaria a experiência da figura do adulto encarregado de educar a criança (pais, professores, etc), com a de “amigo conselheiro”, cuja proximidade com a criança permitiria uma maior intimidade desta com o pedófilo.

O primeiro pilar, se estabelece numa relação com a educação do jovem e faz emergirem os sentidos de professor, orientador, educador remontando o próprio papel do pedagogo na Grécia Antiga, em que o sexo fazia parte do processo de formação do jovem grego. A proximidade da figura desse “pedófilo ideal” com a do pedagogo traria a noção do sexo como parte de um processo que não dependeria do desenvolvimento físico-mental da

⁴¹Mesmo que inicialmente tenham tido circulação restrita aos membros do Ipce, sua posterior disponibilização na internet permite essa afirmação.

criança, como um processo natural, mas sim como parte de um processo educacional numa relação em que o pedófilo (“professor”) guiaria a criança (pupilo) rumo ao conhecimento.

Schérer (1982) tece uma crítica à forma como a sociedade dá o construto da criança. Segundo ele, a noção de responsabilidade para a criança é manejada de forma a ficar dentro dos limites e princípios da sociedade adulta. Para Schérer (1982) esse sistema de responsabilidades compromete “a criança, no prolongamento de adultos que renunciam de uma vez por todas ao exercício de uma parte essencial da sua liberdade” (p. 78) sistema esse pautado num conjunto denominado de Direitos da Criança que o autor afirma serem ferramentas de uso dos adultos para sujeitar e moldar as crianças.

Schérer (1982) afirma ainda que todo conjuntos de normas que visam a assegurar os direitos das crianças está pautado por um “sistema de clausura e exclusão” (p. 79), cujos componentes seriam a noção de responsabilidade, como “lado aparente, conscientemente manipulado, a expressão desse sistema” (p. 79); a clausura, como limite do conjunto das tolerâncias e a exclusão, que ao caracterizar a criança como irresponsável por seus atos, permite ao mesmo tempo a liberdade em relação a algumas obrigações sociais como autoriza a tutela por parte do adulto. Por outro lado, a exclusão serviria para manter na invisibilidade outra questão: “A proteção da criança protege o adulto contra uma possível agressão aos seus hábitos e às suas leis” (idem, ib, p. 80)

Schérer (1982) ao explorar a relação entre professor e aluno critica um modelo pedagógico que interdita o toque (*noli tangere*) logo que a criança adentra a escola, estabelecendo-se assim entre os corpos da criança e do adulto um vazio constitutivo. Para Schérer, a distância entre esses corpos privaria a criança do direito ao desejo ao mesmo tempo que protegeria o professor das pulsões, assumindo este uma neutralidade afetiva. Esse interdito (*interdito do contato*) pressupõe que “entre o corpo da criança e o do adulto se estabelece um vazio constitutivo” (idem, ib. p. 91). O *noli tangere* ao provocar o que Scherer denomina *desvestimento libidinal* tanto para o professor (de forma direta) quanto para o aluno (de forma indireta) implicaria numa condição de censura marcada pela distância dos corpos. *A distância real torna-se privação dos desejos* (idem, ib. p. 93). Scherer termina seu texto apontando o fim do *noli tangere* como fundamental para reconstrução de um modelo no qual o que ele denomina “associações bizarras” (a relação

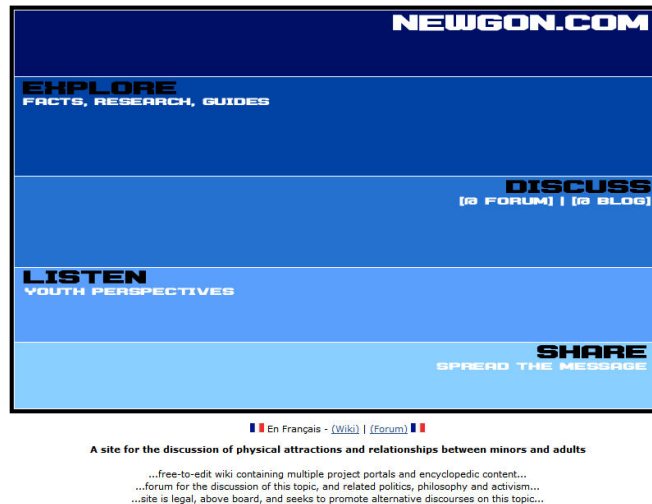
entre Crésus, 50 anos e Sélima, 14 anos – “Um velho lúbrico e uma rapariga como modelo de relação educativa” ?) entrariam numa situação de normalidade, ou nas palavras de Scherer, transformam-se “(...) em enfeite e adorno de harmonia” (idem, ib., p. 112). Schérer aponta para o próprio risco da aproximação dos corpos numa relação adulto/criança.

A queda dos interditos de contato entre corpos traria uma naturalidade para o ato em sí, naturalidade essa que a sociedade pretenderia interditar através do sistema de clausura e reclusão? A queda do interdito de contato permitiria a circulação livre dos sentidos de pedófilo e das práticas da pedofilia. Nesse sentido o interdito de contato emergiria como “protetor” de um modelo prejudicial às crianças e como interdição a um modelo que, cuja essência a sociedade não quer discutir.

Os sentidos de “pedófilo ideal” não surgem como ideal enquanto prática do próprio pedófilo ou para a criança, mas sim como ideal para garantir um espaço de circulação numa estrutura social que rejeita suas práticas. O ativismo pedófilo então, ao buscar essa imagem de “pedófilo ideal” o faz buscando “minar” a memória que leva aos sentidos de crime e doença que, a seu ver, seriam aqueles que impediriam a livre circulação dos discursos do ativismo acerca da pedofilia. (XXVI – *We can never convince people that pedophilia is OK as long as they have a negative image of what a pedophile is and how he behaves. (IPCE, NL, PI, 1993, 06)*);

Já o *Newgon* possui um funcionamento diferente em relação ao *Ipce*, diferenciando-se deste inicialmente por não promover ou organizar encontros entre os membros participantes, funcionando a partir de um portal (www.newgon.com) que é o meio de contato entre os pedófilos, repositório de arquivos de textos e imagens que possuem foco tanto na informação ao usuário quanto na prática ativista.

O portal do *Newgon*, publicado em inglês e francês, é dividido basicamente em:

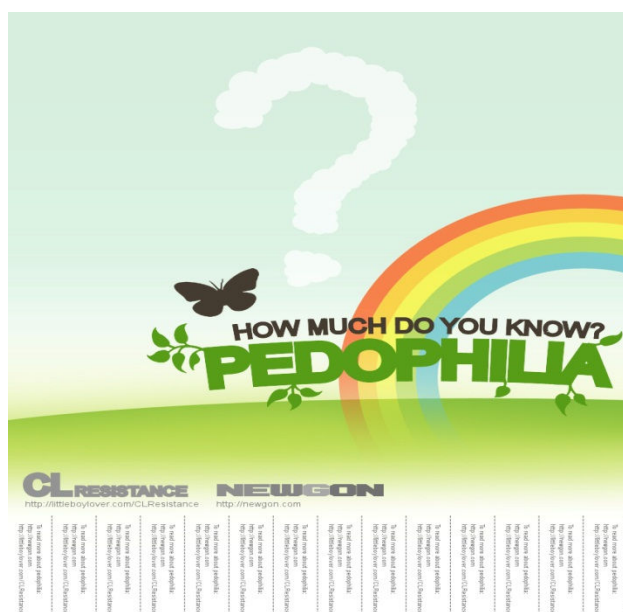


Página Inicial do Portal Newgon

- a) **Explore:** Leva a uma *wiki*⁴² que “visa documentar fatos, opiniões, argumentos, pesquisas e testemunhos relativos à atrações físicas e as relações entre menores e adultos”
- b) **Discuss:** Leva a um *fórum* e a um *blog* de discussões
- c) **Listem (youth perspectives):** Leva a parte da *wiki* (item a) cujo foco são os testemunhos de jovens que tiveram relações com pedófilos de ambos os sexos.
- d) **Share (spread the message):** Leva a fonte de panfletos e mídia promocional (folders, cartões, etc.) com mensagens relativas a visão do ativismo pedófilo acerca da prática da pedofilia e com o endereço do portal Newgon. Nessa parte há uma série de orientações práticas sobre as melhores e mais seguras formas do ativista divulgar a mensagem sem se expor, desde os cuidados com os locais onde deixar o material, passando pelo uso de luvas para manuseio do mesmo até o uso de dinheiro ao invés de cartões para pagamento das impressões.

⁴²Os termos **wiki** e **WikiWiki** são utilizados para identificar um tipo específico de coleção de documentos em hipertexto ou o software colaborativo usado para criá-lo. (...) Este software colaborativo permite a edição coletiva dos documentos usando um sistema que não necessita que o conteúdo tenha que ser revisto antes da sua publicação. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wiki>: Acesso em 08/07/2011.)

O que mais diferencia o ativismo do Newgon em relação àquele praticado pelo Ipce é a presença de publicações que veiculam mensagens relacionadas com as publicadas no Ipce, sendo contudo destinadas especificamente ao público em geral. Trata-se de um conjunto de Cartazes, banners folders, flyers e moldes vazados com mensagens que buscam fazer circular os discursos do ativismo. O conjunto cartazes e flyers juntamente com o folder denominado *Myths & facts about pedophilia* estruturam uma espécie de jogo de perguntas e respostas que visa divulgar as mensagens de forma a desestabilizar os sentidos circulantes.



No caso do cartaz, a pergunta *How much do you know?* seguida da palavra *Pedophilia* acaba por causar um efeito de incompletude em relação ao conhecimento do interlocutor sobre a questão da pedofilia. Instaure-se discursivamente uma dúvida sobre se o mesmo teria a totalidade das informações presentes acerca da questão e em seguida um “convite”: o endereço dos portais do *Newgon* e do *Child Lover Resistance*, onde, entre outros materiais de divulgação, o interlocutor do ativismo pedófilo irá encontrar o panfleto *Myths & facts about pedophilia* em duas versões: uma primeira estruturada em dez sentenças (“mitos”) e as explicações a partir da ótica do ativismo (“fatos”). Um segundo folder contém cinco dessas sentenças. De forma geral, esses conjuntos – mito e fato - procuram deslocar discursivamente os sentidos de pedófilo das formações discursivas

médico psiquiátrica ou jurídica para um formação discursiva outra, passível de circulação e diretamente ligada aos postulados do Ipce quando tomado o aspecto da criação da imagem de um “pedófilo ideal”.

Parece-nos óbvio que a presença da oposição discursiva mito <> fato represente diretamente a relação entre o que não é uma “verdade absoluta” (mito) e o que viria a ser (fato). Essa oposição insere-se numa relação discursiva com os propósitos do ativismo pedófilo já apontados anteriormente – o de fazer com que os discursos do ativismo que instauram um sujeito pedófilo diferente daquele instaurado pelos discursos circulantes na sociedade possam circular livremente.

Os folders denominados Pedophilia: Myths & Facts possuem em sua apresentação (about) um discurso informativo sobre os objetivos do ativismo em si que por si só acabam por reforçar essa oposição entre o que seria “mito” e o que seria “fato”:

Myth: "Pedophilia is an unnatural mental disorder."

Fact: Many psychologists and other academics have challenged the notion that pedophilia is a disorder.

Perhaps the best argument is provided by psychologist Richard Green. "I Green observes that pedophiles have not been demonstrated to possess psychological abnormalities and that attraction to young people is relatively common." Green also notes that intimate relationships between adults and young people have existed throughout history, and that pedophilia is frequently observed within the animal kingdom, including among primates that are closely genetically related to humans.

Political scientist Harris Milklin concludes that the consideration of pedophilia as a disorder has more to do with society's historical reactions to sexual minorities than it does with valid scientific evidence."

Myth: "Pedophiles' interactions with young people only involve the eventual pursuit of sexual activity, or 'grooming,' and can never be beneficial."

Fact: Pedophilia, as a romantic preference, involves many feelings separate from physical attraction. One researcher notes that pedophiles' feelings about young people "include an intense interest in what children think and do and the ways in which they experience the world around them." Others similarly conclude that pedophiles "often interact with children in ways that include many non-sexual aspects, including affection, which children experience positively."

Pedophiles, having an emotional appreciation for young people, are often well suited to mentorship roles. There are undoubtedly many pedophiles whose feelings lead them to choose careers and hobbies where they can make a difference in the lives of young people. As one psychologist notes, "there are lots of pedophiles who never in their life get into a conflict with the law; he maintains that pedophiles can become involved in "a variety of useful activities. They can become writers of children's literature or even popular leaders of children's interest clubs."

There are many pedophiles, however, who suffer intense guilt from society's reaction to their feelings. The authors of this pamphlet hope that a better understanding of pedophilia by the public and a more open and rational discussion about this attraction will allow more pedophiles to achieve their potential and become positive influences in the lives of young people.

Resources:

- BAU-ACT** - www.bauact.org
Sponsored by mental health professionals dedicated to understanding and assisting minor attracted people.
- Male Homosexual Attraction to Minors Information Center** - www.mhatic.org
A collection of scientific studies related to minor attraction.
- Age Taboo** - www.gettaboo.org
Resources for minor-attracted teenagers and young adults.
- Girllove Garden** - www.girlgarden.org
Forums and other resources for girllovers.
- Free Spirits** - www.freespirits.org
Forums and other resources for boylovers.

About:

The pamphlet you are holding is created and distributed throughout the world by boylovers, girllovers, and their allies, in the hope that the public might come to have a better, more realistic understanding of this misunderstood orientation. We are a diverse group of people, including men, women, and teenagers from all walks of life, and we believe that all people are deserving of dignity and respect, regardless of their sexual attraction. We hope you read this pamphlet with an open mind and that we have caused you to perhaps reconsider some of your beliefs about people with this attraction.

You may leave feedback in response to this pamphlet on our website at: www.newgon.com/pamphlets

You can also find printable copies of this pamphlet, as well as a full bibliography and links to online resources.

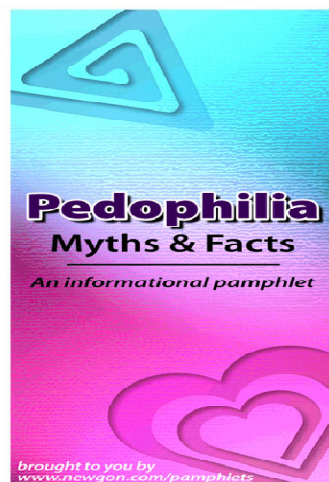
References:

- 1 <http://www.nytimes.com/index.php?tem=pedophilia>
- 2 <http://www.nytimes.com/2007/07/07/nyregion/07pedophilia.html>
- 3 <http://books.google.com/books?id=95YKAAAIAAAJ>
- 4 <http://www.mhamic.org/resources/bohemica.htm>
- 5 <http://www.mhamic.org/resources/bohemica.htm>
- 6 <http://www.waltpg.org/mod/iles.php?op=mclicad&newsid=66&newsid=66&newsid=66&newsid=66>
- 7 <http://www.girlconsent.com/girlconsent.htm>
- 8 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#1>
- 9 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#2>
- 10 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#3>
- 11 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#4>
- 12 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#5>
- 13 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#6>
- 14 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#7>
- 15 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#8>
- 16 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#9>
- 17 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#10>
- 18 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#11>
- 19 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#12>
- 20 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#13>
- 21 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#14>
- 22 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#15>
- 23 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#16>
- 24 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#17>
- 25 <http://www2.hu-berlin.de/sexology/pedophilia.htm#18>

Front:

Depicted are two symbols created and used by some minor attracted individuals to represent a positive view of their affinity for young people. The boylove logo, or "Blogo," consists of a triangle within a triangle, and represents a boy embraced by a caring older person. The girllove logo, or "Glogo," consists of a small heart within a larger heart, and similarly represents the bond between a loving adult and a young girl. Both of the symbols include shapes that are not closed, indicating that the young person is neither possessed nor controlled by the adult friend, but remains free to make his or her own decisions.

These symbols may be used by those who share a similar appreciation of young people, or by any ally who wishes to promote a positive view of boylove and girllove and the rights of young people to enjoy the relationships of their choosing.



Myth: "The word pedophile means child molester or sex offender."

Fact: The word *pedophile* is commonly misused by many people. Initially used by the ancient Greeks, the word *pedophile* is derived from the Greek words for *child* and *love* or *friendship* (*pedophilia* is another, commonly used word derived from the Greek prefix for child, while the Greek word for love is seen in the word *Philadelphus*, the "City of brotherly love"). Literally, the word *pedophile* means "lover of children." *Pederasty* was a similar term used by the Greeks.

Many people are surprised to discover the linguistic origins of the word *pedophile*. After all, how could a word whose literal meaning has historically implied love and affection be used to describe something that is supposedly so horrible? However, a pedophile is simply someone who has an emotional and physical attraction to children. The word does not imply any particular action, nor does it mean child abuser or sex offender. In fact, pedophiles and child abusers are often very different people (see below).

The misuse of the word *pedophile* is frequently promoted by the media, who often use erroneous terms like "serial pedophile" or "convicted pedophile." Such terms are clearly inaccurate and unfairly equate an unchosen attraction with criminal activity.

Misuse of this word does a disservice to the many pedophiles who obey the law. Because this word has come to be understood by the public as something very different from its original meaning, many people with this attraction have chosen to refer to themselves as *boylovers* or *girllovers*.

Myth: "Most sexual offenders against children are pedophiles."

Fact: There is actually much scientific data to indicate that most sexual offenders against children are people who generally prefer and have adult partners, rather than people who are preferentially attracted to young people. **This, most child abuse is not committed by actual pedophiles.**

This distinction was first acknowledged by psychologist Richard von Krafft-Ebing, who originally studied pedophilia in a psychological context in 1886. Krafft-Ebing separated true pedophiles—those who have preferential romantic feelings for young people—from sadists and those who opportunistically offend, such as incestual offenders. Just as adult rape is a crime that generally has nothing to do with true feelings of love and attraction, sexual offenses against children are usually not motivated by a romantic preference.

Many researchers have confirmed that most sexual offenders against children are not true pedophiles, but situational offenders. Psychologist Kevin Howells describes situational offenders as those who offend due to factors such as "marital problems, loss of wife, abuse of alcohol, or stress," noting that these people are "really not pedophiles." Howells observes "most clinical and criminal studies find [situational offenders] to be the majority of those who offend"⁴³ Researcher Rüdiger Lautmann concludes that only 5% of people who interact sexually with children are pedophiles.⁴⁴

A similar myth is that pedophiles are often responsible for kidnapping children. Citing police statistics, author Judith Levine writes that 95% of allegedly abducted children are runaways or are taken by a parent in a custody dispute.⁴⁵

Myth: "Anyone attracted to people under the age of consent is a pedophile."

Fact: The age of consent is an arbitrary number that differs from place to place and is influenced by cultural standards. Ages of consent vary greatly throughout the world, from 21 in some countries to 13 in Spain and 13 in Mexico.⁴⁶ Throughout much of the modern history of the U.S. and England, ages of consent varied from 7 to 12 until the end of the 19th century.⁴⁷ One obviously cannot define a sexual preference based upon an arbitrary legal statute. **That is why pedophilia is defined as an attraction to pre-pubescent minors.**

Studies, as well as anecdotal evidence, indicate that most adults are somewhat attracted to teenagers. However, some people consider themselves to be preferentially attracted to adolescent boys or girls. These people are known as *hebephiles* or *ephebephiles*. Many hebephiles/ephebephiles consider themselves to be subjected to the same kind of stigma and ostracism as pedophiles, and they may choose to similarly self-identify as boylovers or girllovers.

Myth: "Pedophilia is rare."

Fact: Determining the proportion of the population that is pedophilic is made difficult by the stigma currently surrounding the attraction. However, there is scientific evidence to indicate that people occasionally attracted to minors, and even those who are preferentially attracted to them, are likely far more common than is often assumed.

One study found that 20% of male subjects from the general population self-reported pedophilic interest. 33% of the subjects experienced measured arousal to sensual material involving pre-pubescent girls that was equal to or greater than the arousal they experienced when shown similar material featuring adults.⁴⁸ Other studies have shown similar results.⁴⁹ Simply the fact that occasional attraction to children is apparently so common should be reason enough for more open and rational discussion about pedophilic attraction.

Some researchers conclude that there is also a sizeable portion of the population that is preferentially attracted to children, and are thus true pedophiles. One researcher places the percentage in the mid-to-high single digits, speculating that the number of pedophiles in the U.S. alone is "well into the millions."⁵⁰ Most of these pedophiles have evidently learned to manage their attraction in a socially-acceptable way, and many are undoubtedly respected within their homes, workplaces, and communities.

Myth: "All pedophiles are adult men."

Fact: Although it is commonly assumed that all pedophiles are men, evidence shows that this attraction is experienced by a number of women, as well. In one study, 3% of female participants reported a sexual attraction to pre-pubescent minors.⁵¹

Additionally, not all pedophiles are adults; rather, many teens self-identify as boylovers and girllovers. Research indicates that a pedophilic attraction, like other sexual attractions, is determined (perhaps biologically) before puberty.⁵² One study finds evidence that "in a substantial proportion of pedophiles (possibly all of them), pedophilia is predetermined at least from early childhood."⁵³

Myth: "Pedophiles are violent, have an uncontrollable sex drive, and wish to have power and control over others."

Fact: These commonly held beliefs about pedophilia are completely unsupported by scientific evidence. Research involving unbiased samples of pedophiles is difficult, however, but clinical/forensic studies indicate that sexual violence and aggression against young people are rare.⁵⁴

One study based specifically on a group of pedophiles drawn from the general population concluded that "the majority of pedophiles... seem to be gentle and rational."⁵⁵ The study also noted that pedophiles tend to desire "affectionate and gentle" relationships rather than dominance, and showed no evidence that pedophiles are abnormally fixated on sex.⁵⁶

Myth: "Pedophiles exhibit an immature psychological level of sexual development, are socially inadequate, or possess other psychological abnormalities."

Fact: The myth that pedophiles are violent seems to inexplicably coexist with a similarly popular myth that pedophiles are passive or lack social skills, explaining their preference for children. However, this myth fails to explain many aspects of pedophilic attraction and is likewise unsupported by scientific evidence.

Two researchers conclude "the scientific support for the belief that pedophiles are passive, dependent, unassertive, isolated, and socially awkward is weak. Almost all studies are based on offenders against minors rather than pedophiles."⁵⁷ Another researcher writes "the data also do not support the theories that pedophilia is due to fixation on an immature stage of development, to an inability to relate to women, to mental retardation, or to senility," and noted that "one non-clinical study suggests that studies of clinical samples may be biased toward finding pathology which is not an inherent part of the sexual anomaly.... Even when characteristic traits are found, they may be due to society's reactions rather than be causes or correlates of pedophilia."⁵⁸

One study conducted using a sample of pedophiles from the general population concluded that pedophiles possess no specific psychological abnormalities when compared with the general population.⁵⁹ "The most striking thing about these results," the researcher writes, "is how normal the pedophiles appear to be according to their scores on these major personality dimensions."⁶⁰ They speculated that some may experience depression due to societal reaction.⁶¹

Myth: "Pedophilia is caused by childhood sexual abuse."

Fact: Scientific evidence shows no credible link between sexual abuse in childhood and development of a pedophilic attraction. The vast majority of people who have had sexual experiences with adults as children never sexually offend or discover a pedophilic preference.⁶²

Additionally, there is no evidence to indicate that most people who have a pedophilic preference were abused as young people. One study calls this "abused/abuser hypothesis" "inadequate and incorrect."⁶³ One reason for the popularity of this myth might be the fact that many convicted offenders falsely report childhood abuse in an attempt to excuse their behavior.⁶⁴

Pedophilia: Myths & Facts - Panfleto 01

The pamphlet you are holding is created and distributed throughout the world by boylovers, girllovers, and their allies, in the hope that the public might come to have a better, more realistic understanding of this misunderstood orientation." (Myths & Facts, panfleto 01)

O panfleto que você tem em mãos é criado e distribuído por todo o mundo por boylovers, girllovers e seus aliados, na esperança de que o público possa vir a ter uma compreensão melhor, mais realista desta orientação incompreendida (Mitos e Fatos, panfleto 01)

This is an educational pamphlet produced by NEWGON (www.newgon.com) and ChildLove Resistance⁴³ (www.littleboylover.com/CLResistance) hopping to give a people more realistic understanding of pedophilia. (Myths & Facts, panfleto 02)

Este é um panfleto educacional produzido pela NEWGON (www.newgon.com) e ChildLove Resistance (www.littleboylover.com/CLResistance) na esperança de dar a população uma compreensão mais realista da pedofilia. (Mitos e Fatos, panfleto 02)

⁴³ O site do CLResistance está fora do ar desde 2010

Os panfletos em sua apresentação trazem em si a ideia de que neles há a possibilidade de uma compreensão “mais realística” da população em relação à pedofilia, que aqui já é tratada como “orientação sexual”: “*this misunderstood orientation*” (About: - panfleto 01) - “*pedophiles are born attracted to children*”(pedófilos nascem atraídos por crianças) (fato 01 – em ambos panfletos). “*Pedophilic behavior has even been observed to occur in the animal kingdom.* (A ocorrência do comportamento pedófilo foi inclusive observada no reino animal) (Fato 01 – em ambos panfletos).

Para Orlandi (1999, p. 44) “é pela referência à formação discursiva [que]podemos compreender, no funcionamento discursivo os diferentes sentidos”. Os termos compreensão, incompreensão, panfleto educacional, nascer, comportamento, acabam por apontar para uma entrada em duas diferentes formações discursivas: a formação discursiva educacional e a formação discursiva biológica.

Na FD Educacional o papel do ativismo pedófilo seria o de atuar como o “educador” não só da criança como também da sociedade no sentido da circulação da ideia de que a sociedade compreenderia a pedofilia a partir de mitos e os fatos seriam dados somente pelo ativismo. Já a FD Biológica surgem como elemento de natureza inquestionável: a pedofilia seria uma orientação sexual, no mesmo patamar da homossexualidade e da heterossexualidade. Se os espaços de circulação dos discursos heterossexuais e homossexuais seriam, em alguma medida, permitidos pela sociedade, o da pedofilia por, supostamente, estar no mesmo nível, também teria, discursivamente, o “direito natural” de circular.

Em relação às práticas sexuais entre adultos e crianças, o principal interdito acerca da pedofilia, o ativismo pedófilo acaba por tentar distanciar-se discursivamente dos impactos que os sentidos que essas práticas provocam na sociedade. Esse distanciamento não se daria pela simples negação da prática – o que por si só os manteria nas mesmas formações discursivas em que se encontram atualmente (FD médico psiquiátrica, FD Jurídica). O próprio ativismo pedófilo reconhece essa questão quando discute a criação da imagem do pedófilo “ideal”(XXVI).

O distanciamento dessas práticas acaba ocorrendo dentro de um processo de diluição dos sentidos de relação sexual, agressão sexual e principalmente dos sujeitos dessas práticas. No panfleto nº 02, temos a oposição mito \diamond fato:

About this Pamphlet...

This is an educational pamphlet produced by NEWGON (<http://newgon.com>) and ChildLove Resistance (<http://littleboylover.com/CLResistance>) hoping to give people a more realistic understanding of pedophilia.

Online Resources

NEWGON (<http://newgon.com>): A cyber activist organization, campaigning for the rights of childlovers.

CLResistance (<http://littleboylover.com/CLResistance>): An online resource and blog for the childlover community.

AttractedToChildren (<http://attractedtochildren.org/>): An informational website about pedophilia

LittleBoyLover (<http://littleboylover.com/>): A support forum for boylovers.



You may leave feedback in response to this pamphlet, as well as find printable copies online at: <http://newgon.com/pamphlets> or <http://newgon.com/wiki/pamphlets>

Written & Produced by:
NEWGON (<http://newgon.com>), LittleBoyLover (<http://littleboylover.com/>),
CLResistance (<http://littleboylover.com/CLResistance>)

Myth: "Pedophilia is an unnatural mental disorder"

Fact: Just as Heterosexual people are born sexually attracted to members of the opposite sex and Homosexuals are born sexually attracted to members of the same sex, pedophiles are born sexually attracted to children and have no more control over who they find sexually attractive than Heterosexuals or Homosexuals. Pedophilic behavior has even been observed to occur in the animal kingdom.

Myth: "Pedophiles are only interested in sexual activity with children"

Fact: While there are some pedophiles who are only interested in sex and use whatever means possible to get it, these people are no more representative of pedophiles in general, than adult-rapists are of Heterosexuals. Pedophiles are capable of feeling both romantic love and of having friendships with children, just as most Heterosexual adults are towards each other.

Myth: "A Pedophile is a child molester and sex offender"

Fact: Not generally. "Pedophilia" is derived from a Greek word which literally translates to "lover of children." In modern English it's quite simply defined as a sexual attraction to children. People can live as pedophiles while never actually acting on their desires; In fact, most child molesters are not pedophiles.

Myth: "Pedophiles are violent, have no self control, and seek control over others"

Fact: While there are some pedophiles who commit atrocious acts, these are by far a minority of pedophiles. In fact some studies have suggested the majority of pedophiles seem "affectionate and gentle."

Myth: "Pedophiles are rare."

Fact: While it's difficult to determine how many people have pedophilic feelings, some scientific evidence has suggested that at least 20% of males can be aroused by children.

Mith: "Pedophiles are only interested in sexual activity with children"

Fact: While there are some pedophiles who are only interested in sex and use whatever means possible to get, Pedophiles are capable of feeling both romantic love and of having friendships with children, just as most heterosexual adults are towards each other

Mito: "Os pedófilos estão apenas interessados na atividade sexual com crianças"

Fato: Embora haja alguns pedófilos que estejam apenas interessados em sexo e usam de todos os meios possíveis para obtê-lo, Pedófilos são capazes de sentir tanto o amor romântico como também ter amizades com as crianças, da mesma forma que a maioria dos adultos heterossexuais são um para o outro.

A diluição dos sentidos de pedófilo se daria então pela negação da atração sexual em relação às crianças como objeto único do desejo do pedófilo e seria substituída discursivamente pelo tripé: amizade, relacionamento romântico e relacionamento sexual e comparado e igualado discursivamente ao modelo de relacionamento heterossexual. A violência sexual é também diluída na forma de comparação discursiva com a heterossexualidade: *these pedophiles are no more representative of pedophiles in general, than adult-rapists are of heterosexuals.* (Esses pedófilos não são mais representativos entre os pedófilos em geral, do que adultos de esturadores o são entre os heterossexuais.).

Esse movimento dos sentidos de pedófilo ao buscar produzir uma equiparação entre os modelos de relacionamento busca produzir um efeito de sentidos de normalidade para as práticas dos pedófilos, alterando sua categoria discursiva na sociedade de forma a que deixe de ser significado como "doente" ou ainda "criminoso" e passe a ser significado como "orientação" (FD Biológica). Simultaneamente, e também por esse mesmo processo discursivo de comparação, afasta-se da FD Jurídica enquanto categoria ao afirmar que alguns pedófilos são agressores sexuais numa proporção semelhante a dos agressores sexuais heterossexuais. Dessa forma, ao reconhecer que alguns pedófilos visam exclusivamente a relação sexual com crianças choca-se com uma região do interdiscurso

que diz que todo pedófilo visa tal tipo de relação, instituindo aí uma categoria de “pedófilos não-agressores”.

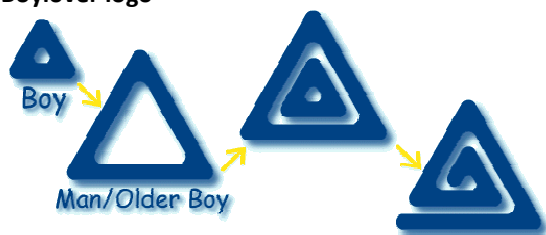
Todavia fazer circular um discurso de equiparação entre a pedofilia e as orientações sexuais como se a primeira também o fosse – “(...) na esperança de que o publico possa vir a ter uma compreensão melhor, mais realista **desta orientação incompreendida**” (Mitos e Fatos, panfleto 01) (grifo nosso) choca-se com as discursividades acerca das relações sexuais entre adultos e crianças de onde emergem os sentidos de violência, estupro, sedução. Mesmo tomando como ponto de partida possíveis “qualificações” em relação as orientações que circulam na sociedade, (p. ex. heterossexuais ou homossexuais estupradores), a expressão “pedófilo estuprador”, ao encontrar-se com os sentidos circulantes na sociedade e tomado em função dos sentidos que emergem da possibilidade de relação sexual entre um adulto e uma criança, acaba provocando um efeito de sentido de redundância: os sentidos de pedófilo equiparam-se aos sentidos circulantes de estuprador de crianças... num olhar mais gramatical: pedófilo funcionaria como qualificador de heterossexual ou de homossexual da mesma forma que estuprador, violentador, etc. Daí a impossibilidade de circulação dos sentidos de pedófilia enquanto orientação. Um silenciamento que revela essa impossibilidade é o *status* do “outro”. Enquanto que, nas relações heterossexuais ou homossexuais que ocorrem numa situação de consentimento mútuo, o outro tem a condição de companheiro, parceiro, namorado, esposo, etc., nas relações entre um adulto e uma criança, esta possui sempre a condição de vítima, o que por si só afasta a possibilidade de produção de sentidos de consensualidade.

Talvez por isso, os panfletos não reservem muito espaço para categorizar discursivamente a criança – limitando-se, no panfleto 01, a questionar certa arbitrariedade das leis de consentimento em diversos países. O foco aqui é o pedófilo e não seu outro – a criança e a forma como a mesma produz sentidos no discurso moderno. Essa forma não interessa ao ativismo pedófilo que mantém o foco no agente dessa prática e não em sua vítima.

Esse “sufocamento” ou silenciamento dos sentidos de criança acabam também presentes nos próprios símbolos utilizados pelo ativismo: A criança representada internamente no triângulo (no caso do *Boylover*) ou do coração (no caso do *Girlllover*) fica

constituída numa relação de dependência que presume ser aberta para representar a liberdade da criança no relacionamento (ambas imagens são abertas). Entretanto, em nenhuma das figuras a parte da criança é representada discursivamente de forma a ter contato com o exterior, ficando sob o jugo da área de influência do pedófilo numa relação de dependência com este que contradiz a relação proposta pelo ativismo – a de que a criança é um ser autônomo e auto suficiente. Essa contradição é constitutiva do sujeito desejante uma vez que seu objeto de desejo possui uma ilusão de liberdade, de autonomia ao mesmo tempo que se insere numa relação de dependência com o pedófilo.

Boylover logo



Girlover Logo



Se, por um lado, esses panfletos cumprem a função de divulgação das propostas e ideias do ativismo, por outro, a simples existência de um ou mais grupos organizados em torno de um conjunto de ideias comuns não permite a livre circulação dessas ideias. O debate não se instaura pela existência destas – é preciso que haja alguém que aceite participar desse debate.

A relação entre a pedofilia e o discurso ativista não é presente nas redes de memória da sociedade, e os sentidos que a pedofilia produz estão ligados, como já dissemos, ao discurso médico psiquiátrico e ao discurso jurídico.

Tomando em especial o choque desse último, que produz sentidos de pedófilo como agressor sexual de crianças, o que se percebe é a relativa estabilidade desses sentidos, inclusive nos discursos do ativismo pedófilo. O pedófilo constituído ativista não pode falar livremente sobre suas ideias sem sofrer pesadas sanções. Os textos com as orientações para distribuição do material ativista (XXVIII) levam em conta a questão da exposição do pedófilo, todavia, essa preocupação acaba por produzir sentidos outros. A preocupação com

a exposição do pedófilo é posta por conta de uma possível não compreensão da sociedade em relação ao pedófilo e suas práticas e a necessidade de fazer com que o material de divulgação do ativismo circule traduzem essa preocupação. Assim, os efeitos de sentidos que emergem desses textos acabam por fazer referência a FD Jurídica, produzindo os sentidos de crime. Isso ocorre porque o texto remete

imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (ORLANDI, 1999, p.63).

Dessa forma, os textos que se relacionam com a distribuição do material do ativismo pedófilo acabam, por conta da preocupação com a exposição do sujeito pedófilo, a produzir sentidos de necessidade da ocultação dos sujeitos que os distribuem. Vinculados a uma FD Jurídica, os sujeitos pedófilos têm denegadas suas práticas, e por conseguinte, a circulação de seus discursos, por constarem no estatuto da ilegalidade. Em suma, a necessidade de ocultação vincula-se não à falta de compreensão da sociedade, mas sim à possibilidade das sanções jurídicas a que o pedófilo está sujeito por conta de suas práticas. Daí a preocupação com os locais e a forma de distribuição dos textos ligados ao ativismo.

XXVIII - Precautions

- *Don't post locally. Go to the next town or factor in some time next time you travel*
- *"Newskin" or gloves are ideas if you are paranoid about fingerprints on paper*
- *Make sure that any laser printer you used was not paid for by credit card, as each one prints a small, unique code. (<http://newgon.com/wiki/Pamphlets>)*

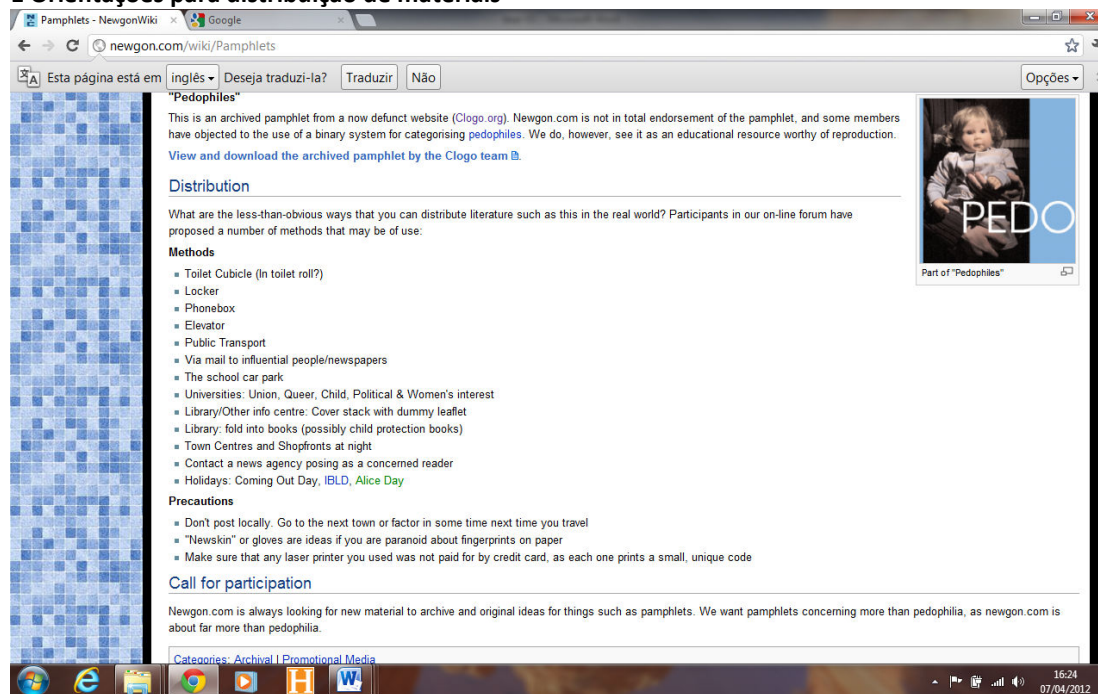
XXVIII - Precauções:

Não distribua localmente. Vá para uma cidade próxima ou [o faça] durante algum momento da sua próxima viagem

"Bandagens" ou luvas são ideias, se você for paranóico em relação a impressões digitais no papel

Certifique-se que qualquer impressora laser você usou não foi paga através de cartão de crédito, pois cada uma imprime um pequeno código exclusivo. (<http://newgon.com/wiki/Pamphlets>)

1 Orientações para distribuição de materiais



O ativismo pedófilo não se resume a essas duas entidades, Ipce e Newgon, todavia, entendemos que ambas são representativas de um modelo ligado a uma prática ativista, enquanto outros basicamente constituem-se de fóruns de debate⁴⁴.

A proposta deste capítulo é em alguma medida analisar a posição sujeito do ativismo pedófilo considerando: a) os sentidos de “ativismo” e “pedófilo” (esse último já analisado em Tafarello (2007)). Será considerado para efeito de análise desde os sentidos coloquiais de termo “ativismo” – geralmente ligados a um tipo de demanda social de minorias ou de grupos sociais marginalizados - até alguns de seus deslocamentos de sentidos quando as organizações de divulgação e defesa da pedofilia se autodenominam de

⁴⁴A exemplo disso pode-se encontrar o fórum *FreeSpirits* (<http://freespirits.org>) que possui fóruns em inglês, alemão, holandês, espanhol e francês.

serem ativistas – XXIX “*AG-Paedo: This is umbrella organization for German pedophile activist*” (AG-Paedo: Esta é uma organização guarda-chuva para o ativista pedófilo alemão) (IPCE NEWSLETTER, NO. 02, October, 1997, p. 09); Serão considerados deslocamentos e rupturas com alguns valores morais e tabus que visam propor a ressignificação do que seja o sentido de pedófilo e pedofilia na ordem discursiva das legalidades, de forma que deixe de pertencer à ordem das restrições morais, éticas e legais.

Nesse sentido, a proposta é analisar a constituição da posição sujeito pedófilo que rompe os silêncios do tabu, entra na ordem do discurso com sentidos negativos e repreendidos (denunciados, presos etc.) pelo Estado e pela sociedade de forma geral até se autodenominarem de ativistas inscrevendo-se na ordem das práticas sociais aceitáveis.

Assim, nesse sentido o discurso de pedofilia, historicamente, apesar de certa tensão, se manteve e se mantém na ordem primeiramente do tabu. Havia um silenciamento histórico na ordem do discurso institucional (cf. TAFARELLO, 2007) que o sistema de valores morais e éticos de cada época conseguiu e consegue manter no limite dos sentidos proibidos e ilegais quer nas formações discursivas do Estado ou nas formações discursivas do discurso do cotidiano. Esses discursos tensionados a ficarem nesse limiar das restrições históricas de uma forma ou de outra sempre estão e estiveram à “espreita” de condições de produção apropriadas para poder enunciar com outros sentidos sem sofrer restrições de circulação.

O surgimento e a subsequente popularização da internet de alguma forma propiciou essas condições de circulação e enunciação. No entanto sua adoção pelo ativismo pedófilo não foi objeto de simples decisão, mas provocou um debate que trouxe à tonatensões no interior do ativismo acerca da circulação de seus discursos.

XXX – Use of the Internet to Exchange News and to publicize our opinions (IPCE, NL, UIEN⁴⁵, 1996, 03);

XXX - A utilização da Internet para trocar notícias e para divulgar as nossas opiniões . (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

⁴⁵ Use of the Internet to Exchange News and to publicize our opinions

XXXI – I can see main areas of communication, where the internet would be an obvious tool: 1) Individual activists and/or pedophile organizations can exchange News, views and in other ways cooperate and 2) we can get ‘our message’ out to a broader public. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXII - Posso ver as principais áreas de comunicação, onde a internet seria uma ferramenta óbvia: 1) os activistas individuais e / ou organizações pedófilas podem trocar notícias, pontos de vista e cooperar de outras maneiras e 2) podemos divulgar "nossa mensagem" para um público mais amplo. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXIII – E-mail is as fast as a telephone call at the cost of a letter. Furthermore, it is possible (through encryption) to obtain a degree of privacy that is unknown in other means of communication. For single activists in countries where there are no organizations, e-mail is possibly the best way to stay in contact with organizations in other countries, and for everybody else it is a very convenient communication tool. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXIII – O e-mail é uma maneira rápida como uma chamada de telefone com o custo de uma carta. Além disso, é possível (por meio de criptografia) para obter um grau de privacidade que é desconhecido em outros meios de comunicação. Para os ativistas sozinhos (isolados) em países onde não existem organizações, e-mail é possivelmente a melhor maneira de ficar em contato com organizações de outros países, e para todos os outros é uma ferramenta de comunicação muito conveniente. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXIV – A news group is a forum where a defined subject is discussed. There are news group for almost any imaginable subject, including boy love, girl love and pedophilia. Virtually any person connected to the internet can read the articles in the news groups, write an answer and thus participate in the debate, and there are methods to do so anonymously. Anyone can get his message through, contrary to ‘readers letters’ in the

newspapers, there is no censorship – no one can stop us from telling our side of the story. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXIV - Um grupo de notícias é um fórum onde um assunto definido é discutido. Há grupos de notícias para praticamente qualquer assunto imaginável, incluindo o amor por meninos, o amor por meninas e a pedofilia. Praticamente qualquer pessoa conectada à Internet pode ler os artigos nos grupos de notícias, escrever uma resposta e, assim, participar do debate, e existem métodos para fazê-lo anonimamente. Qualquer pessoa pode ter o seu pensamento de mensagem, ao contrário das 'cartas de leitores' nos jornais, não há censura - ninguém pode nos impedir de dizer o nosso lado da história. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXV – The World Wide Web (WWW) is the most recent and the most “hot” part of the net. It is harder for an internet provider to censor parts of the Web than to exclude news groups. WWW consist of page of information, that a user can store on the server of his internet provider, so that any other person connected to the net can read then. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXV - A World Wide Web (WWW) é a mais recente e a parte mais "quente" da net. É mais difícil para um provedor de internet censurar partes da Web do que para excluir grupos de notícias. WWW consistem da página de informações, que um usuário pode armazenar no servidor do seu provedor de internet, de modo que qualquer outra pessoa conectada à rede possa ler. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXVI – As the Internet develops, it will come an increasing part of everyday life for more and more people. Possibly, it will become the first source in which to look for information on any subject. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXVI - Como a Internet se desenvolve, ele virá uma parte crescente do cotidiano de mais e mais pessoas. Possivelmente, isso se tornará a primeira fonte na qual para procurar informações sobre qualquer assunto. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXVII – Therefore is important for us to find out how we can be the mass constituent of the net. The sooner we become a part of the internet society, the better are our chances for gaining ground there – and eventually in the real world. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXVII - Por isso é importante para nós para descobrir como podemos ser o componente de massa da rede. Quanto mais cedo se tornaram uma parte da sociedade da internet, melhores serão nossas chances de ganhar terreno lá - e, eventualmente, no mundo real. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

A necessidade de:a) trocar informações entre os pedófilos espalhados pelo mundo “XXXIII – O e-mail é uma maneira rápida como uma chamada de telefone com o custo de uma carta. Além disso, é possível (por meio de criptografia) para obter um grau de privacidade que é desconhecido em outros meios de comunicação.”, b) abrir espaços para o debate interno do ativismo “XXXIV - Um grupo de notícias é um fórum onde um assunto definido é discutido. Há grupos de notícias para praticamente qualquer assunto imaginável, incluindo o amor por meninos, o amor por meninas e a pedofilia. Praticamente qualquer pessoa conectada à Internet pode ler os artigos nos grupos de notícias, escrever uma resposta e, assim, participar do debate, e existem métodos para fazê-lo anonimamente.”, c) fazer circular seus discursos para fora da rede interna dos pedófilos“XXXV - A World Wide Web (WWW) é a mais recente e a parte mais "quente" da net. É mais difícil para um provedor de internet censurar partes da Web do que para excluir grupos de notícias. WWW consistem da página de informações, que um usuário pode armazenar no servidor do seu provedor de internet, de modo que qualquer outra pessoa conectada à rede possa ler.”.Chamar esses sujeitos externos ao debate público mantém-se em tensão com a necessidade de um anonimato necessário (por conta dos sentidos que o ativismo pedófilo tenta manter na invisibilidade) que a internet aparentemente favorece.

A tensão discursiva entre essa necessidade de circulação dos discursos e o anonimato do sujeito é também uma tensão entre os espaços de onde a pedofilia fala/é falada: FD Jurídica, FD médico psiquiátrica e a “busca” de um deslocamento desse falar para o espaço do ativismo e as consequentes ressignificações decorrentes desse possível deslocamento.

No entanto, o discurso da pedofilia com a proposta de ressignificar seus sentidos e sua tentativa em provocar deslocamentos rumo às formações discursivas dos movimentos populares e de minorias que diante do discurso do Estado reivindicam suas demandas reconhecidas como “legítimas” de serem reivindicadas pelo Estado que, no entanto, travam uma disputa na formação discursiva na ordem do político. A formação discursiva do ativismo circunscreve-se de sentidos amplos de forma que discursos de outras formações discursivas podem inscrever-se nele e a partir dessa “nova” inscrição reivindicar sentidos “positivos” a fim de poder enunciar evitando restrições de circulação, de valores morais e éticos e dos sentidos de ilegalidades da ordem do Estado.

Essa estratégia de deslocamento não é pacífica diante das tensões no universo discursivo do ativismo, por exemplo, movimentos antihomofobia negam a proximidade de sentidos da mesma ordem que o discurso de pedofilia. Os movimentos antihomofóbicos reivindicam sentidos positivos em relação a sua posição sexual, sentidos de dispor de forma afetiva do seu “espaço” de existência dos sentidos do próprio corpo enquanto a posição sujeito do pedófilo é apropriar-se dos sentidos do “espaço” de existência do corpo alheio cujos sentidos estão defasados em relação a questão de idade e de gênero.

A estratégia de enunciar-se na formação discursiva do ativismo político tem possibilitado ao discurso pedófilo travar um embate de sentidos com a memória em relação ao acontecimento. Não basta proclamar-se desta ou daquela posição, no jogo dos sentidos é necessário ser reconhecido, é necessário que se enuncie como acontecimento de tal forma que vença a pressão de sentidos da memória que, entre outras questões, procura absorver o acontecimento em sua irrupção a sua volta ou em seu espaço de condições de produção discursiva.

Essa estratégia impositiva do discurso pedófilo ativista procura reconfigurar os sentidos a partir do interdiscurso na relação com a memória, ou seja, no embate dos

sentidos, o discurso de pedofilia ativista suplanta (ou tenta suplantar) gradativamente a memória discursiva de restrição de circulação, moral e ética para que outra memória se constitua no interdiscurso permitindo circular sentidos outros para a pedofilia. Assim, a construção de um “novo” discurso possibilita ao discurso não apenas se constituir na formação discursiva ativista, mas constituir-se a partir de uma formação discursiva cujo sistema de sentidos de valores morais e éticos apresentam-se positivos, de forma que a posição sujeito do pedófilo não acarrete as restrições sociais e nem a interdição de sujeitos que ocupem esta posição discursiva.

O quadro abaixo representa essa posição estratégica:

- Enunciados de formações discursivas com sentidos negativos e marcados por restrições:

a) dicionário: (Houaiss, 2011, Versão Eletrônica)

Pedofilia: perversão que leva um indivíduo adulto a se sentir sexualmente atraído por crianças; prática efetiva de atos sexuais com crianças (p.ex., estimulação genital, carícias sensuais, coito etc.)

b) senso comum:

“É terrível falar mas acho que pedófilo merecia morrer.”; “É nojento, degradante, não é doença e sim uma coisa sórdida. (Yahoo Respostas)

c) jurídico:

Os Estados Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. (Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças)

d) medicina: código F-65 (Transtornos de Preferência Sexual), subitem 4 – Pedofilia a pedofilia é um transtorno cujo foco “envolve atividade sexual com uma criança pré-púbere

(geralmente com 13 anos ou menos). O indivíduo com Pedofilia deve ter 16 anos ou mais e ser pelo menos 5 anos mais velho que a criança.” (CID10 *in* PSIWEB, 2011)

- Enunciados de formações discursivas com sentidos de auto-representação positiva discursiva do próprio pedófilo:

a) dicionários:

Paedophilia is love of children, be it with an erotic element, coincidentally like it is in the dictionary (IPCE⁴⁶)

Pedofilia é o amor pelas crianças, com um elemento erótico, coincidentemente como é no dicionário.

b) senso comum:

The reason for this incongruity in understandings of the topic of **pedophilia** is that the only **information people** receive about child-adult sexual relations are **one-sided prejudiced** accounts. (IPCE, 1993);

A razão para esta incoerência no entendimento do tema da pedofilia é que as únicas informações que as pessoas recebem sobre as relações sexuais criança-adulto são relatos unilaterais e preconceituosos.

c) jurídico:

The ultimate goal with all this being to create an understanding for our points of view, resulting in a more fair legislation.(IPCE, 1993);

O objetivo final de tudo isso é criar uma compreensão de nossos pontos de vista, resultando em uma legislação mais justa. (IPCE, 1993)

⁴⁶http://www.ipce.info/library_3/files/carr/carr_2.htm, Paedhopilie ideology. Acesso em 14/03/2012

d) medicina

Just as heterosexual people are born sexually attracted to members of the opposite sex and homosexuals are born sexually attracted to members of the same sex, pedophiles are born sexually attracted to children. (Myths and Facts about Pedophilia – Newgon – Panfleto 2)

Assim como as pessoas heterossexuais nascem sexualmente atraídos por membros do sexo oposto e homossexuais nascem sexualmente atraídos por membros do mesmo sexo, pedófilos nascem sexualmente atraídos por crianças.

Nesse sentido, pode-se constatar alguns pontos de tensão na tentativa de reconfiguração dos sentidos para tentar instaurar uma formação discursiva do ativismo pedófilo.

3.3 Militância, Ativismo e Ativista: alguns sentidos.

Trazer a noção de militância em oposição ao ativismo tendo como foco a questão da pedofilia e dos grupos que pretendem fazer circular discursos que se opõem aos sentidos dominantes implica em inicialmente tratarmos dessa oposição em função da amplitude das mudanças implicada em cada um desses termos.

Figueiredo (1993, pp. 205-216), ao analisar a forma de subjetivação do militante na contemporaneidade, o faz tomando não somente a militância política, mas que denomina “militância como modo de vida” (idem, p. 207), ou seja, a militância nos mais diversos campos de atividades humanas, sejam elas religiosas, políticas, ambientalistas, etc.

Ao desenvolver esse conceito – o de militância como modo de vida, Figueiredo argumenta que a identidade militante está assentada em dois recortes temporais: “o do tempo longo dos princípios e ideais e o do tempo curto das urgências” (FIGUEIREDO, 1993, p. 208). O primeiro enquadre estaria relacionado à tudo aquilo que sustenta a militância: suas bases, metas e princípios. Seriam aqueles elementos aos quais o militante

aderiria como princípios inquestionáveis, perenes, pilares básicos de sua atuação. Já o segundo recorte temporal, marcado pela “observância de um programa de ação repetitivo e extenuante” (idem, ib.), está relacionado à rotina da militância.

Ao discutir as novas formas de subjetividade, Figueiredo explicita um espaço que denomina “espaço triangular de subjetividade” no qual em cada um dos polos encontra-se um modelo de subjetividade: os polos do Liberalismo, do Romantismo e o das Disciplinas.

No polo do liberalismo, o processo de subjetivação implica numa “concepção de sujeito autocontido, auto delimitado, autocontrolado, autoconhecido, auto subsistente, cindido entre uma esfera de liberdades privadas e uma esfera de obediência pública às leis.” (idem, p. 205). O polo do romantismo cujo processo de subjetivação se faz pelo atravessamento das “forças supra pessoais da natureza e da história” ecoa internamente ao sujeito. O polo do romantismo se coloca em oposição ao polo do liberalismo uma vez que, movida por esses ecos promove um processo de desenvolvimento individualizado.

Por sua vez, o polo das Disciplinas é dividido em concepções e modos diferenciadas de subjetivação: de um lado aqueles que atuam individualmente sobre o sujeito num espaço de individualização

separando-o e tornando-o disponível para o exame e para o controle e organizando, a partir de indivíduos assim identificados, os corpos coletivos; tudo realizado de acordo com um projeto de rigorosa racionalidade administrativa. De outro lado, as práticas de manipulação de sentimentos e emoções que evocam nostalgias, despertam temores, promovem entusiasmos e alimentam esperanças, exercendo-se diretamente sobre as grandes massas mentecaptas e emudecidas. (FIGUEIREDO, 1993, p. 206).

Partindo dessa construção triangular, Figueiredo (1993, p. 209) analisa os eixos que perpassam os discursos de auto legitimação que agem na militância, a saber: a) o eixo da ação desalienada, que reclama para o militante a condição de “verdadeiro sujeito” pelo controle e autonomia que exerceria sobre sua vontade, numa aproximação com o modelo de subjetividade liberal; b) “verdadeiro do movimento inexorável da história também reclama a posição de “verdadeiro sujeito” ao militante por este “ter se transformado em veículo de impulsos sociais que seguem seu próprio rumo e ritmo” (idem, ib), que traz em seu bojo

elementos da subjetividade romântica e c) do serviço prestado à causa que traduz uma visão do “verdadeiro sujeito” ao militante por sua condição de “intérprete e campeão abnegado de uma causa a cuja vontade ele se assujeita integralmente, incorporando-a e renunciando a qualquer direito individual” (idem, ib.). É nesse contexto que se consolidam os vínculos de obediência ao partido e à disciplina decorrente desses vínculos.

Num posição diferenciada do militante, está o ativista. Originalmente a palavra “ativismo” tem sua origem no termo ativo – do latim *Activus*, de *actus* “algo feito” e *agere* “agir, realizar, fazer, colocar em movimento”. (SARAIVA, 1993: 19). Nesse sentido, no latim pode-se considerar que vem de atividade marcando uma posição sujeito daquele que é ativo, trabalha em oposição àquele que é passivo que não se mantém em atividade propositiva.

Autuori (1976: 102) concebe que o antônimo de “ativo” é indolente, ou seja, significa aquele que em sua posição sujeito de alguma forma transgredir normas de conduta social ao passo que ativo é aquele que se constitui com as normalidades de condutas sociais. Para Aulete (1986: 208) a palavra “ativo” refere-se aquele que exerce uma função ativa, de ação imediata, programada. Grolier (1970: 87) é aquele que age, já no sentido gramatical denota ação. Enquanto adjetivo (BUENO, 1986: 146) é aquele que é enérgico, qualidade de uma posição sujeito que age.

Para Borba (2004: 129) o sentido de ativo está relacionado “aquele que atua, é participativo, que exerce função”. Enquanto verbo, (DOBOIS, 2004: 79) o sentido deriva para exprimir ação que opõe-se ao verbo com sentido de existência.

A desinência “-ismo” e “-ista”, que irá compor o sentido de ativo vai adquirir significados distintos ao inscrever-se na ordem do político. Assim, “-ismo e “-ista” (CUNHA, 1990: 114) vão se referir aos sistemas de doutrinas filosóficas, religiosas e artísticas enquanto modo de proceder, agir. Ao compor, assim, com a palavra ativo da qual deriva ativismo ou ativista, passa a significar aquele que é partidário (GROLIER, 1970: 87). Bueno (1986: 146) relaciona o sentido às ideias políticas, ou seja, às doutrinas políticas partidárias.

Assim, a palavra “ativo” de forma geral, como considerado acima, está relacionado à ordem do discurso do “cotidiano” ou ao sujeito da ordem das relações

corriqueiras. Já ao compor discursivamente com as desinências, os sentidos são inscritos na ordem do político, na ordem das disputas ideológicas ligadas aos espaços de poder político, na ordem das relações doutrinárias marcados pelas disputas ideológicas em relação aos movimentos e demandas sociais.

A expressão ativismo e ativista contém muito mais do que atividade ou ativo, o sentido se desloca das ordens das ações cotidianas para se inscrever na ordem do político, isso é uma mudança não apenas de sentido, mas, sobretudo, deslocamento de posição sujeito e posição enunciativa, mudar de ordem discursiva representa uma ruptura, pois, para ocupar um espaço em qualquer posição enunciativa, o sujeito precisa se inscrever nela, reivindicar para si o direito de estar nela, e mais do isso, romper os sentidos de interdição, uma vez que os espaços são regradados, controlados e selecionados, ou seja, os sujeitos precisam disputar com outros da mesma ordem.

A posição sujeito de ativista está relacionada às questões políticas e ideológicas localizadas socialmente e que, em alguma medida, se referem a uma demanda de sentidos, podem-se citar os discursos sobre políticas das ações afirmativas para negros, direito do menor e do adolescente, direito da mulher, direito das pessoas portadoras de necessidades especiais, questões indígenas, movimento pela paz etc. Muito embora a posição de ativista seja da ordem das políticas e práticas ideológicas, ela se inscreve apenas em uma localidade das instâncias sociais.

O discurso do ativista não propõe uma mudança drástica socialmente, ele localiza as demandas de grupos e as inscreve na ordem do Estado de forma que ela se transforma em demanda social. O discurso do ativista se opõe ao discurso do militante, pois esse pensa as demandas sociais como um todo, propõe mudanças estruturais na ordem do Estado, enquanto aquele apenas discute um aspecto social.

Ao pensar nessa relação entre ativista e militante como sendo uma relação de oposição, acabamos por implicar o ativista num espaço diferenciado do espaço do militante, na ordem do Estado. Se o ativista pensa as demandas sociais a partir de um aspecto social ele o faz internamente na ordem do Estado e esse fazer implica em alguma instância num abalo nas estruturas dessa mesma ordem, tal qual o faz o militante em um nível diferente. A inscrição das demandas dos grupos sociais na ordem do Estado a partir de um discurso de

legitimidade das próprias reivindicações (ativismo homossexual, dos negros, da mulher, etc) instaura um choque discursivo com discursos outros que demandavam o contrário (pensando no discurso ativista do feminismo, sua inscrição na ordem do Estado apenas há poucos anos tornou possível a circulação de um discurso de igualdade na relação entre homem e mulher e do papel de ambos na sociedade.)

O ativismo pedófilo não pretende que o Estado reconheça todas as demandas da sociedade – seria um paradoxo, pois uma delas é a própria restrição a prática do pedófilo. O ativismo pedófilo demanda a circulação de um discurso específico: de que as relações sexuais entre adultos e crianças são parte de um processo educacional positivo. Sua “luta” passa pela especificidade da circulação dos sentidos de pedófilo e pedofilia opostos aos sentidos dominantes, opondo aos sentidos de violência e estupro, os sentidos de educação, libertação dos jovens e sua igualdade com os adultos:

XIII - Em qualquer relacionamento ou contato intergeracional, ambos os parceiros, o adulto, assim como o jovem, devem ter o poder para regular suas próprias vidas, seus relacionamentos e o grau de intimidade.(*IPCE, NL E-17 Ethics and intimacy in intergenerational relationships. 2004.*)

XXVI - Nunca poderemos convencer as pessoas de que a pedofilia é OK uma vez que elas tem uma imagem negativa do que é um pedófilo e como ele se comporta. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

Entretanto ao tentar colocar em circulação esse “modelo positivo de pedófilo” o ativismo pedófilo traz discursivamente para a cena um outro pedófilo: justamente aquele que ele quer negar e silenciar. A tentativa de negação desse “outro pedófilo” se faz numa série de contradições que acabam por coloca-lo em evidência.

A existência de um pedófilo cuja preocupação não é essencialmente sexual (XXXVIII), cujo estilo de vida seja diferente de um modelo “antigo” de pedófilos, (XXXIX) cujo tratamento dado às crianças é considerado pelo próprio ativismo pedófilo como “indecente”, traz contraditoriamente à tona a figura do sujeito pedófilo instituído pelo

discurso médico psiquiátrico – que considera como “doente” aquele sujeito cujo objeto de atração sexual é a criança e simultaneamente, a figura do sujeito pedófilo instituído pelo discurso jurídico – aquele que abusa sexualmente de crianças. Da proposta discursiva de um pedófilo inexistente (que seria o ideal) emerge (mesmo silenciado) o existente, interdito discursivamente e sujeito às sanções impostas pela sociedade.

Ao silenciar esse pedófilo, interdito e silenciado também pela sociedade, o ativismo pedófilo acaba por ajustar-se em alguma medida aos discursos circulantes na sociedade e acaba por sucumbir em sua proposta – não consegue colocar em circulação discursos de defesa do pedófilo, ao contrário, acaba por reforçar discursivamente os sentidos que levam à interdição de sua própria fala.

XXXVIII - Meu ideal é um **relacionamento pedófilo em que o sexo não é um fim em si mesmo** mas um meio para fortalecer a ligação entre uma criança que precisa de atenção e apoio, e um adulto que quer dar apenas isso. *(IPCE, NL, PI, 1993, 06)*;

XXXIX – O segundo objetivo é interno ao nosso movimento. **Para mudar nosso próprio estilo de vida e da próxima geração de pedófilos.**

XLVII - Tenho visto muitos pedófilos tratando crianças de uma maneira que eu acho imoral.

IV. POSIÇÃO DISCURSIVA: DA ORDEM DE INTERDIÇÃO PARA A ORDEM DO ESTADO

O discurso sobre a pedofilia se inscreve e está inscrito na discursividade sobre interdições de práticas morais e éticas (em relação ao sexo com crianças), na ordem restritiva do Estado (tomando como base as leis que o definem como estuprador - *sex offender*), na ordem do senso comum, na ordem do discurso médico (tomado como aquele que sofre de um transtorno de preferência sexual – parafilia) e na própria academia que procura compreender a busca de uma definição mais científica, o que não quer dizer que haja polêmica.

Um das problematizações discursivas é o deslocamento que o discurso sobre a pedofilia, que organizações como o Ipce e o Newgon, de viés pró-pedofilia, propõem: se retirar da ordem das interdições e inscrever-se na ordem das demandas sociais de grupos minoritários, isso porque, enquanto na ordem das interdições, a prática pedofílica não é amparada por instituições do Estado e não encontra respaldo público. É comum nos depararmos com notícias na mídia sobre operações e prisões de pedófilos ou de suas organizações. Os discursos sobre as denúncias e prisões (em que o pedófilo é como o criminoso) têm se tornado uma rotina tanto que são representadas em filmes, novelas, piadas, dicionário (em especial o de gírias), programas de TV, revistas semanais ou, ainda, em filmes, como o filme *O Lenhador*, 2004, que representa positivamente o sistema prisional como efetivo na recuperação de pedófilos (protagonista), ao mesmo tempo em que reforça a imagem do pedófilo como criminoso em função de suas práticas (personagem denominado Doce). Aqui, a hipótese de recuperação do pedófilo pelo sistema prisional é posta de forma que o “herói”, ou seja, no sentido de que o pedófilo já não o é, quando sai da cadeia, aparentemente regenerado e arrependido de sua prática, inserindo todo o discurso sobre a pedofilia na FD Jurídica. O protagonista do filme é visto dentro de um universo de sexualidade entre um homem e uma mulher, mesmo quando ainda sente atração pela criança, mas a ela resiste. Nesse caso suas relações estão inseridas discursivamente dentro de um modelo moral que mescla o discurso jurídico de que a condenação penal regenera o sujeito de práticas interditas na sociedade silenciando outros discursos. Esse

pedófilo “regenerado” pelo sistema penal é reintegrado à sociedade: possui um trabalho, uma mulher adulta com a qual se relaciona e a capacidade de refletir e combater e conter seus impulsos sexuais (ele acaba não abusando da garotinha que encontra no ônibus). Já o pedófilo “ainda” não regenerado pelo sistema penal - no caso daquele a quem o protagonista chama de “Doce” ou também o pai da menina que ele encontra no ônibus são retratados negativamente – são pedófilos que ainda trazem o estigma de sua prática. A prática do pai da menina provoca repulsa no protagonista, que acaba descarregando sua raiva em Doce, surrando-o ao ponto de mandá-lo para o hospital – Essa “raiva” acaba por integra-lo de forma mais clara à sociedade, haja vista o investigador posteriormente insinuar que não haveria muito esforço na investigação da agressão, chancelando a ação do protagonista. O universo de produção de sentidos aqui coloca o pedófilo numa FD em que é discursivamente representado como um criminoso.

Tomado por esse aspecto, o filme “O lenhador” acaba por proclamar a eficiência da regeneração do pedófilo no sistema penal afastando discursivamente a questão da FD médico psiquiátrica na qual este é tratado como doente, demandando então uma “cura”.

É possível considerar que há uma tentativa de ressignificar os sentidos de pedófilo tanto quanto a sua posição sujeito inscrevendo-o em outra FD que não aquela de criminoso ou doente, por exemplo, produzindo sentidos de ativismo ou ativista da prática pedofílica na ordem do Estado, pois na ordem das legalidades, o ativista ou ativismo pode circular e se inscrever sem as interdições do Estado, o que lhe garante uma estabilidade de sentidos, pois, de certa forma pode-se considerar que não há nem garantias e nem estabilidade. O discurso tanto quanto a prática pedofílica são regradas, “protegidas” pelos sentidos de “invisibilidade” (RODRIGUES, 2011) que em alguma medida permite e evita que a opinião pública e o Estado demande seus poderes sobre eles. A internet, de certa forma, serve para manter essa “invisibilidade”.

Mesmo o discurso pró-pedofilia saindo da invisibilidade (onde só se tem acesso quando denunciado ou quando há apreensão pelo Estado) para a ordem da visibilidade (fóruns, movimentos abertos, blogs, sites, organizações, debates, divulgação panfletária etc.), a sua circulação é tensa de sentidos e práticas.

Nesse sentido, da ordem das interdições para a ordem do ativismo pedófilo, há um projeto que se constitui historicamente, marcado por instabilidade e visibilidade/invisibilidade em diversas localidades (países e regiões). Essa tensão de sentidos ou tentativa de inscrever-se na ordem das legalidades do Estado é o que será analisado a seguir.

Pêcheux e Fuchs (1997b, p.163-4) no texto *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)* apresentam o quadro epistemológico da AAD que compreende a articulação de três campos do saber científico, atravessados e articulados por uma teoria da subjetividade de cunho psicanalista:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;
3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

No tocante ao primeiro campo, é em Althusser (1998) que encontramos uma primeira discussão sobre a ideologia. Segundo Althusser (1998, p. 81), o termo *ideologia* foi cunhado por Cabanis, Destutt de Tracy, entre outros, como denominador de uma teoria geral das ideias. É Marx quem, posteriormente, irá retomar o termo numa outra configuração. Para ele “A ideologia é, aí, o sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (idem, ib.), conceito que revisará mais tarde na *Ideologia Alemã*, obra em que, segundo Althusser, a noção ideologia é dada como “pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada. Toda a sua realidade está fora dela” (1998, p. 83). É essa postura que levará Marx a dizer que “a ideologia não tem história”.

Althusser retoma essa proposição para, a partir dela, fazer uma aproximação com a noção de inconsciente de Freud, afirmando que a proposição “a ideologia não tem história pode e deve (...) ser diretamente relacionada à proposição de Freud de que o inconsciente é eterno.”(Althusser, 1998, p. 84). Tomando o termo eterno não no sentido de “transcendência a toda história”, mas no sentido de “omnipresente, transhistórico e imutável”, Althusser retoma então Freud para enunciar que “A ideologia é eterna como o inconsciente” (idem, ib), estabelecendo uma relação entre a eternidade de ambos.

Althusser aborda então a tese central sobre a estrutura e o funcionamento da ideologia partindo da discussão de duas teses iniciais. A primeira que ele configura como negativa é a de que “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, partindo do princípio de que as diversas ideologias não correspondem à realidade sendo que o que é representado na ideologia não é “o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem.” (p. 88). É essa relação imaginária que sustentaria toda deformação imaginária presente em toda ideologia.

A segunda tese apresentada por Althusser diz que “A ideologia tem uma existência material”. Nesse sentido, Althusser argumenta que a relação imaginária apontada na tese anterior possui uma existência material, uma vez o indivíduo, ao adotar um determinado comportamento, realiza as práticas relativas a esse comportamento e o faz sob a ideia de uma “liberdade” de escolhas e decisões.

Diremos portanto, considerando um sujeito (tal indivíduo) que a existência das ideias de sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provém as ideias do dito sujeito. (ALTHUSSER, 1998, p. 92)

A noção de materialidade das práticas do sujeito leva Althusser a enunciar duas outras teses simultâneas, ambas profundamente relacionadas à noção de sujeito: “1. Só há prática através e sob uma ideologia; 2. Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito.” (p. 93). Para Althusser, a ideologia e o processo de interpelação dos indivíduos em sujeito são “a mesma e única coisa” (p.97). O processo de interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos produz duas evidências: a do sujeito, considerado por ele como evidência primeira, o “efeito ideológico elementar” e a do sentido, sendo que o papel da ideologia é o de produzir essas evidências de maneira que o sujeito não perceba que está submetido ao processo de reconhecimento ideológico (p. 95), crendo-se através do rituais desse reconhecimento como “sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (obviamente) insubstituíveis” (p. 95).

Segue-se que, tanto para vocês como para mim, a categoria de sujeito é uma “evidência” primeira (as evidências são sempre primeiras): está claro que vocês,

como eu, somos sujeitos (livres, morais, etc.). Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra “designe uma coisa” ou “possua um significado” (portanto inclusive as evidências da “transparência” da linguagem), a evidência de que você e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar. (ALTHUSSER, 1998, p. 94)

É essa relação entre sujeito e ideologia que Pêcheux e Fuchs (1997b, pp. 163-252) buscam ao construir as bases de uma teoria materialista do discurso. Tomando como ponto de partida Althusser, trabalham com um conceito de ideologia como uma instância que possui uma existência material cujo funcionamento é “determinado em ‘última instância’ pela instância econômica” uma vez que surge como uma das condições não econômicas da “reprodução das relações de produção inerentes a esta base econômica”. (p. 164). O funcionamento da instância ideológica se dá então na forma de

interpelação, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, do sujeito e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, *a ocupar seu* lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (PÊCHEUX E FUCHS, 1997b, pp.165-166)

A manutenção da reprodução contínua seria então assegurada pelos *Aparelhos Ideológicos de Estado*, expressão cunhada por Althusser para “designar um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (1998, p. 68), e que funcionam prioritariamente através da ideologia (idem, p. 73) e onde se dá a luta de classes.

Pêcheux e Fuchs trazem o conceito de “Formação Ideológica”(1997b, p. 166) como um componente da luta de classes no interior dos aparelhos ideológicos que tem a possibilidade de intervir como força e onde estão marcadas as posições políticas e ideológicas que aí se digladiam, sendo que cada formação ideológica comporta uma ou mais formações discursivas interligadas no interior desta e que “determinam o que pode e o que deve ser dito” (idem, ib.). Daí a afirmação de que “toda a formação discursiva deriva de *condições de produção* específicas”, identificáveis a partir de uma determinada posição numa conjuntura específica. Assim, a partir da tese de Althusser “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”, Pêcheux e Fuchs afirmam que essa interpelação se dá através das formações ideológicas.

Orlandi (1999, p. 30), ao abordar a questão das condições de produção dos discursos, aponta que delas fazem parte essencialmente os sujeitos, a situação e a memória, sendo que as condições de produção podem ser tomadas a partir de dois aspectos: num sentido estrito, em que entram em jogo as circunstâncias da enunciação (contexto imediato) e num sentido amplo no qual participam do processo “o contexto sócio-histórico, ideológico” (idem, ib.). Essas condições de produção, segundo Orlandi, (1999, p. 39) funcionam conforme alguns fatores: a relação de sentidos, que implica no fato de que “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (idem, ib.), o mecanismo de antecipação, mecanismo que determina de que forma o sujeito dirá e as expectativas que tem em relação ao sentido que produzirá em relação ao outro.

Outro fator é a relação de forças que diz respeito ao lugar que o sujeito ocupa ao dizer, que por sua vez é constitutivo desse dizer. Segundo Orlandi (1999, p. 40), não se trata de lugares empíricos, ocupados por sujeitos físicos, mas suas “imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos nos discursos.” (idem, ib.), e que significam em relação ao contexto sócio histórico e à memória, fazendo com que nos discursos não sejam vistos os lugares constituídos social e empiricamente, mas a posição discursiva produzida pelas formações imaginárias.

A importância desse conceito reside no fato de que os sentidos não são produzidos pelo dizer em si, pela intenção do falante ou ainda pelo fato desse dizer estar explicitamente relacionado a uma determinada discursividade. Os sentidos são dados a partir das condições de produção do discurso, por sua relação com a memória (interdiscurso) e pela formação discursiva na qual se insere num dado contexto de produção, de onde “tiram seu sentido (...) em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, 1999, p. 43).

Assim, Orlandi (idem, ib.) conceitua a Formação Discursiva como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”.

Tomadas essas considerações, a questão inicial que se nos coloca em relação ao ativismo pedófilo é: quais sentidos são mobilizados para significar o termo “pedófilo” em função das formações discursivas que podem ser ocupadas pelo termo “ativismo”?

Já discorreremos em páginas anteriores acerca dos sentidos que os termos pedófilo e pedofilia tomam em formações discursivas como a do discurso médico-psiquiátrico (doença e, respectivamente doente) e a do discurso jurídico (criminoso, crime).

Todavia, retomando Orlandi (1999, p. 44), “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes”.

Assim, a inscrição do termo pedofilia no CID – 10, passa pela instauração de uma posição sujeito a partir da qual a prática do pedófilo é considerada discursivamente uma doença. Não é à toa o CID ser a sigla para Código Internacional de Doenças, ou seja, um compêndio aceito internacionalmente a partir do qual são descritas as doenças, tanto físicas quanto mentais. Essa inscrição produz os sentidos de pedófilo como agente de uma prática sexual caracterizada como um transtorno código F-65 (Transtornos de Preferência Sexual), como parte de um desvio de conduta desse sujeito em relação às práticas sexuais socialmente aceitas. Assim, ao se enunciar a pedofilia a partir dessa formação discursiva, o sujeito dessa prática (o pedófilo) ganha um *status* discursivo de “doente”, ou seja, mesmo que o pedófilo seja agente de uma prática considerada um transtorno é, simultaneamente, paciente dessa mesma prática, ou seja, inserido numa formação discursiva médico-psiquiátrica, os sentidos que emergem de pedofilia apontam para um sujeito cuja prática não seria de sua responsabilidade haja vista essa “preferência” ser um distúrbio que provocaria a inserção do termo numa ordem discursiva de “doença”.

Dito de outra forma, os sentidos que emergiriam do termo pedofilia numa formação discursiva médico-psiquiátrica estariam ligados a um interdiscurso que traz uma lotação do termo numa sequência, denominada “tratamento” que perpassaria as práticas discursivas realizadas nessa mesma formação: doença (pedofilia) => doente (pedófilo) => consulta (psiquiatra) => diagnóstico => tratamento => cura (objetivo da prática médico-psiquiátrica em relação ao pedófilo).

Tomando a inscrição dos termos pedofilia e pedófilo numa outra formação discursiva, a jurídica, tem-se os sentidos que emergem dessa inscrição ligados a prática discursiva de estupro, sedução de menores, atentado violento ao pudor. Assim inscrita a prática do sujeito pedófilo o sentido que surge é o da violação às normas legais. Sentidos de proibição, prisão, julgamento, pena, condenação, ressocialização passam a circular paralelamente. A figura do “outro” do pedófilo nesse processo discursivo— a criança, surge, aqui, no papel de vítima. Dessa forma os sentidos mobilizados nessa formação denominada “processo penal” estariam numa ordem discursiva específica para o discurso jurídico trazendo a memória discursiva de: crime (pedofilia) => criminoso (pedófilo) => processo penal => prisão=> condenação=> ressocialização (objetivo final do processo penal).

Percebe-se que nessas formações discursivas específicas que o sujeito pedófilo é alguém que deve ser impedido/afastado de sua prática, seja na forma de tratamento médico, seja na forma de condenação criminal. As condições de produção de discurso postas aqui em jogo não permitem alternativa ou o perdão à prática: uma vez diagnosticada a doença, procede-se o tratamento em busca da cura do sujeito pedófilo ou então, uma vez determinada sua culpa, procede-se sua prisão e posterior ressocialização. Em ambos os casos a continuidade da prática da pedofilia não é prevista: tomado a partir da formação discursiva médico psiquiátrica, caso o tratamento não tenha resultados, o sujeito pedófilo continua na condição de doente. Tomado a partir da formação discursiva jurídica, caso ele incorra novamente na prática, novo processo se instaurará.

O que perpassa, então, do discurso do ativismo pedófilo do IPCE e do NEWGON? Numa situação discursiva oposta aos discursos que emergem das formações discursivas médico-psiquiátrico e jurídica, ele busca a permanência... a perenidade e, principalmente, a possibilidade de circulação. Entendemos que ao promover um movimento organizado (ativismo) o pedófilo tenta tornar sua imagem discursiva aceitável socialmente, criando uma tensão nas redes de memória, desestabilizando-as ao ponto de provocar uma ruptura nessas redes, de modo que sua atuação e existência tentem escapar aos procedimentos de interdição / repressão dos sujeitos e dos discursos institucionais.

XXXVIII – *My ideal is a pedophile relationship where sex is not an end in itself but a means to strengthen bond between a child who needs attention and support, and an adult who wants to give just that. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

XXXVIII - Meu ideal é um relacionamento pedófilo em que o sexo não é um fim em si mesmo mas um meio para fortalecer a ligação entre uma criança que precisa de atenção e apoio, e um adulto que quer dar apenas isso.

XXXIX – *The second goal is internal to our movement. To change the life style of ourselves and the next generation of pedophiles.(IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

XXXIX – O segundo objetivo é interno ao nosso movimento. Para mudar nosso próprio estilo de vida e da próxima geração de pedófilos.

XL – *In stead of tryng to influence the general public, and hope for it to influence the lawmakers, we could go the other way and attempt to sway the legislation directly. (IPCE, NL, PRICP, 1993, 09);*

XL - Em vez de tentar influenciar o público em geral, e esperarmos com isso influenciar os legisladores, podemos ir por outro caminho e tentar influenciar a legislação diretamente.

Ao adotar os métodos e práticas discursivas de organizações que lutam para imprimir à sociedade a circulação de sentidos outros em relação a sentidos estabilizados (podemos citar aí vários exemplos: o movimento homossexual, movimentos que lutam pela igualdade racial, movimento dos sem-terra, sem-teto, feministas, etc.), o pedófilo busca deslocar a posição sujeito pela qual é dito (FD médico-psiquiátrica, FD jurídica) produzindo uma FD a partir da qual possa se dizer, adotando conseqüentemente também as diferentes materialidades significantes aí presentes.

Nesse sentido, diferenciamos as ações discursivas do Ipce e do Newgon. Como explicitamos anteriormente, o ativismo do Ipce centra-se na discussão de questões acadêmicas através de uma ação dupla que envolve as estruturas da “pesquisa” e da “divulgação científica” além de possuir vasto material ligado a organização do movimento. O Newgon atua através de um viés mais prático, com foco na divulgação, troca de experiências e catalogação dos diversos grupos pró e contra o ativismo pedófilo.

O *corpus* é constituído por textos recortados das *newsletters* do Ipce e do material de divulgação do Newgon cujo foco é o que denomino de forma geral “Discurso do

trabalho do ativista”, ou seja, os discursos que visam estabelecer e estabilizar as bases do trabalho do ativista pedófilo, bem como estabelecer as estratégias discursivas de ação, como a (re)conceituação de termos como pedófilo, criança e pedofilia, as formas de divulgação de materiais do ativismo e a relação do pedófilo com o trabalho ativista. Especialmente no que tange ao Ipce, o *corpus* foi ainda dividido em função do veículo usado para sua veiculação: até o ano de 1996 a divulgação das atividades ligadas aqui ao Discurso do trabalho ativista era feita através de *newsletters* impressas, enviadas principalmente pelos correios. Após esse período, o Ipce adotou o uso da rede mundial para arquivo e divulgação de suas *newsletters*, seja na forma de e-mails ou na forma de arquivos disponibilizados em seu *site*. Assim, do período inicial, selecionamos noventa e seis textos que foram agrupados num fluxo cuja estrutura remeteria ao movimento de sentido de formações discursivas ligadas a grupos ativistas: partindo da própria auto definição, seus objetivos e estratégias para fazer circular seus discursos pela sociedade. A organização desse *corpus* se deu de acordo com a estrutura proposta por Melluci (1989) como elementos constitutivos dos movimentos sociais: *o conflito, a solidariedade e o rompimento dos limites do sistema*.

V. IPCE – DO MITO DA CIÊNCIA PURA À CONSTITUIÇÃO DO ATIVISMO

A abordagem da questão da pedofilia a partir de uma Formação Discursiva científica tem sua origem nos primórdios do ativismo pedófilo, na década de 50, com o trabalho do *Enclave Kring* fundado por Fritz Bernard, que, juntamente com a organização internacional *Institut für Sexualwissenschaft*, (Instituto para a Sexologia), publicou artigos sobre relações sexuais entre adultos e menores, por volta de 1933.

O sujeito pedófilo ligado ao Ipce afirma centrar sua prática através de uma proposta acadêmica, ou seja, através de uma discussão pensada a partir de publicações que tecnicamente refletiriam uma preocupação científica com o tema. Assim, imediatamente em sua página de apresentação, o texto de boas vindas “dá o tom” ao visitante⁴⁷ apresentando os objetivos da página, trazendo um conceito operacional do que significaria a expressão “relações” referida àquelas que ocorrem entre adultos e crianças ou adultos e adolescentes e explicitando a prática do Ipce. Dessa forma temos estruturalmente, como proposta do Ipce essa abordagem dividida em estágios que materializariam os sentidos nela evocados: Linha temática, espaços para debates acerca do tema, espaço para publicação dos resultados oriundos das reflexões e debates.

*XV -Ipce is a forum for **people who are engaged in scholarly discussion** about the **understanding and emancipation** of mutual relationships between children or adolescents and adults.*(Welcome Ipce, 2011)⁴⁸ [grifos nossos]

XV - Ipce é um fórum para as pessoas que estão envolvidas na discussão científica sobre a compreensão e emancipação dos relacionamentos mútuos entre crianças ou adolescentes e adultos.

*XLI - **In this context**, these relationships are intended to be viewed from an unbiased, non-judgmental perspective and in relation to the human rights of both the young and adult partners.*(idem, ib) [grifos nossos]

⁴⁷www.ipce.info

⁴⁸ Welcome Ipce www.ipce.info. Acesso em 14/11/2011

XLI -Neste contexto, estas relações se destinam a serem vistas de uma perspectiva imparcial, sem juízos de valor [pré-julgamentos] e relativamente aos direitos humanos de ambos os parceiros, jovens e adultos.

XLII -*Ipce meets once every one or two years in a different country, publishes a newsletter and a web site, co-ordinates the (electronic) exchange of texts, and keeps an archive of specific written publications.*(idem, ib)

XLII - O Ipce se reúne uma vez a cada um ou dois anos em um país diferente, publica um boletim informativo e um site web, coordena a troca (eletrônica) de textos, e mantém um arquivo de publicações específicas.

Os sentidos mobilizados aí trariam para a ação do Ipce uma chancela da ciência para seus postulados. A existência de pesquisadores (*people who are engaged in scholarly discussion*), um tema (*relationships between children or adolescents and adults*), espaços de debate e divulgação científica (encontro, boletim informativo, web site, troca e arquivo de textos sobre a questão) e uma propositura inicial à guisa de tese a ser debatida, além da afirmação que traz a tona os postulados de imparcialidade e retidão da ciência (XLI) em função daquilo que ela se propõe a discutir (*unbiased, no-judgmental perspective*).

Como efeito da articulação discursiva dessa estrutura a questão da pedofilia surge como algo aberto, a ser debatido numa instância discursiva diferenciada daquelas onde o discurso acerca do pedófilo circula – a médico psiquiátrica e a jurídica. Enquanto essas já tem demarcadas discursivamente suas acepções acerca da pedofilia (doença, crime), a instância científica permitiria a abertura do debate, literalmente uma ponta de lança no rompimento das interdições baseadas na tradição ou na incompreensão.

Há um ahistoricidade nessa questão: o olhar científico, ao longo dos séculos, foi precursor de mudanças na compreensão de diversos temas: o funcionamento do sistema solar (e a terra deixou de ser o centro do universo...), a evolução humana (e cravou-se uma farpa no pé de Deus). O sentido de que a investigação científica pode, por conta de uma suposta imparcialidade, provocar em si o efeito de verdade. Uma vez definido pela ciência apenas a ciência pode questionar aquela definição.

Todavia (e a despeito da “imparcialidade” tomada como princípio da ciência) o Ipce sabe que esse debate não pode partir das discursividades acerca da pedofilia. A “tese”

inicial ao mesmo tempo que tenta delimitar a discussão ao discurso de neutralidade científica acaba por afirmar um postulado do Ipce: relações mutuamente consentidas entre um adulto e uma criança.

A possibilidade da existência dessas relações de forma mutuamente consentidas promove o silenciamento de sentidos outros em relação ao pedófilo, que atuam de forma não produtiva em relação à proposta do Ipce. Segundo Orlandi (1997, p. 11-12), o silenciamento não é o ‘estar em silêncio’, mas sim um processo no qual determinados sentidos são silenciados, num processo em que os sentidos silenciados distinguem-se do que está na superfície do dizer. No dizer de Orlandi (id. ib.),

o estudo do silenciamento nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do implícito.

Assim, ao mesmo tempo em que o Ipce prega a “compreensão” e a “emancipação” dessas relações, trazendo a tona uma imagem de criança cujo amadurecimento físico e mental (uma criança autossuficiente) permitiria que se comportasse como um sujeito agente de sua sexualidade de tal forma que, se situaria no processo de escolha de parceiros sexuais no mesmo nível do pedófilo. Essa imagem de criança autossuficiente provoca o silenciamento da relação de dependência da criança com o estado e com a família e a consequente “emancipação” de práticas sexuais de que porventura esta participasse, deslocando a discussão sobre a pedofilia do discurso médico psiquiátrico, do discurso jurídico, da noção de criança, conforme apontados abaixo.

Discurso médico psiquiátrico: tipo de doença => parafilia - desvio de preferência sexual uma vez que espera-se que o humano adulto sinta-se atraído por outro humano adulto, numa relação igualitária em termos de amadurecimento e orientação sexual - doença => pedofilia => doente => pedófilo => sintoma => atração sexual por crianças.

Criança => sujeito não suscetível em termos de amadurecimento físico e mental de ser objeto de atração sexual por parte de um adulto.

Discurso Jurídico: tipo de crime => crimes sexuais => crime => sedução, corrupção e estupro de vulneráveis => criminoso => pedófilo => prática criminosa => relação sexual com crianças.

Criança => sujeito não suscetível em termos legais de ser objeto de relação sexual com um adulto. Sujeito que ainda não pode discursivamente dispor de seu corpo e sua sexualidade devido a ainda não ter atingido maturidade para tal.

Assim, falar em relações mutuamente consentidas implicaria em que, o “consentir” do outro do pedófilo – a criança, instaura-se no mesmo patamar do consentir do pedófilo. Em termos do desenvolvimento físico e mental, ou seja, numa formação discursiva médico psiquiátrica, representaria uma criança madura e desenvolvida a ponto de dispor de sua sexualidade. Essa representação afetaria os sentidos presentes na formação discursiva jurídica e colocaria em xeque a necessidade de tutela por parte do estado e da família.

Por outro lado, em relação ao pedófilo “apagam-se” os motivos da interdição. Se o objeto de desejo do pedófilo é constituído discursivamente como um sujeito autônomo, podendo agir com “maturidade” no que tange às decisões que pode tomar em relação a sua própria sexualidade, não haveria o que se falar em desvio. Por outro lado, se o “outro” do pedófilo não necessita da proteção do estado e da família, e, tendo disponibilidade legal sobre seu corpo, não haveria o que se falar em crime.

Todavia esse “consentir” da criança instaura-se da mesma forma que o consentir do adulto? No filme “O Lenhador” encontramos a cena da sedução desde a descoberta do objeto do desejo do pedófilo, a aproximação, a sedução até a obtenção do consentimento. A cena se passa num parque. A essa altura, Walter (o pedófilo) já havia se aproximado de Robin (a criança de onze anos) em outra oportunidade e feito amizade e entrando no mundo da menina a partir do gosto desta por pássaros e pela identificação com o fato dela possuir poucos amigos.

Robin - Os passarinhos são meus amigos. Eles sabem que eu os observo, mas eles não se importam... porque eles gostam de ser observados.

Walter - Se souberem que você não quer machucá-los. Robin.

Robin - Sim?

Walter - Gostaria de sentar no meu colo?
Robin - O quê?
Walter - Gostaria de sentar no meu colo?
Robin - Não, obrigada.
Walter - Ok. Não importa.
Robin - Quer mesmo que eu sente no seu colo?
Walter - Sim. Eu sentiria muito prazer. Eu conheço um lugar que é... muito sossegado, a não ser pelo som de... uns passarinhos bem minúsculos. Parece que são tentilhões.
Robin - Pode ser que sejam tentilhões.
Walter - Quer ver?
Robin - Meu pai me deixa sentar no colo dele.
Walter - Deixa mesmo?
Robin - Sim.
Walter - Você gosta quando ele pede?
Robin - Não.
Walter - Por que não? Vocês estão a sós quando ele pede?
Robin - (chorando)
Walter - Ele diz... coisas estranhas?
Robin -
Walter - Ele mexe as pernas de uma forma esquisita?
Robin - Walter? Você ainda quer que eu sente no seu colo? Eu sento. Não vai me incomodar.
Walter - Não... Vá para casa, Robin.

Eiso “jogo” da sedução... a partir do diálogo sobre os pássaros há uma insinuação discursiva de segurança: os amigos não machucam amigos. Em seguida uma ruptura: o sentar no colo, a aproximação física não estava nos planos da garota que nega. A aceitação tranquila por parte do pedófilo da negativa da menina contribui para aumento da sensação de segurança – “amigos não machucam amigos”. Diante da pergunta se Walter queria mesmo que ela sentasse em seu colo emerge o vínculo comum criado pelo pedófilo: “- conheço um lugar tranquilo onde os passarinhos também vão”. A menina aceita sentar no colo de Walter, não porque sinta prazer ou desejo. No contexto do filme Robin é solitária, vítima do pai também pedófilo. O novo amigo, apesar de adulto, compartilha com ela o prazer pelos pássaros, o espaço onde ela dá vazão a sua própria solidão. Seu consentimento não ocorreu por consciência de sua própria sexualidade, mas, ou pelo perder o amigo, que tanto compartilhava com ela, ou ainda pela identificação com o pai.

Mas (mesmo considerando o diálogo acima pertencer a uma peça de ficção), o pedófilo do filme constitui-se discursivamente de forma semelhante aos sentidos de pedófilo que o ativismo busca colocar em circulação.

XXVII – *The experienced pedophile has qualities which are lacking in many teachers and other pedagogues: the ability to identify with the child’s world, to talk with children on equal terms to offer guidance without being judgmental. (IPCE, NL, TSFCL⁴⁹, 1993, 07);*

XXVII - O pedófilo experiente tem qualidades que faltam a muitos professores e outros pedagogos: a capacidade de se identificar com o mundo da criança, para conversar com as crianças em condições de igualdade para oferecer orientação sem realizar julgamentos;

Assim, ao imprimir como ponto de partida para o debate o termo “relações mutuamente consentidas” o Ipce faz com que os sentidos presentes na formação discursiva deslizem para uma formação discursiva ligada ao ativismo.

XV -*Ipce is a forum for **people who are engaged in scholarly discussion** about the **understanding and emancipation** of mutual relationships between children or adolescents and adults.*(Welcome Ipce, 2011)⁵⁰ [grifos nossos]

XLI -***In this context**, these relationships are intended to be viewed from an unbiased, non-judgmental perspective and in relation to the human rights of both the young and adult partners.*(idem, ib) [grifos nossos]

O novo proposto pela ciência aqui, contraditoriamente vem antes do debate, como tese, que se constitui a partir de postulados que visam a desconstrução dos discursos circulantes na sociedade e em relação aos quais apresenta uma discordância. A polissemia da expressão *people who are engaged in scholarly discussion* pessoas envolvidas (em)/ pessoas comprometidas (com) faz com que o dizer do Ipce deslize do discurso da ciência para o discurso ativista. Grosso modo, o sujeito cientista engajado na causa/objeto seria um

⁴⁹ The social function of the Child-Lover

⁵⁰ Welcome Ipce www.ipce.info. Acesso em 14/11/2011

cientista ou um ativista que se utiliza de ferramentas científicas? O que acaba provocando esse deslizar revela também a contradição presente entre essas mesmas FDs. Em que termos a comprovação obrigatória de uma tese ou uma propositura insere-se numa formação discursiva da ciência? A possibilidade de não comprovação da tese que argumenta a favor das relações mutuamente consentidas entre um adulto e uma criança provocaria um desastre nos dizeres do Ipce, uma vez que justificaria, na FD da ciência, uma ou outra das demais teses contraditórias, ou seja, restaria ao pedófilo a doença ou o crime.

É pelo ativismo que esse sujeito pedófilo produz (ou busca produzir) um efeito de distanciamento das práticas que impedem que seu discurso circule livremente. E como tal, o sujeito pedófilo “argumenta”⁵¹ (ORLANDI, 1998) a partir da ilusão do deslocamento de sua posição sujeito: a posição sujeito “ativista” faz com que sentidos outros passem a fazer parte da formulação “pedófilo”, de forma que termos como reivindicação, inclusão, minoria, direitos e reconhecimento trazem um novo campo de circulação aos sentidos de pedófilo: o campo da luta política pelos direitos como ocorre com diversos outros grupos, cada qual com seu objetivo (podemos citar aqui os sem-terra, sem-teto). Nesse sentido não há que se advogar a pretensa existência desses direitos, mas sim perceber a existência de uma relação parafrásica entre o ativismo pedófilo e outros tipos de ativismo deslocando e reconfigurando os discursos do pedófilo para o campo dos movimentos sociais.

Melluci (1989) ao discutir os movimentos sociais surgidos a partir dos anos setenta, o faz a partir da assertiva de que a partir desse período surgem novas formas de ação coletiva em setores que ainda não haviam sido atingidos pelos conflitos sociais. Esse autor propõe que esses movimentos não sejam vistos por conta das aparências ou da retórica, mas a partir do que ele denomina “sistemas de ação” (idem, p. 51) para explicar o como os movimentos se estabelecem e mantêm sua estrutura. Para tanto define o movimento social a partir de três conceitos básicos: *o conflito* como sendo “uma relação de atores apostos lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor” (MELLUCI, 1989, p. 57), *a solidariedade* dada como “a capacidade dos atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como parte de

⁵¹ Segundo Orlandi (1998, p. 09) “A argumentação pode então ser um observatório do político, na medida que é parte da materialidade do texto”

uma mesma unidade social).” (idem, ib.) e o *rompimento dos limites do sistema* que “indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente”. (idem, ib). Assim, Melluci (idem, p. 57) define os movimentos sociais como

como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita frequência, empiricamente associados com "movimentos" e "protesto".

Tomando a proposta de Melluci como ponto de partida, entendemos inicialmente que a sequência *solidariedade>desenvolvimento de um conflito>rompimentocom os limites do sistema* provoca um efeito de sentidos de “movimento articulado” dentro do ativismo. Assim, a nossa proposta é organizar dentro desse movimento o *corpus* selecionado, ou seja, os textos (discursos) no qual o pedófilo busca/propõe uma auto definição de si (enquanto sujeito de uma prática) como categoria (*solidariedade*) a partir da qual possa reivindicar certa imagem ou criar um “efeito” de filiação sócio histórica que de certa forma provoque (ou tenha por objetivo provocar) um diferente olhar acerca dessa posição e os textos (discursos) cujo efeito de sentido estabeleceria uma oposição aos sentidos circulantes (*conflito e rompimento dos limites do sistema*). No dizer de Pêcheux,

(...) todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (...). (PÊCHEUX, 1995, p. 56)

5.1 – Ativismo pedófilo: solidariedade

A noção de *solidariedade* como constitutiva de um movimento social, dada por Melluci (1989, p. 57) como “a capacidade dos atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como parte de uma mesma unidade social)”, implica, num olhar discursivo, na constituição do sujeito ativista em função da

relação deste com o lugar que ocupa no discurso e nos efeitos de sentido que são produzidos a partir desse lugar. O espaço discursivo do ativismo tem em si uma característica modificadora de espaços outros - o sem teto, o sem terra, o homossexual (ou outros tantos sujeitos) passam a enunciar de forma diferenciada quando o fazem a partir do ativismo: o discurso ativista em si existe sempre numa relação com outros discursos de tal maneira que, independentemente do espaço social ocupado por esse sujeito, trará consigo o pré-construído e as articulações (interdiscurso) das lutas sociais, ou seja, trazendo esses discursos para uma formação discursiva permeada pelo embate político e por disputas pelos espaços de circulação na sociedade. Segundo Orlandi (2005, p. 103)

a formação discursiva –lugar provisório da metáfora– representa o lugar da constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação.

Souza (1997, p. 29) ao analisar o movimento homossexual da década de oitenta diz que

“(…) é no campo militante da afirmação que se constrói o lugar pré-construído do sujeito, que aí é produzido e sustentado. A esse lugar chamo de posição de enunciação, ou seja, as condições de fala que fazem com que o falante torne-se afirmado e identificado como sujeito homossexual”

Ora, considerando as formas como a pedofilia e o pedófilo são enunciados na/pela sociedade, como poderia o sujeito ativista pedófilo sustentar uma posição de afirmação e identificação? Em que medida ele buscaria um espaço de expressão que permitisse que ele enunciasse livremente sem o risco da sanção? (internação, prisão, morte). Entendemos que para tanto o pedófilo ativista mobiliza sentidos diversos, dentre os quais o próprio sentido de pedófilo em busca desse espaço. Pensando assim, o identificar-se enquanto pedófilo não poderia em medida alguma corresponder às expectativas gerais trazidas pelo termo, cuja “unidade” de sentido – ou numa perspectiva semanticista, seu grau zero – não permite dúvidas quanto a sua prática.

Tomando o grupo de enunciados XLIII, XXV, XXXVIII selecionados das *newsletters* do IPCE, numa abordagem inicial percebemos que há uma relação entre “imagem” e o termo pedófilo no viés enunciado pelo IPCE, num posicionamento do ativismo em relação às formas como a pedofilia é enunciada na sociedade, alinhando os sentidos de pedófilo a doença e ao crime. A negação em relação a essa prática está na fala do ativista que vai buscar deslocar esses sentidos... mesmo que por vezes até aproxime-se desse posicionamento.

A confrontação a esses sentidos percebe-se inicialmente em (XLIII), *Different pedophiles (...) different life styles*, (XXV) *ideal pedophile*.

XLIII – *Different pedophiles have very different life styles, even in the same country. (IPCE, NL, P1⁵², 1993, 06);*

XLIII - Pedófilos diferentes têm estilos de vida muito diferentes, mesmo (vivendo) no mesmo país.

XXV – *What I suggest now is that we create a new image of an ideal pedophile as we want him to be. I want to paint a picture of a boy-lover who takes his “job” seriously: (IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

XXV - O que eu sugiro é que agora nós criemos uma nova imagem de um pedófilo ideal como queremos que ele seja. Eu quero pintar um retrato de um boy-lover que leva o seu "trabalho" a sério

XXXVIII – *My ideal is a pedophile relationship where sex is not an end in itself but a means to strengthen bond between a child who needs attention and support, and an adult who wants to give just that. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

⁵² Pedophile Images

XXXVIII - Meu ideal é um relacionamento pedófilo em que o sexo não é um fim em si mesmo mas um meio para fortalecer a ligação entre uma criança que precisa de atenção e apoio, e um adulto que quer dar apenas isso.

A percepção de que há diferenças e até uma tipologia entre os pedófilos traz implícita a existência de diversos sentidos do que venha a “ser pedófilo”, variações de um modelo ideal/original, cuja prática seria uma prática “ideal”, portanto, diferenciada em relação às práticas dos pedófilos. Todavia, esse “pedófilo ideal” é um pedófilo a ser construído, ou seja, não há uma historicidade acerca de uma prática ideal em uma relação entre um adulto e uma criança que inclua o relacionamento sexual, principalmente quando essa relação ocorre entre um adulto do sexo masculino e uma criança do mesmo sexo (XLIV), (XLV)

XLIV – *Our language is definitely lacking a word describing a boy who has a relationship with a man. (IPCE, NL, PI, 1993, 07);*

XLIV - Em nossa língua falta, definitivamente, uma palavra que descreva um jovem [garoto] que tem um relacionamento com um homem.

XLV – *We already have a word for a girl in a similar situation: Lolita. (IPCE, NL, PI, 1993, 07);*

XLV – Nós, de fato, temos uma palavra para uma menina numa situação similar: *Lolita*.

Ao mesmo tempo, esse pedófilo “ideal” nega as práticas do(s) pedófilo(s) “não ideais”. Essa negação ao mesmo tempo que prevê a existência de um tipo de pedófilo cujas práticas e discursos poderiam circular livremente na sociedade, reforça e alinha os discursos circulantes sobre a pedofilia. Não que o ativismo pedófilo negue a prática de relações entre crianças e adultos. Ela está presente, mas não como objeto de conquista do pedófilo – a criança como objeto do desejo erótico do pedófilo – mas inserida num

processo que a diminui e de certa forma a silencia ao ser tratada como “necessidade” da criança (XXXVIII). Há uma estratégia discursiva em questão, o pedófilo defende que a “necessidade” não é dele e sim da “criança”, ele passa, na relação, da posição de ativo para posição de passivo na mesma medida em que inverte a posição da “criança” – de passiva para a ativa.+.

Começa a se delinear uma construção discursiva de criança, esse “outro” do pedófilo, mas de forma e ressignificá-la nesse “modelo ideal” do pedófilo que pretende o IPCE. Todavia, a construção desse “novo” sentido de pedófilo – (um pedófilo modelo?) acaba por levar o IPCE a silenciar as práticas que constituíram historicamente a representação discursiva do pedófilo. Essa negação não se dá de forma gratuita enquanto estratégia discursiva: o ativismo pedófilo necessita inserir-se em uma formação discursiva que permita a circulação dos sentidos da pedofilia. Percebe-se nesses enunciados um deslizamento dos espaços nos quais o pedófilo é enunciado: há que se constituir um novo espaço de enunciação, uma nova posição na qual o “dizer pedófilo” signifique de outra forma..

A busca desse possível “novo espaço de significação” não se faz sem que se abale os fios que compõem as formações discursivas pelas quais o pedófilo é historicamente enunciado. Da mesma forma que uma discursivização da norma legal se inscreve posteriormente ao acontecimento que a constituiu discursivamente, quando há a necessidade de convencimento da sociedade em relação a algo, é porque houve um fato anterior que provocou uma negação discursiva inicial. Considerando a posição discursiva do pedófilo, uma nova imagem (XXV) só se configura necessária quando a antiga não possui mais possibilidades de ser transformada de forma a ser aceita. Isso ocorre também quando discursos mantidos no limite das proibições (em relação aos valores, aos tabus, à ética e preceitos morais e religiosos) de circularem com estatuto legal ou sem restrições em relação também a prática. Esses discursos mantidos na proibição histórica ficam a “espreita” para desestabilizar sentidos que os restringem para poder se inscrever ou reinscrever na ordem do discurso. Pode-se considerar que se está presenciando uma batalha na ordem do discurso pelo direito de quem e como pode enunciar com determinadas práticas sociais ou não.

Uma “nova” imagem luta e reivindica uma “nova” discursividade, ou seja, uma nova posição a partir da qual possa enunciar, em oposição a imagem existente. A imagem do pedófilo é fundamentalmente negativa em função de sua prática – o abuso sexual de crianças, questão que não se mostra como solúvel ao ativismo pedófilo, que, se, por um lado, não a nega, por outro, a desloca de seus objetivos principais.

Ao mesmo tempo em que nega discursivamente a prática de sexo com crianças como propósito maior (XXXVIII- *My ideal is a pedophile relationship where sex is not na end in itself*) o ativismo pedófilo em sua ‘tentativa’ de criação desse novo espaço de onde ele possa enunciar e quiçá, ser enunciado, ele acaba por ocupar um espaço discursivo semelhante ao que é socialmente enunciado: o de negação da prática pedofílica enquanto prática sexual aceitável. Todavia, essa negação não é possível em sua totalidade, por conta da intensidade que possui o vínculo entre os sentidos de pedófilo e o de abuso sexual de criança. O sujeito ativista pedófilo acaba então caindo numa contradição em relação aos sentidos que ele pretende mobilizar: não sendo possível tornar sua prática socialmente aceitável ele passa a utilizar estratégias discursivas e representações da própria sociedade na construção dessa nova imagem ao negar uma imagem existente, (XXVI – *We can never convince people that pedophilia is OK as long as they have a negative image of what a pedophile is and how he behaves.* (IPCE, NL, PI, 1993, 06); em função de um ‘modelo comportamental’ mais aceitável.

XLVI – *And why do I want to create this new image? For three reasons: The first goal is external and political.* (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

XLVI – E por que eu quero criar esta nova imagem? Por três razões: O primeiro objetivo é externo e político.

XLVII – *I have seem too many pedophiles treating children in a way which I find immoral.* (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

XLVII - Tenho visto muitos pedófilos tratando crianças de uma maneira que eu acho imoral.

XLVIII – *They spoil the children with expensive gifts and expect the children to pay with sex.* (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

XLVIII - Eles corrompem as crianças com presentes caros e esperam que elas paguem com sexo.

XLIX – *Pedophiles who behave like this are not evil, they just don't understand their own role and they don't know could be different.* (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

XLIX - Os pedófilos que se comportam como estes não são maus, eles simplesmente não entendem seu papel e não sabem que poderia ser diferente.

L – *One of the foremost wishes of pedophiles is to be accepted as what we actually are, more than as what the public think we are.* (IPCE, NL, PRICP⁵³, 1993, 08);

LI - Um dos principais desejos dos pedófilos é sermos aceitos como o que realmente somos, mais do que como o que o público pensa que somos.

LII – *The reason for this incongruity in understandings of the topic of pedophilia is that the only information people receive about child-adult sexual relations are one-sided prejudiced accounts.* (IPCE, NL, PRICP, 1993, 08);

LIII - A razão para esta incoerência no entendimento do tema da pedofilia é que as únicas informações que as pessoas recebem sobre as relações sexuais criança-adulto são relatos unilaterais e preconceituosos.

⁵³ PR and Image changing of pedophiles

5.2 – Ativismo pedófilo: do conflito à estruturação do ativismo e suas práticas – circulação e interditos

Melucci (1998) traz a noção *deconflicto* como “uma relação de atores apostos lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor”. Tomando essa noção como ponto de partida a pergunta que nos surge e, por mais óbvia que pareça é: quais recursos demandam uma disputa entre o ativismo pedófilo e o restante da sociedade? Não que a criança não seja o objeto de desejo do pedófilo em si, mas ao ocupar uma posição de ativista, o pedófilo acaba por trazer a tona disputas outras, mascaradas pelos sentidos do direito (do pedófilo e da criança) e pela ocupação de um espaço na ordem do político, universo no qual orbitam questões (e no qual emergem sentidos) como luta política, opressão, reivindicação de grupos sociais, entre outros.

A partir de qual lugar esse ativista pedófilo fala? A partir de qual espaço social ele poderia dizer “esse sou eu” e fazer circular esse dizer. Um dos aspectos é a negação dos sentidos que circulam acerca da pedofilia ou ainda a negação do próprio termo para designar a prática de relações sexuais entre adultos e crianças. Não interessa ao ativismo pedófilo falar a partir de uma posição sujeito “pedófilo”, uma vez que as formações discursivas a partir das quais o pedófilo e a pedofilia são falados não permitem a circulação de sentidos positivos acerca destes.

O Ipce passa a avaliar essas questões quando do debate acerca da manutenção do termo “pedófilo” em seu nome IPCE –*International Pedophile and Child Emancipation* entre 1995 e 1999, ocorrido em decorrência de outro debate: a disponibilização de seus conteúdos na rede mundial.

LIV - At the meeting in 1995, the delegates decided a preliminary set of rules and regulations for IPCE. This was continued in 1996. This meeting changed the rule about the voting rights and added some other rules. Both meetings decided to reject the annual proposals to change the name of IPCE into a name without the “P” (for ideological and safety reasons). IPCE, NL E-3, 1997

LIV - Na reunião em 1995, os delegados decidiram um conjunto de regras e regulamentos preliminares para o IPCE. Isto teve continuidade em 1996. Esse encontro mudou a regra sobre os direitos de voto e acrescentou algumas outras regras. Em ambas as reuniões decidiu-se rejeitar as propostas anuais de mudar o nome do IPCE (International Pedophile and Child Emancipation) para um nome sem o "P" (por razões ideológicas e de segurança).

LV - There were some proposals to change the name, especially from The Netherlands, NVSH lwg JORis had asked to change to a name without a "P". In the Newsletter E3 there was also a proposal from John (NZ) to rename to "SPICE" and/or "JOY". John's proposals however, did not survive the vote. A proposal to name it Meeting of Active Persons (MAP) was also rejected. The vote on the Dutch proposal was equally divided between for and against; as is common the proposal was therefore rejected.

So a compromise was found. The name Ipce will be retained, but not as an abbreviation, just as a noun. The original meaning will not be explained. It is simply the name of an existing reality of the past twelve years. So, as it is no longer a collection of initials, IPCE becomes Ipce. IPCE, NL E6, 1999

LV - Houve algumas propostas para alterar o nome, especialmente vindas da Holanda, NVSH lwg JORis solicitou que a mudança fosse para um nome "P". Na *newsletter* E3 havia também uma proposta de John (NZ) para mudar o nome para "SPICE" e / ou "JOY". As propostas de John, no entanto, não resistiram à votação. Uma proposta para nomeá-la Reunião de Pessoas Ativas (MAP) também foi rejeitada. A votação sobre a proposta holandesa ficou empatada entre a favor e contra, como é comum a proposta foi rejeitada.

Então, foi encontrado um acordo. O nome Ipce será mantido, mas não como uma abreviatura, assim como um substantivo. O significado original não será explicado. É simplesmente o nome de uma realidade existente dos últimos doze anos. Assim, como já não é uma coleção de iniciais, IPCE torna-se Ipce.

Observa-se que o ativismo sente a pressão discursiva existente sobre o termo “pedófilo”. Não se trata aqui de negar a prática, mas sim buscar os meios para que os discursos sobre essa prática possam circular. Trata-se não dizer para calar, para esquecer, para silenciar. Trata-se de interditar a palavra para silenciar o sentido. Todavia o interdito acerca dos sentidos circulantes sobre o termo pedófilo não permitem essa circulação, uma vez que a imagem do pedófilo resulta na circulação de sentidos de abuso sexual contra crianças, fazendo com que o pedófilo seja dito ou a partir de uma formação discursiva jurídica (na forma de criminoso) ou de uma formação discursiva médico psiquiátrica (na forma de doente mental).

Dessa forma, alterar o nome do Ipce para outro “without the “P”” provoca um apagamento dos sentidos e práticas que emergiriam do próprio “P” (de pedófilo), tomado como causa das interdições à circulação dos discursos do ativismo pedófilo. A decisão de manter o nome IPCE não mais como sigla, mas como substantivo “So, as it is no longer a collection of initials, IPCE becomes Ipce.” que, segundo o ativismo não teria seu significado explicado, num aparente paradoxo, pois ao não se explicar o sentido do termo ele se tornaria “vazio” e ao se explicar ele retomaria a forma de sigla, deixando de ser substantivo e voltando a evocar os interditos que implicaram na mudança. Ainda na linha de argumentação o “novo substantivo” evocaria uma “realidade existente nos últimos doze anos”, sem efetivamente esclarecer aos “não iniciados” a qual realidade esse termo se refere.

A abertura dos conteúdos do Ipce na rede mundial (situação deflagrada da mudança de nome) acaba por colocar aos pedófilos do Ipce a relação de seus dizeres com os interditos que não permitem sua circulação. Os motivos alegados para a mudança do nome - “for ideological and safety reasons” identificam o grupo numa instância de controle social onde tomam forma efetiva de criminosos ou doentes mentais.

É preciso reformar, reconfigurar essa circulação de forma a que as razões “ideológicas” e de segurança deixem de funcionar como interdito. Entretanto, há já aí um interdiscurso (PÊCHEUX, 1997, p. 162, ORLANDI, 1999, p. 31) que disponibiliza dizeres que impedem que o termo pedófilo seja significado de maneira positiva. As razões de segurança remontam a um interdiscurso no qual emergem sentidos de prisão e/ou morte

para os pedófilos. Já as questões ideológicas opõem os discursos do ativismo pedófilo aos discursos jurídicos e médico psiquiátricos. Eis o problema: como colocar em circulação esses discursos sem falar a partir das Formações Discursivas Jurídica e/ou Médico Psiquiátrica?

Não há aparentemente uma solução possível. Mesmo quando o ativismo pedófilo enuncia um deslocamento dos sentidos que o constituem, acaba por enunciar de tal forma que o “modelo de pedófilo” cuja existência tenta negar ou silenciar, emerge como um sentido posto a cada sentença: omite-se o sentido de “P” (pedófilo) em Ipce pelos mesmos motivos pelos quais os discursos do ativismo pedófilo não podem/conseguem circular. A uma “imagem ideal” do pedófilo (idealizada e não existente) emerge uma real, constituída pelos sentidos de doença e/ou agressor sexual de crianças. O reconhecimento de que há pedófilos que “agem de forma imoral” quando trocam com crianças favores sexuais por presentes, implica no reconhecimento do próprio pedófilo enquanto “predador”. A cada negação do ativismo pedófilo em relação a essas práticas repudiadas e interditas socialmente, emerge uma afirmação do próprio ativismo em relação a sua existência e ocorrência. A cada traço de tinta colocado no quadro do retrato do “novo boy-lover” sobra um borrão revelando pinturas passadas, historicamente constituídas, resistindo às tentativas de apaga-las/silencia-las.

XXV - O que eu sugiro é que agora nós criemos uma nova imagem de um pedófilo ideal como queremos que ele seja. Eu quero pintar um retrato de um boy-lover que leva o seu "trabalho" a sério (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

XLVI – E por que eu quero criar esta nova imagem? Por três razões: O primeiro objetivo é externo e político.

XXVI - Nunca poderemos convencer as pessoas de que a pedofilia é OK uma vez que elas tem uma imagem negativa do que é um pedófilo e como ele se comporta.

XLVII - Tenho visto muitos pedófilos tratando crianças de uma maneira que eu acho imoral.

XLVIII - Eles corrompem as crianças com presentes caros e esperam que elas paguem com sexo.

A criação de uma nova imagem de pedófilo acaba por revelar novo jogo de antecipações por parte do ativismo. O que esse falar de si do pedófilo antecipa em relação aos sentidos circulantes na sociedade e que bem sabe ele (o pedófilo) não permitem a circulação desse seu falar. “O que eu sugiro é que criemos uma nova imagem”. A imagem de que fala o ativismo é externa, é esse como o outro o vê e produz sentidos.

O lugar de onde o ativismo fala constitui-se então num jogo de imagens paradoxal em que,

- tomando como referente o pedófilo:

Pedófilo (A) – Sou pedófilo

Sociedade (B) – Você é um esturador

Pedófilo (A) – A prática do pedófilo são as relações sexuais consensuais com crianças

Sociedade (B) estupro

- tomando como referente a pedofilia (R1)

Pedófilo (AR) – A pedofilia liberta as crianças da opressão de um modelo que não as considera enquanto sujeitos de si

Sociedade (BR) A pedofilia é um crime e uma doença mental

- tomando como referente a criança (R2):

Pedófilo (AR1) A criança é um sujeito constituído na opressão, ao qual o estado e a sociedade não permitem a livre expressão de seus desejos sexuais, podendo desejar e ser objeto de desejo.

Sociedade (BR1) A criança é um sujeito que ainda não atingiu a maturidade física e psicológica, dependendo da orientação e proteção do Estado e dos pais.

As imagens do pedófilo constituem os sentidos dos enunciados que o ativismo pretende fazer circular ao mesmo tempo que busca antecipar as reações do outro, para quem seu discurso é dirigido.

Todavia ao fazer isso, o faz a partir das mesmas formações discursivas que constituem a base dos interditos. As formulações que circulam na sociedade são de tal forma estáveis que barram quaisquer tentativas de se enunciar a favor da pedofilia, como vimos anteriormente quando da discussão acerca da manutenção ou não de um verbete denominado “Movimento pró pedofilia” na Wikipedia:

XVII- Haverá também um artigo pró-estupro da mãe por filho seguida de assassinato por degola acompanhada de enforcamento do pai sucedido por atos de necrofilia e de suicídio? ou só pró-abandono de filhos com menos de um ano em saco plástico na lagoa da Pampulha? Depois vamos imprimir e distribuir numa escola primária e dizer que é de fonte "respeitável e autorizada"? afinal é uma enciclopédia que concorre com a Britânica. Se não, qual a diferença ética ou legal? Tem um monte de teses explicando a "normalidade" de cada ato deste e dizendo da injustiça da lei que pune ou proíbe. (Wikipedia⁵⁴)

XVIII - o meu imparcialismo não consegue ser tão frio nem tão desprovido de bom-senso a ponto de votar para manter esta página.

As comparações entre um verbete de enciclopédia virtual denominado “Movimento pró pedofilia” com situações extremas “artigo pró-estupro da mãe por filho seguida de assassinato por degola acompanhada de enforcamento do pai sucedido por atos de necrofilia e de suicídio?” apontam mais claramente para a questão de não se admitir sequer a existência desse debate. Em termos mais diretos: a sociedade se portada tal forma que não pretende, não quer e possivelmente não vai discutir ou mesmo permitir a circulação dos discursos nesse sentido.

⁵⁴http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:P%C3%A1ginas_para_eliminar/Movimento_pr%C3%B3-pedofilia#Apagar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sexuais entre adultos e crianças há muito tem seus sentidos presos a uma tensão entre a proibição e o desejo pelo corpo infantil, este com seu discurso interdito em sua circulação tanto pelo discurso judiciário quanto pelo discurso médico psiquiátrico. A historicidade dessas relações, que nesse trabalho foi considerada a partir da Grécia Antiga, enfrenta na atualidade um frequente desvio entre o que seria e o que não seria permitido entre os gregos. Dizeres que igualam o desejo pelo corpo infantil ao desejo pelo corpo adolescente mascaram interditos do passado na tentativa de fazer circular os dizeres que buscam superar interditos semelhantes no presente. Os dois sujeitos que participariam dessa prática, são falados de lugares distintos ocupando posições sujeito nos discursos que circulam na sociedade de tal forma que seu encontro no âmbito dos discursos sobre as relações sexuais – o adulto é falado a partir de posições sujeito ligadas a violência contra a criança e da doença mental. A criança é falada como vítima desse adulto. Mudar essa realidade discursiva, como pretende o ativismo pedófilo implica diretamente no enfrentamento desses sentidos.

Importa considerar quais os meios pelos quais os discursos do ativismo pedófilo, poderiam circular na sociedade, por quais meios ele poderia ser recebido e ouvido, uma vez que eles representam um enfrentamento a uma questão que é cara à sociedade: a proteção a criança. Esse enfrentamento se dá por diversos aspectos, mas talvez o principal deles seja a descaracterização da própria proteção da criança como algo benéfico a ela – para o ativismo pedófilo a proteção à criança impediria que ela se realizasse plenamente enquanto sujeito nos vários aspectos da vida, inclusive no âmbito da sexualidade.

Por outro lado, há a sociedade que se posta de forma a que esses discursos não circulem, que esses interditos não caiam e de negação da transformação dos discursos de proteção a criança em regra a ser quebrada.

No primeiro capítulo deste trabalho foi possível observar as discursividades acerca das relações sexuais entre adultos e crianças e a forma como a noção de criança foi se constituindo desde a Grécia Antiga até os dias de hoje. De forma geral a criança tem sido significada como um sujeito que é falado pelo adulto na forma dos discursos de proteção ou de incompletude: nesse discurso a criança é um ser ainda em formação, incapaz de tomar decisões acerca de si e de sua sexualidade, necessitando da tutela do Estado e da Família que assumem o papel de protetor da infância, até que esse sujeito esteja completamente formado.

Já os discursos do ativismo pedófilo buscam significar a criança de forma diferenciada – para eles a criança seria um sujeito capaz de tomar suas decisões e fazer suas escolhas, inclusive quanto tomada a questão da sexualidade e práticas decorrentes desta. A criança nesse discurso não necessitaria da tutela, mas da mão orientadora do pedófilo, que se constitui aqui como um sujeito capaz de orientar a criança durante o esse processo de formação,

XXVII - O pedófilo experiente tem qualidades que faltam a muitos professores e outros pedagogos: a capacidade de se identificar com o mundo da criança, para conversar com as crianças em condições de igualdade para oferecer orientação sem realizar julgamentos. (IPCE, NL, TSFCL, 1993, 07);

No segundo capítulo pode-se verificar os sentidos de pedófilo tanto nos discursos jurídico, médico psiquiátrico e no senso comum e as formas como a sociedade de forma geral faz circular discursos de repudiam a prática, trazendo sentidos de punição extrema ao pedófilo “É terrível falar mas acho que pedófilo merecia morrer.”; “É nojento, degradante, não é doença e sim uma coisa sórdida.”; “Não precisa nem prender. É só castrar. Sem anestesia, claro, pra punir o crime já cometido. Aproveita e corta os dedos e a língua.”.

De forma geral, esses discursos sobre a pedofilia lançam o pedófilo, enquanto sujeito dessa prática, no espaço do interdito, do não dizer – do não dizer enquanto sujeito da doença mental no discurso médico psiquiátrico, do não dizer enquanto sujeito criminoso, no discurso jurídico e no senso comum. Esse espaço do não dizer evidencia também um não ouvir... a prática do pedófilo e os discursos sobre ela, quando pensamos na criança enquanto sua vítima não é algo que a sociedade deseja ver em circulação – daí a penalização no discurso do senso comum ser mais contundente que a do próprio discurso jurídico, envolvendo a morte e a tortura. Interdita a fala do pedófilo, interdita as falas que porventura venham a defender sua prática e interdita os ecos das consequências dela.

Já no capítulo três tecemos considerações acerca dos sentidos de ativismo e militância, analisando os sentidos desses termos aplicados ao ativismo pedófilo. Trouxemos uma historicidade acerca do ativismo pedófilo em sua origem e analisamos os sentidos mobilizados pelo ativismo para tentar fazer circular discursos favoráveis a pedofilia, na reconfiguração dos sentidos que buscam fazer dos termos pedofilia, pedófilo e criança.

A problemática que o ativismo percebe na circulação de seus discursos se dá principalmente pela negativa da sociedade em discutir a questão – não encontrando um interlocutor possível é preciso mais que convencê-lo dos argumentos que emergem de sua posição sujeito, convencê-lo a ouvir – ou seja – trazer a sociedade para o debate. Todavia nos discursos circulantes na sociedade há o interdito e até a negação da própria existência do ativismo pedófilo. A necessidade de ultrapassar essa barreira acaba provocando por parte do ativismo uma tentativa de eufemização de seus discursos em relação a si mesmo e as suas práticas.

A criança deixa de ser constituída discursivamente unicamente como objeto de seu desejo sexual passando a um sujeito que necessita, mais que uma tutela, de uma parceria para a complementação de seu desenvolvimento e preparação para a vida social. O pedófilo emergiria aí como o parceiro ideal nesse processo.

A negação discursiva do pedófilo em relação a imagem que circula na sociedade sobre si é o espaço pelo qual o ativismo procurar forçar a circulação. Os sentidos de violentador, estuprador de crianças não favorecem em nada sua tarefa, daí negar essa imagem em prol de outra, a ser posta em circulação, que leve a sociedade a aceitar o debate.

XXVI - Nunca poderemos convencer as pessoas de que a pedofilia é OK uma vez que elas tem uma imagem negativa do que é um pedófilo e como ele se comporta. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

XXV - O que eu sugiro é que agora nós criemos uma nova imagem de um pedófilo ideal como queremos que ele seja. Eu quero pintar um retrato de um boy-lover que leva o seu "trabalho" a sério (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

Todavia essa “nova imagem” é construída sobre as mesmas interdições que não permitem que os discursos a favor da pedofilia circulem. O “pedófilo ideal” ainda não existe (necessita ser criado) e mesmo que existisse, falaria dos mesmo lugar constitutivo do pedófilo não ideal: do adulto que tem relações sexuais com uma criança, ou seja, os sentidos da pedofilia evocam prioritariamente os interditos de contato (sexual) entre os corpos dos adultos e crianças.

No quarto capítulo observamos como o pedófilo busca sair da ordem de interdição do Estado para uma livre circulação. Para tanto, busca através da articulação de um movimento organizado romper com os discursos acerca de sua prática, desestabilizando os sentidos circulantes buscando provocar uma ruptura nas redes de memória, de modo que sua atuação e existência tentem escapar aos procedimentos de interdição / repressão dos sujeitos e dos discursos institucionais.

Para tanto, como analisamos no quinto capítulo, o ativismo busca se “adequar” discursivamente de forma a promover essa ruptura. Ações como a transformação da siglas do IPCE – *International Pedophile and Child Emancipation* em nome, Ipce, sem um significado que lhe seja próprio, unicamente por conta dos sentidos que o termo pedófilo - “P” - do IPCE, a criação de uma “nova imagem” para o pedófilo e a produção de ferramentas discursivas como banners (para internet) flyers, cards (com os endereços na rede para acesso às informações que são disponibilizadas pelo ativismo) trazem o silenciamento de suas práticas: essas ferramentas acabam por promover um “não-dizer” das práticas que provocam os interditos à circulação de seus discursos. A atração pelo corpo da criança é eufemizada pela pretensa existência de um procedimento pedagógico e de práticas

de apoio à criança. O interdito de contato é apresentado como negativo e prejudicial ao desenvolvimento da criança.

A queda dos interditos de contato seria uma “condição desalienadora e de desinfantilização da criança”? como diz Scherér (1982, p 122) ou ainda, a existência desses mesmos interditos seria a marca da obstinação de “adultos, para se justificarem da sua própria e qual suspeita ‘reserva’, em por a criança ‘em reserva’, e, sob a aparência de a protegerem, em destruí-la? (idem, ib.). Aceitar tais questões seria então aceitar que o ativismo pedófilo propõe em si uma ação “libertadora” não só da criança como também do adulto, que deixaria de reprimir seus próprios desejos. Todavia, a desinfantilização da criança, tal qual nos diz Scherér, não traria sua própria extinção, sendo a infância própria da criança, constitutiva do sentido de criança?

Quando observamos os diversos processos de desinfantilização da criança correntes na sociedade, como por exemplo, a miniaturização do adulto na criança, através de, por exemplo, roupas que são produzidas para crianças a partir dos modelos adultos percebemos que os corpos das crianças, moldados por modelos adultos, em muitos casos, trazem consigo um processo de sensualização do corpoinfantil - emergindo aí novamente a criança como versão reduzida de adulto dos séculos XI-XII, tal como apontada por Ariès (1981, p. 07), ou ainda, quando se percebe na sociedade atual exigências (educacionais, comportamentais) cada vez maiores em relação a crianças cada vez mais novas. Paralelamente, a cada exigência surge uma gama de produtos no mercado que visam suprir as “necessidades” do novo “mini adulto”. Até que ponto então a sociedade capitalista, apesar de interditar e silenciar os discursos do ativismo pedófilo, não estaria construindo uma plataforma discursiva adequada para sua circulação?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Trad. Maria Laura V. de Castro. Introdução crítica de José Augusto Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. (Trad. Dora Flaksman) 2. Ed., Rio de Janeiro, RJ: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

FIGUEIREDO, L. C. A militância como modo de vida: um capítulo na história dos (maus) costumes contemporâneos. *In Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, SP. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade. V. 1, n. 2, 1993.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Trad. Maria T. C. Albuquerque. 6 ed., Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal Ltda., 1990.

FURFARO, S. **Pedofilia: un fenomeno giuridico e sociologico**. L'altro diritto - Centro di documentazione su carcere, devianza emarginalità: Dipartimento di Teoria e Storia del Diritto dell'Università di Firenze. Disponível em <http://www.altrodiritto.unifi.it/ricerche/devianza/furfaro/>. Acesso em 14/04/2009

Habeas Corpus nº 73662-9/MG. Disponível em <http://www.nacionaldedireito.com.br/jurisprudencia/61678/apela-o-estupro-aus-ncia-de-inoc-ncia-das-v-timas-presun-o-de-viol-ncia-constante-da-letra>. Acesso em 28/04/2010

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão:3.0 [CD-ROM]. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009.

KOHAN, Walter Omar. Infância e educação em Platão *in Revista de Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 2, Junho de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09/07/2011.

KRAFFT-EBING, R. V. **Psycopathia Sexualis**. Trad. Claudia Berliner. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

LAPASSADE, G. SCHÉRER, R. **O corpo interdito: ensaios sobre a educação negativa**. Trad. Carla Zaccaria. Lisboa: Ed. LTC, 1982.

LEÃO, Delfin F. **Matrimônio, Amor e Sexo na Legislação de Sólon**. Humanitas, ed. 53. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas53/04_Lea_o.pdf. 2001. Acesso em 28/04/2012

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** (Trad. Cecília P. de Sousa-e-Silva e Décio Rocha.) 3 ed. São Paulo, SP: Cortez Ed., 2004.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, Junho de 1989. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12/04/2012. .

O Lenhador (2003). Direção: Nicole Kassell. 87 min. (filme).

ONU. **Convenção dos Direitos da Criança.** Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm. Acesso em 14/09/2009

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em 10/09/2009

ORLANDI, E. P. **As Formas do Silêncio:** No movimento dos Sentidos. 4 ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1997.

_____. **Discurso e Argumentação:** Um Observatório do Político. Fórum Linguístico n 01. 1998 p. 73-81

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes Editora, 1999.

_____, **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos.** 2 ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editora, 2005.

_____. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 5 ed. Campinas, SP. Pontes: 2008.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). in GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas, Unicamp, 1997a, p. 61-161.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In ACHARD, P *et all*. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999, pp. 59-71.

_____ e FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). in GADET, F. & HAK, T. (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas, ed. Unicamp, 1997b, p. 163-252.

REVISTA DE JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Rio Grande do Sul: TJRS. Mensal. No. 205, abril de 2001. Registrada no INPI sob no 841.910. *On line*. Disponível em <http://www.tj.rs.gov.br/site_php/revistas/conteúdoresultado.php?POSICAO=4&TP=1>. Acesso em 20/01/2009.

RODRIGUES, M. L. **Introdução ao estudo da Ideologia que sustenta o MST**. Dourados, MS: Nicanor Coelho ed., 2011.

SOUZA, P. **Confidências da carne: O público e o privado na enunciação da sexualidade**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP. 1997.

_____. A autoria vista sob suporte tecnológico. in **Multiciência: Revista Multidisciplinar dos Centros e Núcleos da UNICAMP**. Ed. 02, 2004. Disponível em <http://www.multiciencia.unicamp.br/art01_2.htm> Acesso em 19/07/2012.

TAFARELLO, P. C. **Sobre homens e meninos: introdução ao estudo da identidade do pedófilo**. Dissertação de Mestrado. UFMS, 2007.

VRISSIMTZ, N. **Amor, sexo e casamento na Grécia Antiga**. Trad. Luiz A. M. Cabral. São Paulo, SP, Odisseus Editora: 2002.

ANEXOS

ANEXO I - CORPUS

Organização da legenda do corpus
(IPCE, NL, TEP, 1993, 04)

Organização	Gênero da fonte	Título do texto	Ano	Página
IPCE	Newsletter (NL)	The Ethics of pedophiles (TEP)	1993	04

I – I can see main areas of communication, where the internet would be an obvious tool: 1) Individual activists and/or pedophile organizations can exchange News, views and in other ways cooperate and 2) we can get ‘our message’ out to a broader public. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

I - Eu posso ver as principais áreas de comunicação, onde a internet seria uma ferramenta óbvia: 1) ativistas individuais e / ou organizações pedófilas podem trocar notícias, opiniões e cooperar de outras maneiras e 2) nós podemos divulgar “nossa mensagem” para um público mais amplo. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

II. “Na Grécia antiga, a pedofilia era comum. Platão nunca foi condenado pelo que eu fiz”, afirmou aos policiais. “O problema é que a sociedade atual não aceita o pedófilo.” *Pedófilo*, do grego *paidóphilos*, aquele que gosta de crianças. (Leonardo Chain, monitor de acampamento de férias)⁵⁵

⁵⁵ Agressão a infância. *In Revista Veja*, Edição 1585, ano 32, nº 07, Fevereiro de 1999, pp. 84-86. Disponível em Acesso em 15/06/2012.

III. IHU On-Line⁵⁶ - A sacralização da infância fez com que as crianças se tornassem mais “atrativas” sexualmente? Desde quando existe essa “aura” de sacralidade em torno da infância?

Thomas Lacqueur - Penso que não. A infância não era sacralizada na Grécia antiga ou nos internatos da Europa do século XVIII, e ambos tinham culturas pedófilas, abertamente e com muita ostentação no primeiro caso.

IV. Existem registros de pedofilia desde os tempos da Grécia Antiga.⁵⁷

V. A famosa Grécia Antiga era um território de senhores e escravos e uma civilização que oprimia barbaramente as mulheres. Sempre que se fala de pedofilia surgem conversas tão eruditas quanto insidiosas sobre as relações íntimas de aprendizagem entre homens e rapazinhos na Grécia Antiga - como se as iluminações mentais de uma plêiade de filósofos pudessem justificar o injustificável.⁵⁸

VI. *Even in Ancient Greece, where boylove was the norm for several centuries, the boylover was expected to be a man of high moral character. Indeed, it brought shame on the boy and his family if his erastes (lover) was anything less (IPCE NL E27, Jun, 1999).*

Mesmo na Grécia Antiga, onde amor por garotos foi norma por vários séculos, esperava-se que o boylover fosse um homem de elevado caráter moral. Na verdade, ele traria vergonha para o menino e sua família se seu erastes (amante) fosse nada menos (que isso).

VII - a infância tem direito a cuidados e assistência especiais; (CDC)

⁵⁶ LACQUEUR, Tomas. Nem sempre a pedofilia foi considerada algo errado. *In Revista do Instituto Humanitas* – UNISINOS. Ed. 326, Ano 10. Disponível em Acesso em 15/06/2012.

⁵⁷ BULHÕES, Antonio. (Dep. Federal) **Pedofilia**. Câmara dos Deputados, 2008. (Panfleto de divulgação). Disponível em Acesso em 16/06/2012

⁵⁸ PEDROSA, Inês. **Só há pedófilos entre os padres?** Jornal Expresso. Ed. 17/04/2010. Disponível em Acesso em 17/06/2012.

VIII- Para efeitos da presente Convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes. (CDC)

IX - Os Estados Partes adotarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto a criança estiver sob a custódia dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela. (CDC)

X - Os Estados Partes reconhecem o direito de toda criança a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. (CDC)

XI - (...) preparar a criança para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena;(CDC)

XII - Os Estados Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir:

- a) o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal;
- b) a exploração da criança na prostituição ou outras práticas sexuais ilegais;
- c) a exploração da criança em espetáculos ou materiais pornográficos.(CDC)

XIII - *In any intergenerational relationship or contact, both partners, the adult as well as the young person, should have it in their power to regulate their own lives, their relationships and the grade of intimacy. (IPCE, NL E-17 Ethics and intimacy in intergenerational relationships. 2004.)*

XIII - Em qualquer relacionamento ou contato intergeracional, ambos os parceiros, o adulto, assim como o jovem, devem ter o poder para regular suas próprias vidas, seus relacionamentos e o grau de intimidade.

XIV - Exigimos mayores oportunidades económicas, políticas y sociales para los jóvenes y denunciemos la discriminación desenfrenada por razones de edad que los segrega y aísla en un ámbito de temor y desconfianza. Creemos que los sentimientos sexuales son una fuerza vital positiva. Defendemos el derecho de los jóvenes y adultos de escoger a sus compañeros con los que desean compartir su cuerpo y gozar de él. (North American Man Boy Lovers Association – ¡Bienvenidos!⁵⁹

XIV - Exigimos maiores oportunidades econômicas, políticas e sociais para a juventude e denunciemos a discriminação desenfreada com base na idade que os separa e isola em um ambiente de medo e desconfiança. Acreditamos que os sentimentos sexuais são uma força de vida positiva. Defendemos o direito dos jovens e adultos para escolher seus parceiros que desejam compartilhar com seu corpo e se divertir.

XV - Ipce is a forum for people who are engaged in scholarly discussion about the understanding and emancipation of mutual relationships between children or adolescents and adults. (Welcome Ipce, 2011)⁶⁰

XV - Ipce é um fórum para as pessoas que estão envolvidas na discussão científica acerca da compreensão e da emancipação das relações mútuas entre crianças ou adolescentes e adultos.

XVI - Precautions

- *Don't post locally. Go to the next town or factor in some time next time you travel*
- *"Newskin" or gloves are ideas if you are paranoid about fingerprints on paper*

⁵⁹ NAMBLA – Disponível em www.nambla.org/bienvenidos.html Acesso em 16/07/2012

⁶⁰ Welcome Ipce www.ipce.info. Acesso em 14/11/2011

- *Make sure that any laser printer you used was not paid for by credit card, as each one prints a small, unique code. (<http://newgon.com/wiki/Pamphlets>)*

XVI - Precauções:

Não distribua localmente. Vá para uma cidade próxima ou [o faça] durante algum momento da sua próxima viagem.

"Bandagens" ou luvas são ideias, se você for paranóico em relação a impressões digitais no papel.

Certifique-se que qualquer impressora laser você usou não foi paga através de cartão de crédito, pois cada uma imprime um pequeno código exclusivo. (<http://newgon.com/wiki/Pamphlets>)

XVII - Haverá também um artigo pró-estupro da mãe por filho seguida de assassinato por degola acompanhada de enforcamento do pai sucedido por atos de necrofilia e de suicídio? ou só pró-abandono de filhos com menos de um ano em saco plástico na lagoa da Pampulha? Depois vamos imprimir e distribuir numa escola primária e dizer que é de fonte "respeitável e autorizada"? afinal é uma enciclopédia que concorre com a Britânica. Se não, qual a diferença ética ou legal? Tem um monte de teses explicando a "normalidade" de cada ato deste e dizendo da injustiça da lei que pune ou proíbe. (Wikipedia⁶¹)

XVIII - O meu imparcialismo não consegue ser tão frio nem tão desprovido de bom-senso a ponto de votar para manter esta página. (idem)

XIX - Acho uma vergonha isso! Daqui a pouco estaremos fazendo apologia ao tráfico e nazi-fascismo. A legislação brasileira proíbe estes atos veementemente, pouco importa se é verbete, o que não fica claro no artigo. É uma apologia clara e direta e deve ser combatida com todos os rigores.nº edições insuficiente (idem)

XX - Não é um movimento em termos sociológicos ou jurídicos mas sim uma tentativa de aglomerar atividades individuais dos grupos mencionados num pseudo-verbete com o

⁶¹http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:P%C3%A1ginas_para_eliminar/Movimento_pr%C3%B3-pedofilia#Apagar

objetivo de socializar a temática no Brasil e internacionalmente. Se essa votação decide para manter, a Wikipedia poderá ser responsável pela criação e justificação do *movimento pró-pedofilia*. (idem)

XXI - Todo movimento relevante deve estar na enciclopédia. Não existe o verbete "Movimento Pró-Homicídio" (ou outros "pró") porque tais movimentos não existem. Se existe o movimento pró-pedofilia (lembro da polêmica recente sobre o "partido pedófilo" na Holanda), então ele deve ser relatado.⁶²

XXII - Sendo imparcial, o tema é relevante. Não é necessário o aviso em vermelho, por causa do "Aviso geral", mas ao mesmo tempo é necessário dizer no próprio texto do artigo que o tema é polêmico e as apologias do movimento são criminosas em muitos países, incluindo o Brasil, Portugal etc. (idem)

XXIII - Como foi dito na discussão, fica patente nesta seção (Artigos para eliminar) a imaturidade editorial daqueles que contribuem para esta enciclopédia. Haja hipocrisia. Melhor que ignorar algo que me dá náusea, prefiro mantê-lo sob minhas vistas. Aposto que se excluirmos, em dias o artigo será recriado e nem ficaremos sabendo.(idem)

XXIV - Mover para activismo pedófilo???? E marcar como parcial e com falta de fontes... (idem).

XXV – What I suggest now is that we create a new image of an ideal pedophile as we want him to be. I want to paint a picture of a boy-lover who takes his “job” seriously: (IPCE⁶³, NL⁶⁴, PI⁶⁵, 1993, 06);

⁶²http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:P%C3%A1ginas_para_eliminar/Movimento_pr%C3%B3-pedofilia#Manter

⁶³ IPCE

⁶⁴ Newsletter

⁶⁵ Pedophile Images

XXV - O que eu sugiro é que agora nós criemos uma nova imagem de um pedófilo ideal como queremos que ele seja. Eu quero pintar um retrato de um boy-lover que leva o seu "trabalho" a sério (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

XXVI – We can never convince people that pedophilia is OK as long as they have a negative image of what a pedophile is and how he behaves. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

XXVI - Nunca poderemos convencer as pessoas de que a pedofilia é OK uma vez que elas tem uma imagem negativa do que é um pedófilo e como ele se comporta. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);

XXVII – The experienced pedophile has qualities wich are lacking in many teachers and other pedagogues: the ability to identify with the child’s world, to talk with children on equal terms to offer guidance without being judgmental. (IPCE, NL, TSFCL⁶⁶, 1993, 07);

XXVII - O pedófilo experiente tem qualidades que faltam a muitos professores e outros pedagogos: a capacidade de se identificar com o mundo da criança, para conversar com as crianças em condições de igualdade para oferecer orientação sem realizar julgamentos. (IPCE, NL, TSFCL, 1993, 07);

XXVIII - Precautions

- *Don't post locally. Go to the next town or factor in some time next time you travel*
- *"Newskin" or gloves are ideas if you are paranoid about fingerprints on paper*
- *Make sure that any laser printer you used was not paid for by credit card, as each one prints a small, unique code. (<http://newgon.com/wiki/Pamphlets>)*

XXVIII - Precauções:

Não distribua localmente. Vá para uma cidade próxima ou [o faça] durante algum momento da sua próxima viagem

⁶⁶ The social function of the Child-Lover

"Bandagens" ou luvas são ideias, se você for paranóico em relação a impressões digitais no papel

Certifique-se que qualquer impressora laser você usou não foi paga através de cartão de crédito, pois cada uma imprime um pequeno código exclusivo. (<http://newgon.com/wiki/Pamphlets>)

XXIX - *AG-Paedo: This is umbrella organization for German pedophile activist.* (IPCE NEWSLETTER, NO. 02, October, 1997, p. 09)

XXIX - AG-Paedo: Esta é uma organização guarda-chuva para o ativista pedófilo alemão)

XXX – *Use of the Internet to Exchange News and to publicize our opinions (IPCE, NL, UIEN⁶⁷, 1996, 03);*

XXX - A utilização da Internet para trocar notícias e para divulgar as nossas opiniões . (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXI – *I can see main areas of communication, where the internet would be an obvious tool: 1) Individual activists and/or pedophile organizations can exchange News, views and in other ways cooperate and 2) we can get 'our message' out to a broader public.* (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXII - Posso ver as principais áreas de comunicação, onde a internet seria uma ferramenta óbvia: 1) os activistas individuais e / ou organizações pedófilas podem trocar notícias, pontos de vista e cooperar de outras maneiras e 2) podemos divulgar "nossa mensagem" para um público mais amplo. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXIII – *E-mail is as fast as a telephone call at the cost of a letter. Furthermore, it is possible (through encryption) to obtain a degree of privacy that is unknown in other means*

⁶⁷ Use of the Internet to Exchange News and to publicize our opinions

of communication. For single activists in countries where there are no organizations, e-mail is possibly the best way to stay in contact with organizations in other countries, and for everybody else it is a very convenient communication tool. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXIII – O e-mail é uma maneira rápida como uma chamada de telefone com o custo de uma carta. Além disso, é possível (por meio de criptografia) para obter um grau de privacidade que é desconhecido em outros meios de comunicação. Para os ativistas sozinhos (isolados) em países onde não existem organizações, e-mail é possivelmente a melhor maneira de ficar em contato com organizações de outros países, e para todos os outros é uma ferramenta de comunicação muito conveniente. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXIV – A news group is a forum where a defined subject is discussed. There are news group for almost any imaginable subject, including boy love, girl love and pedophilia. Virtually any person connected to the internet can read the articles in the news groups, write an answer and thus participate in the debate, and there are methods to do so anonymously. Anyone can get his message through, contrary to 'readers letters' in the newspapers, there is no censorship – no one can stop us from telling our side of the story. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXIV - Um grupo de notícias é um fórum onde um assunto definido é discutido. Há grupos de notícias para praticamente qualquer assunto imaginável, incluindo o amor por meninos, o amor por meninas e a pedofilia. Praticamente qualquer pessoa conectada à Internet pode ler os artigos nos grupos de notícias, escrever uma resposta e, assim, participar do debate, e existem métodos para fazê-lo anonimamente. Qualquer pessoa pode ter o seu pensamento de mensagem, ao contrário das 'cartas de leitores' nos jornais, não há censura - ninguém pode nos impedir de dizer o nosso lado da história. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 03);

XXXV – The World Wide Web (WWW) is the most recent and the most “hot” part of the net. It is harder for an internet provider to censor parts of the Web than to exclude news groups. WWW consist of page of information, that a user can store on the server of his internet provider, so that any other person connected to the net can read then. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXV - A World Wide Web (WWW) é a mais recente e a parte mais "quente" da net. É mais difícil para um provedor de internet censurar partes da Web do que para excluir grupos de notícias. WWW consistem da página de informações, que um usuário pode armazenar no servidor do seu provedor de internet, de modo que qualquer outra pessoa conectada à rede possa ler. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXVI – As the Internet develops, it will come an increasing part of everyday life for more and more people. Possibly, it will become the first source in which to look for information on any subject. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXVI - Como a Internet se desenvolve, ele virá uma parte crescente do cotidiano de mais e mais pessoas. Possivelmente, isso se tornará a primeira fonte na qual para procurar informações sobre qualquer assunto. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXVII – Therefore is important for us to find out how we can be the mass constituent of the net. The sooner we become a part of the internet society, the better are our chances for gaining ground there – and eventually in the real world. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXVII - Por isso é importante para nós para descobrir como podemos ser o componente de massa da rede. Quanto mais cedo se tornaram uma parte da sociedade da internet, melhores serão nossas chances de ganhar terreno lá - e, eventualmente, no mundo real. (IPCE, NL, UIEN, 1996, 04);

XXXVIII – *My ideal is a pedophile relationship where sex is not an end in itself but a means to strengthen bond between a child who needs attention and support, and an adult who wants to give just that. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

XXXVIII - Meu ideal é um relacionamento pedófilo em que o sexo não é um fim em si mesmo mas um meio para fortalecer a ligação entre uma criança que precisa de atenção e apoio, e um adulto que quer dar apenas isso.

XXXIX – *The second goal is internal to our movement. To change the life style of ourselves and the next generation of pedophiles.(IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

XXXIX – O segundo objetivo é interno ao nosso movimento. Para mudar nosso próprio estilo de vida e da próxima geração de pedófilos.

XL – *In stead of tryng to influence the general public, and hope for it to influence the lawmakers, we could go the other way and attempt to sway the legislation directly. (IPCE, NL, PRICP, 1993, 09);*

XL - Em vez de tentar influenciar o público em geral, e esperarmos com isso influenciar os legisladores, podemos ir por outro caminho e tentar influenciar a legislação diretamente.

XLI - ***In this context**, these relationships are intended to be viewed from an unbiased, non-judgmental perspective and in relation to the human rights of both the young and adult partners.(idem, ib) [grifos nossos]*

XLI - Neste contexto, estas relações se destinam a serem vistas de uma perspectiva imparcial, sem juízos de valor [pré-julgamentos] e relativamente aos direitos humanos de ambos os parceiros, jovens e adultos.

XLII - *Ipce meets once every one or two years in a different country, publishes a newsletter and a web site, co-ordinates the (electronic) exchange of texts, and keeps an archive of specific written publications.(idem, ib)*

XLII - O Ipce se reúne uma vez a cada um ou dois anos em um país diferente, publica um boletim informativo e um site web, coordena a troca (eletrônica) de textos, e mantém um arquivo de publicações específicas.

XLIII – ***Different pedophiles** have very **different life styles**, even in the same country. (IPCE, NL, PI⁶⁸, 1993, 06);*

⁶⁸ Pedophile Images

XLIII - Pedófilos diferentes têm estilos de vida muito diferentes, mesmo (vivendo) no mesmo país.

XLIV – *Our language is definitely lacking a word describing a boy who has a relationship with a man. (IPCE, NL, PI, 1993, 07);*

XLIV - Em nossa língua falta, definitivamente, uma palavra que descreva um jovem [garoto] que tem um relacionamento com um homem.

XLV – *We already have a word for a girl in a similar situation: Lolita. (IPCE, NL, PI, 1993, 07);*

XLV – Nós, de fato, temos uma palavra para uma garota numa situação similar: *Lolita*.

XLVI – *And why do I want to create this new image? For three reasons: The first goal is external and political. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

XLVI – E por que eu quero criar esta nova imagem? Por três razões: O primeiro objetivo é externo e político.

XLVII – *I have seem too many pedophiles treating children in a way which I find immoral. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

XLVII - Tenho visto muitos pedófilos tratando crianças de uma maneira que eu acho imoral.

XLVIII – *They spoil the children with expensive gifts and expect the children to pay with sex. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

XLVIII - Eles corrompem as crianças com presentes caros e esperam que elas paguem com sexo.

XLIX – *Pedophiles who behave like this are not evil, they just don't understand their own role and they don't know could be different. (IPCE, NL, PI, 1993, 06);*

XLIX - Os pedófilos que se comportam como estes não são maus, eles simplesmente não entendem seu papel e não sabem que poderia ser diferente.

L – *One of the foremost wishes of pedophiles is to be accepted as what we actually are, more than as what the public think we are. (IPCE, NL, PRICP⁶⁹, 1993, 08);*

LI - Um dos principais desejos dos pedófilos é sermos aceitos como o que realmente somos, mais do que como o que o público pensa que somos.

LII – *The reason for this incongruity in understandings of the topic of **pedophilia** is that the only **information people** receive about child-adult sexual relations are **one-sided prejudiced** accounts. (IPCE, NL, PRICP, 1993, 08);*

LIII - A razão para esta incoerência no entendimento do tema da pedofilia é que as únicas informações que as pessoas recebem sobre as relações sexuais criança-adulto são relatos unilaterais e preconceituosos.

LIV - *At the meeting in 1995, the delegates decided a preliminary set of rules and regulations for IPCE. This was continued in 1996. This meeting changed the rule about the voting rights and added some other rules. Both meetings decided to reject the annual proposals to change the name of IPCE into a name without the “P” (for ideological and safety reasons). IPCE, NL E-3, 1997*

⁶⁹ PR and Image changing of pedophiles

LIV - Na reunião em 1995, os delegados decidiram um conjunto de regras e regulamentos preliminares para o IPCE. Isto teve continuidade em 1996. Esse encontro mudou a regra sobre os direitos de voto e acrescentou algumas outras regras. Em ambas as reuniões decidiu-se rejeitar as propostas anuais de mudar o nome do IPCE (International Pedophile and Child Emancipation) para um nome sem o "P" (por razões ideológicas e de segurança).

LV - There were some proposals to change the name, especially from The Netherlands, NVSH lwg JORis had asked to change to a name without a "P". In the Newsletter E3 there was also a proposal from John (NZ) to rename to "SPICE" and/or "JOY". John's proposals however, did not survive the vote. A proposal to name it Meeting of Active Persons (MAP) was also rejected. The vote on the Dutch proposal was equally divided between for and against; as is common the proposal was therefore rejected.

So a compromise was found. The name Ipce will be retained, but not as an abbreviation, just as a noun. The original meaning will not be explained. It is simply the name of an existing reality of the past twelve years. So, as it is no longer a collection of initials, IPCE becomes Ipce. IPCE, NL E6, 1999

LV - Houve algumas propostas para alterar o nome, especialmente vindas da Holanda, NVSH lwg JORis solicitou que a mudança fosse para um nome "P". Na *newsletter* E3 havia também uma proposta de John (NZ) para mudar o nome para "SPICE" e / ou "JOY". As propostas de John, no entanto, não resistiram à votação. Uma proposta para nomeá-la Reunião de Pessoas Ativas (MAP) também foi rejeitada. A votação sobre a proposta holandesa ficou empatada entre a favor e contra, como é comum a proposta foi rejeitada. Então, foi encontrado um acordo. O nome Ipce será mantido, mas não como uma abreviatura, assim como um substantivo. O significado original não será explicado. É simplesmente o nome de uma realidade existente dos últimos doze anos. Assim, como já não é uma coleção de iniciais, IPCE torna-se Ipce.

ANEXO II - QUADRO DE DICIONÁRIOS

Quadro I – Não constam os verbetes (n/c)

Dicionário	Ano	Pedófilo	Pedofilia
Barsa ⁷⁰	1969	n/c ⁷¹	n/c
D.E.L.P. ⁷² 1 ⁷³	1969	n/c	n/c
D.E.L.P. ⁷⁴ 3	1970	n/c	n/c
D.D.P. ⁷⁵	1998	n/c	n/c
M.E. ⁷⁶	1999	n/c	n/c
D.J.L.P. ⁷⁷	2001	n/c	n/c

Quadro II - Pedófilo

Dicionário	Ano	Pedófilo	Pedofilia
Garcia ⁷⁸	1967	(1) “que gosta de criança” (GC);	n/c
Grolier ⁷⁹	1970	(8) “que, ou aquele que gosta de criança” (GR)	n/c
Garcia ⁸⁰	1978	(14) “que gosta de criança” (GA)	n/c
Globo ⁸¹	1990	(25) “amigo das crianças” (GB)	n/c
Luft e Guimarães ⁸²	1990	(25A) “amigo das crianças” (LG)	n/c
Serra e Gugel ⁸³	1993	(28) “que faz ato sexual com crianças” (SG); (29) “o cara é um papa anjo e deve morrer na porrada” (SG)	n/c
D.E.N.F.L.P. ⁸⁴	1997	(49) “que ou aquele que gosta de crianças”.	n/c

70 Enciclopédia Barsa.

71 n/c – não consta o verbete.

72 Dicionário Escolar de Língua Portuguesa.

73 O número é para distinguir outros dicionários com o mesmo nome o de edições diferentes.

74 Dicionário Escolar de Língua Portuguesa.

75 Dicionário Didático de Português

76 Minidicionário Ediouro.

77 Dicionário Júnior da Língua Portuguesa

78 Dicionário Prático – Língua Portuguesa.

79 Dicionário 28, Léxico e Enciclopédico Ilustrado da Língua Portuguesa.

80 Grande Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado.

81 Dicionário Brasileiro Globo.

82 Dicionário Brasileiro Globo.

83 Dicionário de Gíria.

84 Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa

Quadro III - Pedofilia

Dicionário	Ano	Pedófilo	Pedofilia
Pieron ⁸⁵	1969	n/c	(4) “atração mórbida do adulto por crianças” (P)
Larrouse ⁸⁶	1971	n/c	(11) “interesse mórbido pelas crianças” (LR); (12) “pedofilia erótica, perversão pelas crianças” (LR)
Cauderelli ⁸⁷	1972	n/c	(13) “perversão sexual por crianças” (C)
Bueno ⁸⁸ 4	1986	n/c	(21) “perversão sexual em que o adulto experimenta sentimentos eróticos em relação a crianças” (B4)
Ferreira ⁸⁹ 1	1988	n/c	(24) “que ou aquele que gosta de criança” (F1)
Ribeiro ⁹⁰	1999	n/c	(33) “atração sexual de um adulto por crianças” R1
Wikipédia ⁹¹	2005	n/c	(46) “caracteriza-se por uma forte atração sexual por parte de um adulto ou adolescente em relação à criança” (W)

Quadro IV - Pedófilo/Pedofilia

Dicionário	Ano	Pedófilo	Pedofilia
G.D.E.P.P. ⁹²	1968	(2) “que gosta, ama crianças” (GDEPP)	(3) “amor às crianças” (GDEEP)
D.E.L.P. ⁹³ .2	1970	(5) “amigos das crianças” (DELP2); (6) “que gosta de crianças” (DELP2)	(7) “afeição às crianças” (DELP2)
Lisa ⁹⁴	1970	(9) “que gosta de	(10) “amor às

85Dicionário enciclopédico psicologia geral.

86 Grande Enciclopédia Delta Larrouse.

87 Dicionário enciclopédico psicologia geral.

88 Dicionário Escolar de Língua Portuguesa.

89 Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

90 Mini Dicionário Escolar da Língua Portuguesa.

91 Enciclopédia Eletrônica: www.wikipedia.org.

92 Grande Dicionário Etimológico Prosódico do Português.

93 Dicionário Escolar de Língua Portuguesa. MEC/FENAME.

94 Grande Dicionário de Língua Portuguesa.

		crianças” (L)	crianças” (L)
Bueno ⁹⁵³	1982	(15) “que gosta de criança” (B3)	(16) “perversão sexual em que o adulto experimenta sentimentos eróticos em relação à criança” (B3)
D.E.L.P. ⁹⁶⁴	1982	(17) “que gosta de crianças” (DELP4)	(18) “perversão sexual em que o adulto experimenta sentimentos eróticos em relação a crianças” (DELP4)
Aulete ⁹⁷	1986	(19) “que gosta de criança” (A)	(20) “sentimentos de pedófilo: amor às crianças” (A)
Bueno ⁹⁸⁵	1987	(22) “que gosta de crianças” (B5)	(23) “amor às crianças” (B5)
D.B.L.P. ⁹⁹	1990	(48) “	
MDBLP ¹⁰⁰	1992	(26) “amigo das crianças” (MDBLP)	(27) “afeiçoa às crianças” (MDBLP)
Ferreira ¹⁰¹²	1999	(30) “diz-se de, ou aquele que sofre de pedofilia” (F2)	(31) “parafilia representada por desejo forte e repetido de práticas sexuais e fantasias sexuais com crianças pré-púberes” (F2); (32) “pedofilia erótica: perversão sexual que visa a criança” (F2)
Houaiss e Vilar	2001	(37) “que ou quem sente a impulsão da pedofilia e/ou a pratica” (HV)	(38) “Psicopatologia que leva um indivíduo adulto a se sentir sexualmente atraído por crianças”

95 Dicionário Escolar da Língua Portuguesa.

96 Dicionário Escolar de Língua Portuguesa.

97 Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caudas Aulete.

98 Dicionário da Língua Portuguesa.

99 Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - Encyclopédia Britannica do Brasil

100 Magno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.

101 Novo Aurélio Século XXI: O Dicionário da Língua Portuguesa.

			(HV) (41) “pratica efetiva de atos efetiva dos sexuais com crianças (p.ex., estimulação genital, caricias sensuais, coito)” (HV)
Houaiss ¹⁰² 1	2001	(39) “que ou quem sente impulsão ou a pratica” (H1)	(40) “Psicopatologia que leva um indivíduo adulto a se sentir sexualmente atraído por crianças” (H1) (41) “pratica efetiva de atos efetiva dos sexuais com crianças (p.ex., estimulação genital, caricias sensuais, coito)” (H1)
M.G.K.L.P. ¹⁰³	2001	(47) “que ou quem sofre de pedofilia”.	“Desejo mórbido de práticas sexuais com crianças” (48)
D.E.L.P. ¹⁰⁴		(50) “que ou quem sofre de pedofilia”.	“atração ou predição sexual de adulto (s) por criança(s)” (50)
Houaiss ¹⁰⁵ 2	2002	(42) “que ou quem sente impulsão da pedofilia e/ou pratica” (H2)	(43) “Psicopatologia: perversão que leva um indivíduo a se sentir sexualmente atraído por crianças” (H2) (44) “práticas efetivas de atos sexuais com crianças (p.ex., estimulação genital, caricias sensuais, coito, etc.) (H2).

102 Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa.

103 Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa

104 Dicionário Essencial da Língua Portuguesa.

105 Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.